

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO BRASILEIRA

História do Ensino Secundário no Ceará:
entre documentos, revistas, jornais e memórias do
Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968)

SIMONE VIEIRA DE MESQUITA

FORTALEZA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO BRASILEIRA

História do Ensino Secundário no Ceará:
entre documentos, revistas, jornais e memórias do
Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira da Faculdade de
Educação, da Universidade Federal
do Ceará, como requisito para obter
o grau de mestre em educação.

Orientadora: Professora Dr^a Maria Juraci Maia Cavalcante

FORTALEZA

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- M546h Mesquita, Simone Vieira de.
História do ensino secundário no Ceará : entre os documentos, revistas, jornais e memórias do Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968) / Simone Vieira de Mesquita. – 2011.
159 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011.
Área de Concentração: História da educação comparada.
Orientação: Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante.
1. Ensino secundário – Fortaleza – 1962-1968. 2. Educação militar – Fortaleza – 1962-1968
3. Juventude --Fortaleza – 1962-1968. 4. Colégio Militar de Fortaleza – 1962-1968. I. Título.

SIMONE VIEIRA DE MESQUITA

História do Ensino Secundário no Ceará:

entre documentos, revistas, jornais e memórias do

Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obter o grau de mestre em Educação.

Aprovado em: _____/_____/_____.

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Juraci Maia Cavalcante - UFC

Orientadora

Prof^º. Dr^º. José Edvar Costa Araújo

Universidade Vale do Acaraú - UVA

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Helena Carvalho Holanda

Universidade Federal do Ceará - UFC

Ao meu esposo, Antônio Mesquita de Souza, aos meus filhos, Lígia e Joel, que tanto me ajudaram afetiva e moralmente, nunca me deixando desistir, e à minha mãe, Raimunda Mesquita de Souza, *In Memoria*, especialmente, pelo exemplo de mulher forte e determinada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, refúgio e fonte de consolo.

Aos meus familiares, em especial, minhas irmãs e meus irmãos pelo apoio em mais uma caminhada e pela compreensão diante dos momentos de reclusão e ausência.

À Professora Dr^a Maria Juraci Maia Cavalcante, pela orientação recebida, que se configurou em luz dentro do oceano de informações e conhecimento em que precisei mergulhar.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, especialmente, aos professores, que contribuíram, direta e indiretamente, para a construção desta dissertação.

À FUNCAP, pela concessão da bolsa de estudo no período desta construção acadêmica.

À Biblioteca de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, à Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, ao Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará, a Biblioteca do Colégio Militar de Fortaleza e ao Arquivo Histórico do Exército por me permitiram consultar seus acervos.

Meus agradecimentos especiais ao Comandante do Colégio Militar de Fortaleza, Coronel Ozael Teodosio de Melo, por conceder autorização para consultar o acervo documental interno e para acompanhar as atividades desenvolvidas pela instituição ao longo da pesquisa.

Aos profissionais militares com quem mantive um contato mais próximo, como a Capitã Olidnéri, a Capitã Joana, o professor Capitão Pires, a Tenente Isabel, o arquivista Sargento Pires, bem como os profissionais civis, Arlete, Tereza, Neide e Socorro, que sempre foram solícitos em me acompanhar durante a pesquisa.

À Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), nas pessoas do General José Carlos e do Tenente-Coronel Auler, que contribuiu com informações preciosas para a construção desta dissertação.

Aos ex-alunos da turma do Colégio Militar de Fortaleza, 1962-1968, em particular, aos Senhores Geraldo Lúcio Telles do Carmo e Carlos Roberto Teixeira Netto, que se tornaram ponte e fonte para captação dos depoimentos, junto aos demais ex-alunos, que muito contribuíram para entender a instituição na perspectiva do alunado.

Aos amigos e parentes, cujos nomes não citarei, por serem muitos, mas que me incentivaram com palavras e demonstração de carinho, dizendo-me que eu continuasse em frente.

“Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma História do Ensino Militar do Ceará, com ênfase no ensino secundário militar, a partir da instalação do Colégio Militar de Fortaleza, em 1962, instituição que nos ofereceu fontes primárias e que possibilitou o estudo do seu passado e o acompanhamento de suas atividades educacionais na atualidade. Aqui, Evidencio que o Colégio consolida-se, seguindo os passos de instituições que lhe antecederam: Escola Militar do Ceará (1889), Colégio Militar do Ceará (1919), Escola Preparatória de Fortaleza (1942). Para conduzir esta narrativa, utilizamos, como referencial historiográfico, vários autores, entre eles, Adriana Lopez, Carlos Guilherme Mota, Boris Fausto, Nelson Werneck Sodré, João Batista Magalhães e Plácido Aderaldo Castelo, com o livro “História do Ensino no Ceará” (1970), que se configurou como marco para uma cronologia inicial deste trabalho. Os resultados aqui apresentados, consubstanciados no currículo do Colégio Militar de Fortaleza e em relatos do alunado, mostram que o ensino secundário oferecido pelo CMF, à época, atendia às necessidades daquela instituição, formando seus alunos para o ingresso na carreira das armas, fazendo desses alunos um cadastro reserva para o Exército e encaminhando a maior parte deles para as profissões outras, ditas liberais e/ou civis. O Colégio Militar de Fortaleza atendeu diretamente aos filhos de militares, apesar de a turma discutida neste trabalho (do período 1962-1968) ter sido composta, em sua maior parte, por crianças e jovens oriundos das classes média e alta das regiões Norte e Nordeste do Brasil em busca de um destino civil.

Palavras-chave: Ensino Secundário Militar, Colégio Militar de Fortaleza, Juventude Cearense.

ABSTRACT

This dissertation presents the History of Ceará's Military Teaching, with emphasis to the Middle Military Teaching, ever since Fortaleza's Military School is founded in 1962, an institution that offered us primary-researching source and that made possible a study of its past by allowing attending to its current-regular curricular activities. It shows that the School got consolidated as it follows its predecessor-institutions' steps: Ceará's Military School (1889), Ceará's Military School (1919), Preparatory School of Fortaleza (1942). In order to accomplish this dissertation, we used as historiographical references authors like Adriana Lopez, Carlos Guilherme Mota, Boris Fausto, Nelson Werneck Sodré, João Batista Magalhães e Plácido Aderaldo Castelo. P. A. Castelo's book entitled "História do Ensino no Ceará" (1970) figured as a turning-point for this study's initial chronology. The results here presented, which are consolidated by the core-curriculum of Fortaleza's Military School and by some students' statements, demonstrate that Middle Teaching offered by the School fulfilled the purposes to the National Military Institutions as it forms its students to serve the military career, as it made a register reservation for the Army and as it graduated most of this students for civil professional. The school was meant for military children, although the classes held in the period of 1962-1968 have had civilian students, in search of a civilian future, came from the high society of North and North-East Brazilian.

Key-Wordes: Midle Military Teaching, Fortaleza's Military School, Cearense Youth.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	O EXÉRCITO E O ENSINO MILITAR NO BRASIL.....	16
	1.1. O ensino militar em tempo de paz.....	17
	1.2. Hierarquia e disciplinamento: base da organização militar e de seus estabelecimentos de ensino.....	20
	1.3. Leis de ensino militar.....	24
	1.4. Ritos e tradições do ensino secundário militar.....	30
	1.5. Rito de entrada no CMF.....	36
	1.6. Método Lancaster e o ensino militar.....	39
	1.7. Guerra do Paraguai e a institucionalização do Exército Brasileiro.....	64
	1.8. Reforma Benjamin Constant e o ensino secundário militar.....	68
	1.9. Idéias positivistas e o ensino secundário militar.....	69
	1.10. Trajetória histórica do Exército e do ensino militar no Brasil.....	71

2	O FUNCIONAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO MILITAR NO CEARÁ: CICLO GINASIAL E COLEGIAL (1962-1968).....	74
	2.1. O Ceará em expansão na década de 1960.....	77
	2.2. Urbanização e modernização de Fortaleza	81
	2.3. Alguns sinais de mudanças e modernização na vida social de Fortaleza.....	84
	2.4. Ceará e a expansão na educação.....	90
	2.5. Colégio-Quartel: Colégio Militar de Fortaleza - CMF e Companhia de Comando e Serviço – CCSv.....	93
	2.6. Ensino secundário militar.....	97
3	IDENTIDADE E CURRÍCULO DO COLÉGIO MILITAR DE FORTALEZA NA DÉCADA DE 1960.....	110
	3.1. Currículo do CMF década de 1960.....	115
	3.2. Atividade Extraclasse	117
	3.3. Professores do CMF 1962-1968.....	123
	3.4. Os alunos do CMF: seus momentos de indisciplina e camaradagem.....	127

CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
FONTES.....	136
APENDICES.....	137
ANEXO(S).....	147

INTRODUÇÃO

A escrita desta dissertação, intitulada “História do Ensino Secundário no Ceará: entre documentos, revistas, jornais e memórias do Colégio Militar de Fortaleza (1962-1968)”, configura-se em uma narrativa sobre o ensino militar no Ceará (com foco no ensino secundário, seus ciclos ginásial e colegial, desenvolvido pelo Exército Brasileiro, na década de 1960).

Se na atualidade, o Exército Brasileiro possui uma estrutura de ensino que perpassa do ensino primário à pós-graduação, esta teve início com o ensino técnico-profissionalizante, estendeu-se para o ensino superior-profissionalizante, depois para o ensino primário e mais tarde para o ensino secundário preparatório e assistencial, com ciclo ginásial e colegial. Essa expansão foi pautada nas tradições e valores do Exército, tendo como objetivo desenvolver um conhecimento voltado para atender suas necessidades, enquadrado dentro de uma estrutura de ensino específica, isto é, voltada para garantir a operacionalidade, fortalecimento e profissionalização daquela força armada.

O ensino técnico-profissionalizante teve início no período colonial, em 1699, com a Escola de Artilharia e Arquitetura Militar, no Rio de Janeiro. Já o ensino superior, tomou corpo, com a vinda de D. João VI para o Brasil, em 1810, com a Real Academia Militar, com os cursos médico-cirurgião e engenharia, sob a influência das reformas do Marques de Pombal. O ensino primário passou a atuar, por volta de 1822, com as escolas de ensino de primeiras letras, possível embrião das Escolas Regimentais, tendo como metodologia o Método Lancaster e, por fim, passou a atuar no ensino secundário, em 1889, com a Escola para Menores ou Colégio Militar, com Imperial Colégio do Rio de Janeiro, formando o sistema de ensino militar.

São várias as denominações dadas aos estabelecimentos de ensino militar ao longo de sua trajetória de ensino - escolas, academias, centros de formações, colégios. Esses estabelecimentos de ensino passaram a ser organizados dentro de um sistema de ensino intitulado Sistema de Ensino do Exército. Dentro deste sistema, encontramos os Colégios Militares, que são considerados, atualmente, um subsistema, denominado de Sistema Colégio Militar do Brasil – SCMB, que atua no ensino secundário.

Os Colégios Militares apresentavam, na década de 1960, o ensino secundário militar, subdividido em ciclo ginásial e colegial, tendo como público alvo crianças,

especialmente filhos de militares órfãos e filhos de militares da ativa, estando também aberto aos de filhos de civis que simpatizassem e acatassem o regime disciplinar e administrativo da organização militar, e, é claro, que pagassem por ele.

De acordo com regimento interno R-69, os Colégios Militares desenvolvem o ensino secundário preparatório e assistencial, de forma adicional às modalidades militares. Além do seu caráter assistencialista, esses colégios se encontram em posição vulnerável, por estarem ligados às intempéries que atingem o Exército, o que explica, historicamente, o fechamento de vários colégios dentro dessa estrutura de ensino.

Atualmente, existem 12 colégios militares no território brasileiro. São eles: Colégio Militar do Rio de Janeiro – CMRJ; Colégio Militar de Porto Alegre – CMPA; Colégio Militar de Fortaleza – CMF; Colégio Militar de Belo Horizonte – CMBH; Colégio Militar de Salvador – CMS; Colégio Militar de Curitiba – CMC; Colégio Militar de Recife – CMR; Colégio Militar Manaus – CMM; Colégio Militar de Brasília – CMB; Colégio Militar de Campo Grande – CMCG; Colégio Militar de Juiz de Fora – CMJF e Colégio Militar de Santa Maria – CMSM. Como foco deste estudo, daremos atenção ao Colégio Militar de Fortaleza, especialmente, no ano de 1962 quando da sua reabertura no Ceará.

Para conduzir esta narrativa, utilizei, como referencial, historiografia nacional sobre o ensino militar, como é o caso de Plácido Aderaldo Castelo (1970), Petrônio M. Vieira do N. e Sá (2003) e Janote Pires Marques & Luciano Klein Filho (2007), que pontuam o ensino militar secundário. José Liberato Barroso, Fernando Azevedo, Joaquim Moreira de Sousa, Maria Luisa Santos Ribeiro que pontuam o ensino militar técnico-profissionalizante e o ensino superior. Assim como José Ricardo Pires de Almeida que pontua o ensino primário. Sobre a historiografia da educação de Portugal tomei o estudo de Rómulo de Carvalho como referencial para ampliar a base sobre a criação do colégio militar no Brasil e Maquiavel, para compreender um pouco da visão militar no período do Estado Moderno.

Situei o período entre 1962, quando o Colégio Militar de Fortaleza abre uma nova etapa desse ensino em nossa cidade, até 1968, quando consolida a primeira turma com ciclo completo, além de ser um período de significativas mudanças para o ensino secundário que ocorreu a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada pela Lei nº 4024/61.

Sabendo-se que o ensino secundário militar está organizado dentro da estrutura de ensino militar do Exército, que é regido por leis próprias, subordinado ao Ministério da

Guerra, com a implantação da nova lei da educação, perceberemos que existiu a preocupação em fazer uma adequação desse ensino, ao ensino oficial promovido pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Ao iniciar a pesquisa exploratória sobre o tema, ainda no período da graduação, em 2006, a fim de escrever um artigo para disciplina de Pesquisa em Educação, percebi que pouco se tinha sobre o ensino militar, principalmente, sobre o ensino secundário militar dentro da historiografia da educação. Comecei, então, a formular perguntas do tipo: o que é o ensino secundário militar, qual seu objetivo, a quem se destinava, quando surgiu, etc. Poucos foram os livros que encontrei sobre o tema. Assim, resolvi organizar um projeto de pesquisa para estudar o assunto. Filha de policial militar, estive, na infância, muito próxima, como expectadora, da formação militar profissionalizante de meus familiares. Através deles, conheci o estabelecimento de ensino aqui enfocado, o Colégio Militar de Fortaleza - CMF, quando das datas comemorativas, especialmente, no “07 de setembro”, durante os desfiles militares, ocasiões em que o colégio era apresentado como estabelecimento de ensino diferenciado. Foi durante a graduação que comecei a especular sobre a repercussão que o ensino secundário militar tinha na sociedade cearense, e porque uma parcela dessa sociedade submete seus filhos, entre o fim da infância e o início da adolescência, a uma maratona de estudos para enfrentar o exame de admissão. Vale perguntar, o que o ensino secundário militar oferece enquanto formação secundária? Posso dizer que este foi o ponto de partida desta investigação.

Para apresentação deste trabalho, defino três capítulos. O primeiro capítulo será subdividido em dez tópicos com objetivo de apresentar a trajetória do ensino militar, sua hierarquia e disciplinamento, suas leis, ritos e tradições, bem como os ritos de entrada no Colégio Militar de Fortaleza, a trajetória histórica do Exército e do ensino militar no Brasil, os métodos de ensino, a influência da Guerra do Paraguai, da reforma Benjamin Constant no ensino militar e a influência das idéias positivas no ensino militar. Esse capítulo permitirá a apreciação de um panorama temporal do ensino militar, bem como conhecer seus objetivos e as mudanças pela qual passou até implantar o ensino secundário militar no Ceará. No segundo capítulo serão abordados as mudanças ocorridas na estrutura da cidade de Fortaleza, que repercutiram nos estabelecimentos de ensino, sendo vivenciadas pelos alunos CMF, bem como as mudanças no ensino secundário, que passou por um intenso processo de expansão no período enfocado. Abordaremos, também, as peculiaridades do ensino militar secundário, que

está ligado ao próprio espaço da Companhia de Comando e Serviço, Quartel, imbricada nas dependências do Colégio. No terceiro capítulo, enfocaremos o currículo, na busca de conhecer a identidade do ensino secundário militar, pontuando as atividades extra-classe, os alunos e a ligação com professores e Associação de ex-alunos.

Além dos autores mencionados, utilizei como suporte material a revista produzida pelos alunos do CMF, como conclusão do ciclo ginasial e colegial de 1968, site dos ex-alunos, site do colégio, os Boletins Internos do CMF, livros e artigos sobre a história e o ensino militar e alguns jornais locais que permitiram contextualizar Fortaleza nesse período. Utilizei também autores militares como Nelson Werneck Sodré, João Batista Magalhães, Luiz Castelliano de Lucena e Celso Castro, que discorrem sobre a história e sobre o ensino militar, consultado na Biblioteca do CMF. Além de outra revista, confeccionada pelos alunos do CMF, quando da comemoração do cinquentenário do colégio. Utilizamos também a palestra do Diretor da DEPA em visita ao colégio em 2009 e vários depoimentos dos ex-alunos. Utilizei, ainda, materiais encontrados nos jornais da cidade, no que versam sobre as mudanças estruturais ocorridas em Fortaleza, as quais foram localizadas na hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e do Instituto Histórico do Ceará. Além dos livros citados, apresentaremos algumas fotos adquiridas no processo de pesquisa para enriquecer e ilustrar a narrativa proposta.

O estudo do ensino secundário militar no Ceará nos permitirá compreender que a formação da juventude ao ser deferida constitucionalmente como responsabilidade de todos, pode ser promovida por órgãos fora do sistema do Ministério da Educação, além de nos levar a refletir sobre o papel das instituições de ensino, seus objetivos e sua contribuição para formação dessa juventude e perceber que em sua trajetória histórica tem bases no período monárquico, em 1888, segue fiel aos seus objetivos como garantir, fortalecer e operacionalizar a Força Militar, particularmente, o Exército Brasileiro, que, mesmo diante das diversas mudanças e até mesmo a falta de definição do que seria o ensino secundário em nosso país, investiu no ensino secundário militar estabelecendo um caminho direcionado a atender suas necessidades, mas que permitiu aos que nele ingressaram conquistarem posições de destaque na carreira militar ou na própria sociedade civil, constituindo-se em instituições formadoras de uma elite intelectual e/ou profissional e política.

1 - O EXÉRCITO E O ENSINO MILITAR NO BRASIL

Considerando que o presente estudo tem por foco um estabelecimento específico de ensino, achamos por bem situá-lo historicamente, tanto em relação à fundação do ensino militar no Brasil, quanto da formação de seu sistema educacional que existe hoje, distribuído em rede pelo país, tendo visibilidade social e ocupando um lugar de prestígio como ensino de qualidade.

Neste capítulo, buscamos justamente entender, não apenas o ensino militar em si, mas sua história, suas instituições e tradições, sabendo-se que as Forças Armadas estão divididas em Forças Regulares (Exército, Aeronáutica, Marinha) e Forças Auxiliares (Polícia Militar e Bombeiros Militares), responsáveis pela segurança militar do território e sociedade, integrando-se e articulando-se através de valores comuns, como hierarquia, disciplina e instrução militar.

Segundo Sodré (2010), as Forças Regulares e Auxiliares tiveram, ao longo de nossa História, diversas formações, o que repercutiu diretamente em sua formação como instituições específicas. Ele ressalta que devido a intempéries do governo e questões políticas e sociais, as instituições militares adequavam-se, principalmente, no que se refere à formação e capacitação de seus oficiais, buscando desde a colonização promovê-la, especialmente, nos tempos de paz, o que favoreceu que tais Forças tivessem um sistema de ensino autônomo, aparte do ensino regular.

Segundo Azevedo, o ensino militar do Exército brasileiro passou por um lento processo de evolução (cerca de 60 anos) para adquirir “*autonomia e fisionomia própria, no sistema de educação nacional.*” (AZEVEDO, 1958, p. 233) Foi constituindo-se, vagarosamente, por várias modalidades de ensino, como técnico-profissionalizante, superior, primário e, por último, secundário, sempre voltado para com objetivo da defesa nacional. Para cada período da História do Brasil, o Exército foi moldando sua estrutura e organização, o que influenciou diretamente em seu sistema de ensino, buscando se adequar as mudanças que ocorriam na educação.

Consultando outras fontes, percebemos que, se por um lado, estudos mais panorâmicos, amplos e atualizados sobre esta temática são raros, por outro lado, existem indicações de marcos importantes, que organizados de forma cronológica permitem pelo

menos que se tenha uma idéia das mudanças e adaptações ocorridas nesse tipo de ensino conforme as comentaremos a seguir.

A partir dessa cronologia, percebemos a vulnerabilidade dos colégios militares: eles são abertos e fechados em função de questões políticas, sociais e militares. É o caso de conflitos ou mesmo de guerras que requerem a intervenção e a presença direta de seus oficiais e soldados, ou seja, o funcionamento dos Colégios Militares tende a ocorrer em tempos de paz e o seu fechamento em tempos de crises políticas e/ou conflitos bélicos.

O ensino militar apresenta-se como campo específico de ensino. Desde seu início é possível perceber uma intenção elitista. Seu foco é a formação de uma “elite guerreira”, responsável por criar e desenvolver estratégias de defesa e de combate para defender o território “brasileiro” de conflitos externos e internos.

Segundo Sodré (2010), a História do Exército brasileiro passou por diversos conflitos, ligados, diretamente, à formação e ao desenvolvimento do Brasil como Nação, vindo a consolidar-se após a Guerra do Paraguai e a ser reconhecido com a Proclamação da República em 1889. Para cada período demarcado pela História, são notórias as mudanças que ele teve que enfrentar, sejam elas de ordem social, econômica ou política. Embora sua institucionalização tenha ocorrido de maneira lenta e gradual, o Exército colocou em evidência a função militar, destacando-a perante a sociedade brasileira, principalmente com a implantação do ensino superior militar, ainda no período colonial.

1.1. Ensino militar: tempo de paz

Na busca de definir seu espaço, sua autonomia, sua identidade e cumprir sua função, a defesa da Nação Brasileira, o Exército precisa estar preparado para a guerra, o que se configura em sua organização nos tempos de paz. Essa característica nos leva a refletir sobre as considerações de Maquiavel, ao pontuar o desenvolvimento do Estado Moderno, apontando o ensino, isto é, a formação de uma elite guerreira (corpo militar), como um dos meios para organizar esse Estado, que deverá estar preocupado

(...) sempre com a arte da guerra e praticá-la na paz mais ainda que na guerra, e é possível conseguir isso de dois modos: pela ação ou somente pelo pensamento. Quanto à ação, exercícios constantes, deve sempre fazer grandes caçadas, nas quais, além de acostumar o corpo aos desconfortos naturais da vida em companhia, ainda aprenderá a natureza dos locais, como nascem os montes, como afundam os vales, como jazem as planícies, e

conhecerá a natureza dos rios e dos pântanos, dando a esse trabalho os melhores cuidados (...). (MAQUIAVEL, 2004, p. 96)

Nos tempos de paz, o pensamento poderia ser alimentado pelos estudos e pela troca de conhecimentos que levaria os membros das instituições militares a repensarem seus planos para defender a Nação. Seria necessário conciliar ação com prática de estudos, e assim junto com os nobres (nesse caso, elite militar) formular,

(...) todas às hipóteses do que pode suceder em campanha, ouvia-lhes a opinião, dava a sua, comprovava-as com motivos e exemplos, de sorte que, mediante essas freqüentes considerações, quando se encontravam à frete dos exércitos nunca via surgir algum acidente que já não houvesse previsto e para o qual, assim, não achasse remédio. (MAQUIAVEL, 2004, p. 96)

Nesse sentido, o Exército, aqui entrevistado na visão de Maquiavel, repensa suas ações. Organiza, assim, uma elite militar fundamentada com espírito de prontidão, preparada para a guerra e inspirada nos vultos do passado, para prever ações futuras, baseada e pautada no conhecimento, também, do passado, como citado abaixo:

“... deve o Príncipe (**os militares**) ler histórias de países e avaliar as ações dos grandes homens, verificar como se conduziram nas guerras, analisar os porquês de suas vitórias e derrotas, para ser capaz de escapar destas e imitar aqueles: deve, principalmente, agir como teriam agido em épocas remotas alguns grandes homens, que imitavam os que antes deles tinham sido glorificados por suas ações, como se diz Alexandre Magno que imitava a Aquiles, César a Alexandre, Cipião a Ciro. E aquele que ler a vida de Ciro, escrita por Xenofante, reconhecerá na vida de Cipião quão valiosa lhe foi tal imitação e quanto se parecia ele, na abstinência, na afabilidade, na humanidade, na liberalidade, ao que Xenofante descreveu de Ciro. Um príncipe sábio deve prestar atenção a essas coisas e jamais permanecer ocioso nos tempos de paz; ao contrário, deve, com astúcia, ir juntando cabedal de que se possa servir nas adversidades, para sempre estar pronto a opor-lhes resistência. (**grifo nosso**) (MAQUIAVEL, 2004, p. 97)

Assim, o Exército, isto é, a força militar de uma nação deve manter-se em busca do conhecimento em tempos de paz, reconhecendo as experiências e o exemplo dos grandes heróis e fazendo desse momento um investimento na área educacional, capacitando seus oficiais e promovendo a qualificação do corpo da tropa baseado não somente na coragem e na força, mas no conhecimento pautado na ciência, na organização e disciplinamento, bem como reconhecendo os seus heróis. O culto aos heróis e personalidades se apresenta como tônica na organização militar, principalmente, dentro dos seus estabelecimentos de ensino. Nos dias atuais, dentro do Colégio Militar de Fortaleza, foi possível perceber essa ação a partir da homenagem aos vultos militares, que tiveram seus nomes “lembrados” nas ruas e avenidas

dentro do próprio colégio, como Avenida General Eudoro Correia, Avenida Coronel Mário Travassos, Alameda Coronel Teles Pinheiro (1º Comandante do Colégio Militar de Fortaleza na década de 1960), Alameda Vitor Hugo, Alameda Ventura, Alameda Coronel Amangá, Alameda Coronel Rangel, Alameda Coronel Paranhos, bem como nos nomes das salas de aulas, verificável nas fotos abaixo:



Foto das placas das salas de aula do CMF
(arquivo pessoal, constituído durante a pesquisa, em fevereiro de 2010)

Todas essas ações visam estimular o respeito e incentivam os alunos a seguirem os exemplos, constituindo-se em uma ação pedagógica intencional. Ações citadas nas Normas do Plano Geral de Ensino do CMB de 2009, “*Todas as salas de aula deverão possuir uma Bandeira do Brasil e ter um nome em homenagem a vultos da nossa História, personalidades e educadores do colégio ou unidades das Forças Armadas localizadas na sede do Colégio.*” (NPGE/CMB-2009, p. 13) Além do estudo do passado, do culto as personalidades significativas para a instituição, o ensino militar prima pela organização e disciplinamento.

Segundo Magalhães (1998), o ensino militar no Brasil veio promover o disciplinamento de todo corpo militar, pois mesmo dentro da instituição havia resistência entre os membros em se submeterem às ordens, à disciplina e a hierarquia militar. O ensino surge, assim, como um meio para moldar os indisciplinados, além de apresentar caminhos para a reorganização da própria instituição. O ensino segue normas e regras específicas, bem como define papéis, baseadas na estrutura militar.

O disciplinamento por meio da educação é tema recorrente da ciência da educação, especialmente, na Sociologia Francesa. Segundo Durkheim,

Para cada sociedade, a educação é << o meio pelo qual prepara no coração das crianças as condições essenciais para sua própria existência>>. Assim, << cada tipo de povo tem a sua educação que lhe é própria e que pode servir

para a definir da mesma forma que a sua organização moral, política e religiosa>>. A observação dos factos conduz , pois à seguinte definição: << A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente.>> Em resumo, << a educação é uma socialização... da jovem geração>>. (DURKHEIM, 2007, p.14)

Para esta corrente sociológica seria através da educação com disciplinamento que se consolidariam os valores morais, políticos e religiosos transmitidos às gerações futuras exigidos para consolidar a sociedade moderna. Nesse contexto, os militares enquanto instituição definiram uma educação específica, que seria transmitida aos oficiais, com base nos princípios, valores e tradições militares. Não bastava disciplinar a elite militar dentro das regras e normas da organização, era necessário formar a nova geração. Assim, as escolas e colégios militares surgem como espaço singular para esse disciplinamento.

1.2. Hierarquia e Disciplinamento: base da organização militar e de seus estabelecimentos de ensino

As forças regulares e as forças auxiliares têm como base de sua estrutura organizacional, a hierarquia. Segundo o estatuto dos militares:

§ 1º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade. (LEI Nº 6.880, 09 de dezembro de 1980, Artigo 14)

De acordo com o referido estatuto, a hierarquia, traduzida pela autoridade distribuída em níveis pré-estabelecidos, é a essência da ordem. Fazendo-se um paralelo com o tipo de organização social defendido por Durkheim, os diferentes níveis de posição representam a organização e a moralização da própria instituição militar, pois o escalonamento torna desnecessária a competição dentro dela, sem excluí-la, ao oferecer uma função, um cargo definido no qual o indivíduo contribui para a evolução e o sucesso da instituição.

Os postos de graduações¹ no Exército foram sendo modificados de acordo com a evolução da instituição militar. Hoje, eles podem ser definidos, segundo o estatuto militar, como: 1 - Graduados: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente; 2 - Oficiais subalternos: 2º Tenente, 1º Tenente; 3 - Oficiais intermediários: Capitão; 4 - Oficiais superiores: Major, Tenente-Coronel, Coronel; 5 - Oficiais gerais: General-de-Brigada, General-de-Divisão, General-de-Exército, Marechal (título mais alto, que, de acordo com a lei, só é concedido em caso de guerra).

Os níveis hierárquicos da corporação são utilizados também pelo ensino militar, o que leva os alunos a serem reconhecidos, dentro de seus estabelecimentos educacionais, com base no mesmo princípio. Esses níveis hierárquicos, contudo, não são reconhecidos fora do sistema de ensino militar, mesmo nos primórdios, ainda no período colonial, como relata Almeida (1989):

Em 1735, vários documentos fazem menção a um capitão de estudantes, impedido de exercer suas funções em razão de seu estado de saúde. (doc. 02 à p.310) Que cargo era este? As atas que possuímos não explicam. Sabemos, por elas, que José da Costa Freire, já não podia exercer seu emprego de capitão dos estudantes, em decorrência de um atestado médico. Tratar-se-ia de um capitão da Companhia de Infantaria da ordenança dos estudantes do Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 1989, p. 28)

A ascensão hierárquica nos estabelecimentos de ensino funciona como incentivo entre os alunos, pois alcançar patentes cada vez mais altas evidencia o desempenho geral do aluno no batalhão escolar, dando-lhe destaque durante as datas comemorativas e cerimônias. Através do regimento interno (RI/CM) e do manual do aluno, é possível verificar essa ordem hierárquica, que segue um escalonamento, situando o aluno nas respectivas séries, de acordo com a classificação por eles obtida (ver anexo I).

Além da hierarquia, outro alicerce das instituições militares é a disciplina. Durkheim aponta que, para moralizar a sociedade, é preciso atingir três elementos fundamentais: o espírito de disciplina, o espírito de abnegação e o espírito de autonomia. Segundo ele, “*o espírito de disciplina é, ao mesmo tempo, o sentido e o gosto da*

¹ Postos de graduação, estatuto militar, lei nº 6880, 9 de dezembro de 1980. Pode ser consultado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm> Ver anexo I com os postos de graduação dos alunos dentro do CMF.

regularidade, o sentido e o gosto da limitação dos desejos, do respeito às regras, que impõe ao indivíduo a inibição dos impulsos e o esforço.” (DURKHEIM, 2007, p.27) A disciplina traz, ao indivíduo, conforto, inerente à previsibilidade e ao controle, além de possibilitar a identificação correta das várias situações em que ele venha a envolver-se e, conseqüentemente, prover o discernimento para tomada das ações devidas à manutenção do equilíbrio do grupo.

As ações objetivas, o sentido e o gosto pela regularidade e o respeito às regras são trabalhados de forma sutil e impregnante, através de uma relação em que o indivíduo, além de usufrir de benefícios (moradia, saúde, educação, etc.), recebe autoridade e prestígio por isso. O reconhecimento e a glória são menos para os alunos do que para a instituição, entretanto aqueles vêm-se como parte necessária a um propósito maior, e isso os impulsiona a preservarem os valores defendidos pela instituição a que servem.

Dessa forma, então, a disciplina é um dos dispositivos que a instituição lança mão para inculcar, nos indivíduos, o senso de conjunto e os valores desse conjunto, principalmente, a atenção e o cumprimento rigoroso da ordem estabelecida. Ela também toma parte do conhecimento que todo militar deve ter do seu regulamento e das leis da instituição, pois segundo o estatuto dos militares,

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo. (LEI Nº 6.880, 09 de dezembro de 1980, Artigo 14).

Cada um deve cumprir com o que lhe é devido para manter a ordem vigente. A segurança que uma rotina bem-definida traz consigo propicia o controle sobre os indivíduos, pois, a eles, cabem conhecer essa rotina e reconhecer os limites de suas obrigações e de seus direitos. O indivíduo tem noção dos acontecimentos do coletivo, preocupando-se, apenas em contribuir com sua parte.

Nesse contexto de escolha pela sujeição a ordem, Foucault (2009) aparece para acrescentar que, além de obediência incondicional ao comando, o indivíduo também submete seus desejos, ânsias e vontades à ordem militar. A decisão de obedecer é acompanhada de

uma limitação do corpo e, principalmente, da mente. A pessoa escolhe despir-se de sua subjetividade, aceitando docilmente a objetividade da ordem recebida. Disciplina torna o indivíduo útil para a coletividade e, de forma alguma, é encarada como maléfica por aquele que a assume.

No regulamento do Colégio Militar de Fortaleza, disciplina é definida como:

(...) condição de sucesso, tanto na vida civil quanto na vida militar. Quando se lê na Bandeira Nacional a palavra ORDEM, compreende-se, em seu sentido mais, amplo, a existência de leis que organizam a vida do cidadão brasileiro, sob a forma de uma “disciplina geral” da qual todos devem participar. A disciplina deve ser consciente. O aluno deve obedecer às leis do país e às normas do CMF, porque é um cidadão responsável. A razão para ser disciplinado jamais deverá ser o medo, a presença de um superior ou de testemunha indesejada, mas a convicção de realizar o bem, o correto. Disciplina não é ausência da liberdade, mas o exercício da liberdade com responsabilidade. (grifo nosso, baseado provavelmente no conceito de liberdade em Kant.) (RI/CM- TÍTULO IX – DO CORPO DISCENTE, ARTIGO 92)

Sujeitar corpo e mente, de forma que os alunos internalizem e levem tal ensinamento para suas vidas, ficou explícito no discurso² do ex-aluno durante a comemoração do cinquentenário do Colégio Militar de Fortaleza, em 1969, como vemos abaixo:

A LIBERDADE

É o nível do Direito. Assim como os rios correm canalizados e o próprio mar tem praias que o limitam não pode o homem exceder-se à leis, que são as margens da liberdade. O que se insurge contra as leis sai do curso normal da vida e torna-se como a água que, desviando-se da corrente, entra pela terra, encharca-a e fica em pântano, apodrecendo ao sol. Nada mais livre do que a natureza e, todavia, é regida por leis invariáveis. O que regula a vida é a obediência ao ritmo, à harmonia e das funções orgânicas. Aquelê que, insubordina-se, salta por cima das leis a pretexto de buscar a Liberdade, só encontra tropeços no seu caminho e, por muito querer andar solto, acaba sendo encarcerado. (REVISTA DOS HUMANISTAS DO CINQUETENÁRIO DO CMF, 1969, s/n)

O CMF, em 1962, oferecia duas oportunidades de ingresso em si. Há aqueles que entraram para fazer o ensino secundário – ginásial e colegial (hoje fundamental II e médio) – e há aqueles que entram á época apenas para o colegial. Assim, um aluno poderia concluir um

² Discurso proferido na Revista dos Humanistas do Cinquentenário, CMF, 1969, organizada e confeccionada pelos alunos como símbolo de passagem pelo colégio e como formar de recordar as experiências vividas nesse período de estudos, aprendizagens e formação. Acervo da Biblioteca do CMF.

ciclo completo, no máximo, sete anos e no mínimo, três, tempo suficiente para que os jovens internalizassem a disciplina, as suas normas e regras e para que eles possam vir a transmitir esses princípios em qualquer situação que lhes aconteça. Ou seja, seria tempo suficiente para condicionar o corpo e a mente desses jovens.

O novo aluno começa a ser treinado na semana de adaptação, hoje denominada “Semana Zero”, consolidando-se como marco inicial desse condicionamento. Postura, serenidade e tranquilidade são exigidas durante os momentos “em forma” enquanto batalhão escolar. O fato de que eles virão acreditar que a disciplina é fundamental não faz a aclimatação ao novo regime ser mais fácil. Ao contrário, a adaptação é um processo longo e dispendioso. As fontes mostram que a violação da disciplina, com a quebra de algumas normas, eram tão esperadas que punições já estavam previstas no regimento do colégio. É o que mostra o Boletim Interno abaixo:

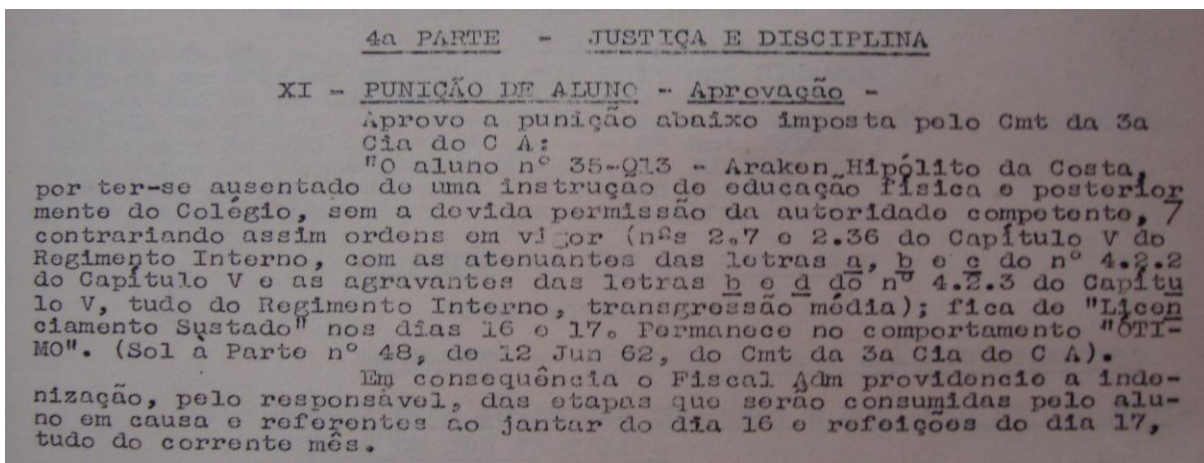


Foto do Arquivo Interno: BI - N^o 127, 1962, acervo do CMF, 2010.

1.3. O Contexto das Leis de Ensino Militar

O ensino militar surgiu no período Colonial, à época em que o único projeto de governo de Portugal para o Brasil era o do Pacto Colonial para uma colônia de exploração. A educação foi entregue nas mãos de padres jesuítas; o propósito era tanto catequizar os nativos na fé Católica (que passava por uma crise então; o protestantismo recebia cada vez mais

adeptos) quanto moralizar os colonos que aproveitavam a distância de metrópole para darem vazão a vontade duramente reprimidas pela Igreja e o Tribunal da Iquisição na Europa.

Segundo Azevedo, o primeiro estabelecimento de ensino militar aparece, então, nesse contexto, como alternativa educacional, servindo especialmente com propósito de defender as terras do além-mar, expostas à pirataria e ao contrabando dos amigos e inimigos da Coroa Portuguesa.

A evolução desse ensino é marcada por leis que visavam adequar as necessidades da instituição em si à realidade e às particularidades de cada região. Em sua longa trajetória, o ensino militar criou suas próprias leis para organizar seus estabelecimentos de ensino. Segundo Abbagnano, Lei é “uma força que garantia a realização da regra.” (ABBAGNANO, 2007, p.694), nesse sentido a organização militar cria suas leis para regulamentar seus princípios e os valores.

As denominações para as formas de estabelecimentos de ensino militar variam de acordo com os objetivos de cada uma: escolas, academias, institutos, centros de formação, colégios, todos com propósitos definidos, textos submetidos, aos princípios de hierarquia, disciplinas, transmissão e tradição típicos do militarismo. É a tipicidade que identifica a instituição militar e seus estabelecimentos de ensino em qualquer ponto do território nacional.

Desde sua implantação, o ensino militar manteve-se à parte do sistema regular de ensino do Estado. Ele não é vinculado às leis da educação nacional, o que não implica total divergência delas, ao contrário, sempre houve disposição em se adequar a elas, principalmente no concernente ao ensino secundário, quando da implantação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação, em 1961.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei N° 4.024, de 20 de novembro de 1961, título IV, da Administração do Ensino, em seu Artigo 6°: *“O Ministério da Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação. Parágrafo único. O ensino militar será regulado por lei especial”*. Esse tratamento de exceção dado ao ensino militar mostra que o Estado reconhece sua individualidade e especificidade.

Com a reforma da LDB, Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996, que revogou a lei anterior, o ensino militar passou a ser mencionado, no título VIII, das Disposições Gerais, no artigo 83: “o ensino militar é regulado em lei específica, admitindo a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”. O que significa que, muito embora não esteja subordinado ao sistema regular, o ensino militar deve focar os mesmos objetos de estudo desse sistema, afim de que seus alunos, além do conhecimento militar, possam usufruir também do conhecimento civil.

A lei de ensino militar dispõe, em seu artigo 1°, que seria “*instituído o Sistema de Ensino do Exército, de características próprias, com a finalidade de qualificar recursos humanos para ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em sua organização*” (Lei N° 9786 de 8 de fevereiro de 1999), como citado já vinha sendo constituído desde o período colonial. O ensino militar é, antes de qualquer outra coisa, uma iniciativa dos militares, logo, é subordinado, antes de quaisquer outros, aos interesses da instituição, aqui o Exército. No sistema desenvolvido em questão, os colégios militares surgem como modalidade de ensino adicional, tradução: o funcionamento ou não de um colégio militar depende intrinsecamente da situação do Exército (em paz, os colégios florescem em viço; na guerra, eles são interditados sem segundos pensamentos). Essas oscilações de situação refletem vulnerabilidade, mas não fraqueza.

Em seu artigo 7°, a lei de ensino militar dispõe que:

O Sistema de Ensino do Exército mantém, de **forma adicional às modalidades militares** propriamente ditas, o ensino preparatório e assistencial dos níveis fundamental e médio, por intermédio dos Colégios Militares, na forma da legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades.

§1° Os **ensinos preparatório e assistencial** de níveis fundamental e médio, a que se refere o caput, poderão ser ministrados com a colaboração de outros ministérios, governos estaduais e municipais, além de entidades privadas.

§2° aos **Colégios Militares** mantém regime disciplinar de natureza educativa, compatível com a sua atividade preparatória. (**grifo nosso**) (Lei N° 9786 de 8 de fevereiro de 1999)

Os Colégios Militares atendem ao ensino preparatório e assistencial, como forma adicional as modalidades militares, caracterizando sua vulnerabilidade, enquanto as Escolas Militares, preocupadas com a carreira militar em si, são constantes em sua formação; na paz

ou na guerra, permanecendo como formadoras de militares e recebendo os estudantes, provenientes dos Colégios, que aspiram à carreira por elas oferecida. Através dos Colégios Militares, é provida assistência aos militares no tocante à educação de seus filhos, prevista no regulamento do colégio militar desde sua criação em 1888, que traz similaridade com o regulamento do Colégio Militar de Lisboa, em Portugal que foi criado em 1803 pelo

... coronel António Teixeira Rebelo, comandante do Regimento de Artilharia da Corte, decidira, por iniciativa pessoal, criar no forte da Feitoria, próximo da Torre de S. Julião da Barra, à entrada do porto de Lisboa, um Colégio destinado à educação dos filhos dos militares sob seu comando (...). (grifo nosso)(CARVALHO, 2001, p. 524)

Esse é o começo do ensino militar em Portugal. Segundo Carvalho, o Colégio da Feitoria do Coronel Teixeira vingou e, em 1814, foi promovido a Real Colégio Militar por sanção do rei D. João VI, que à época, estava no Brasil.

Das disposições legais do ensino oferecido pelo Colégio da Feitoria, Carvalho enfatiza, ainda, que, de acordo com o regulamento interno, seriam aceitos apenas:

(...) dois tipos de alunos, em números de cem cada um: uns, com entrada entre os nove e os onze anos, pagos pelo Estado, deveriam ser **filhos legítimos de oficiais do exército e da marinha desde que estes oficiais**, pelos serviços prestados, merecessem tal benefício, e não tivessem meios econômicos para mandar educar seus filhos; outros, alunos porcionistas, isto é, que pagavam uma pensão, com entrada entre os sete e os onze, que se admitiria ir até doze, filhos de << limpo nascimento >>, de militares, de funcionários dos tribunais e da administração da real fazenda e de homens de negócios. (grifo nosso) (CARVALHO, 2001, p. 524)

Carvalho também discorre sobre o currículo ministrado no referido colégio:

Primeiras Letras e Desenho de Figura, no 1º ano; Gramática Portuguesa, Gramática Francesa, e novamente Desenho de Figura, no 2º ano; Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral, e Desenho de Arquitetura, no 3º ano; Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Gramática Inglesa, e de novo Desenho de Arquitetura, no 4º ano; Princípios e noções gerais de Mecânica, Hidrodinâmica, Óptica, Perspectiva, Geografia, História e mais uma vez Desenho de Arquitetura, no 5º ano; Tática elementar, Castramentação [medições de terreno para instalação de acampamentos] e, pela quarta vez, Desenho de Arquitetura, no 6º e último ano. (CARVALHO, 2001, p. 525)

As disciplinas adotadas eram pretendidas como funcionais do interesse da instituição militar. Elas enfatizam o estudo das ciências exatas, em especial a Matemática, ferramenta essencial nas engenharias, sob a influência do positivismo.

Em 1814, foi reconhecida a importância do Colégio Militar de Portugal, que passou a contar com um estatuto próprio, promulgado em 1816, tendo como princípio a formação dos filhos de militares sem descuidar dos civis.

No Brasil, por ocasião do fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), Sodré (2010) coloca que os militares brasileiros aderiram à idéia da educação militar para seus filhos, como forma de melhorar suas condições de trabalho, seguida da idéia do Duque de Caxias de assistir aos filhos de militares, órfãos da guerra. Sob o peso das reivindicações, o Ministro da Guerra do Império de D. Pedro II, Tomaz José Coelho, através do Decreto N° 10.202, de 09 de março de 1889, no Rio de Janeiro, criou:

Artigo 1° (...) sob a denominação de *Imperial Collegio Militar*, um instituto de instrução e educação militar, destinado a receber gratuitamente, **os filhos dos officias effectivos, reformados e honorários do Exército e da Armada**; e, mediante contribuição pecuniária, alumnos procedentes de outras classes sociaes. (grifo nosso) (DECRETO N° 10.202, 1889.)

Como podemos perceber o decreto que criou o Imperial Colégio Militar, no Rio de Janeiro, trouxe elementos semelhantes ao regulamento do Colégio da Feitoria, no qual estão voltados para atender a instituição militar, e têm como público alvo, jovens, filhos de militares, mas que estiveram abertos a uma parcela da juventude da sociedade civil. Contudo, o ensino militar vinha ampliado seu campo de atuação na educação, para além das necessidades da própria instituição.

Segundo Almeida (1989), uma necessidade governamental urgiu os militares para além das próprias necessidades da instituição. Enquanto as Escolas existiam para instrução dos militares, propriamente dito, entre 1823 e 1827, militares foram requisitados para atuarem no ensino regular público. De acordo com Almeida, à Assembléia Constituinte de 20 de Outubro de 1823 instituiu que “todo cidadão poderia abrir uma escola elementar”, o que os militares aderiram partilhando com Governo a responsabilidade com a instrução primária, lançando mão para isso de um novo método de ensino, conhecido como método Lancaster, sobre o qual discorreremos melhor mais tarde nesta dissertação.

O ensino militar vinha galgando espaço no cenário educacional, embora não estivesse diretamente voltado para formação de uma força de trabalho, aparecendo como uma opção de ascensão social com destaque entre as várias opções de trabalho, dentre as profissões liberais como Médico, Advogado, Engenheiro, como percebemos abaixo:

Pedro seria médico, Paulo advogado: tal foi a primeira escolha das profissões. Mas logo depois trocaram de carreira. Também pensaram em dar um deles à engenharia. A **Marinha** sorria à mãe pela distinção particular da escola. Tinha só o inconveniente da primeira viagem remota; mas Natividade pensou em meter empenho com o ministro. Santos falava em fazer deles banqueiro, ou ambos. Assim passavam as horas vadias. Íntimos da casa entravam nos cálculos. Houve quem os fizesse ministros, desembargadores, **bispos, cardeais...** (grifo nosso) (MACHADO DE ASSIS, 2001, p.24)

O interesse pelo ensino militar, também se faz pela procura da população pela formação secundária militar, através do Colégio Militar, como ressalta Barreto ao citar no discurso de sua personagem “o General Albernaz, amigo do Major Quaresma”, a preocupação em conseguir para o filho uma vaga no Colégio Militar do Rio de Janeiro. (BARRETO, 2005, p.19)

A foto abaixo traz o Boletim Interno, de 1º de janeiro de 1962, com a determinação do Ministério da Guerra sobre a reabertura do colégio militar no Ceará, que está diretamente subordinado a ele e só a este órgão, através da Diretoria de Ensino e Formação e de seu Comandante, se reportaria em todos os atos de serviço e que professores e demais empregados, assim como os próprios alunos estariam sujeitos. Ela é um dos primeiros Boletins Internos do CMF e ostenta o nome do Ministério da Guerra e sua Direção de Ensino e Formação ao lado do Camando do Colégio Militar de Fortaleza.

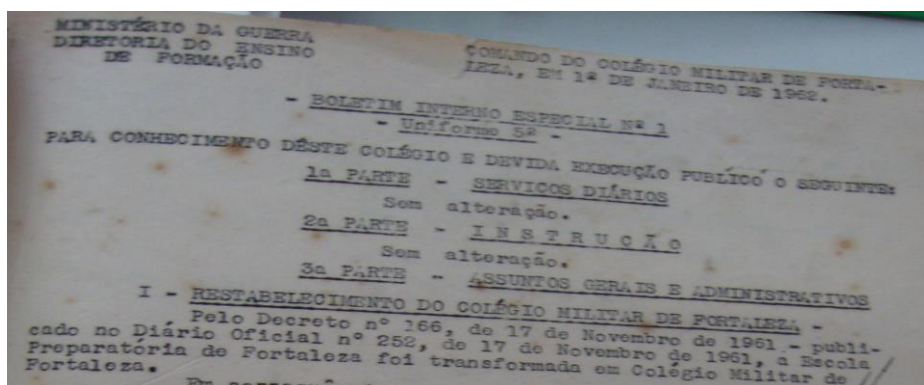


Foto do Arquivo Interno do CMF – BI – Nº1, 1962.

No Ceará, o ensino militar surgiu com a lei N° 3.397 de 24 de novembro de 1888, ainda no período Imperial, com a formação profissional para a carreira das armas, oferecia o curso de Infantaria e Cavalaria. A Escola Militar do Ceará iniciou suas atividades em 1° de maio de 1889, sendo muito festejada pela população, como podemos perceber pelo jornal *Gazeta do Norte*, de 02 de maio de 1889, que reportou sobre as

(...) esperanças que fundamos na Escola Militar da Fortaleza, justo é também vermos na divisão da antiga Escola da Côrte pelas províncias o começo da **descentralização intellectual**, verdadeira base da descentralização política, que será a suprema conquista da liberdade em nossa pátria. E do ponto de vista cearense, esperamos d'ella estímulos para a paixão patriota, tão vivaz nos filhos d'esta terra, e que tão distincto logar' lhes tem assinado na defesa da honra nacional e nas generosas empezas do progresso e da liberdade. (grifo nosso) (JORNAL GAZETA DO NORTE, 1889, p.2)

A Escola Militar do Ceará seria o berço do ensino militar no Ceará, tornando-se referência histórica para os demais estabelecimentos de ensino militar que vieram a consolidar-se em Fortaleza com a implantação do Colégio Militar de Fortaleza, instituído a partir do Decreto N° 166, de 17 de novembro de 1961, que dispõe sobre a reforma do ensino militar, que detalharemos mais adiante, e que traz esperanças de desenvolvimento intelectual, levando nosso estado a fazer parte desse novo cenário que se configurava em esperanças de progresso e liberdade, como cita o artigo.

1.4. Ritos e tradições do ensino secundário militar

A escola, enquanto micro-espço da sociedade, pode servir para análise dessa sociedade; em escala amostral, estando submetida aos mesmos princípios e exemplifica os mesmos “vícios”. A vida social em geral é feita de ritos e tradições e envolve a organização de diferentes fases da vida dos indivíduos que a integram a vida escolar, também.

Refletir sobre os ritos promovidos pelo CMF permitirá não só conhecê-lo e avaliar a imagem que a sociedade e a instituição fazem dele como também tornará possível entender os métodos utilizados para promoção e perpetuação dessa imagem, uma imagem constituída ao longo da evolução da instituição militar em si e consolidada na expansão de seus estabelecimentos de ensino.

Para Van Gennep

A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, **consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra**. Nos lugares em que as idades são separadas, e também as ocupações, esta passagem é acompanhada por atos especiais, que, por exemplo, constituem para os nossos officios, a aprendizagem, e que, entre vários povos, consistem em cerimônias, ... (grifo nosso)(VAN GENNEP, 2011, p.24)

Ao longo de sua história, visando a firmar identidade frente à sociedade, o Exército construiu uma série de ritos e tradições a serem transmitidas a seus integrantes, principalmente através do ensino, e, o mais importante, a serem cultuados por eles. A preocupação militar em fazer das passagens de fase, pelas quais todo indivíduo passa, momentos memoráveis compele a instituição a validar as idéias de Van Gennep sobre as cerimônias como marcação dessas passagens.

Segundo Abbagnado (2007), *“tradição perpassa pela herança cultural no qual se transmite as crenças e os valores de uma geração a outra.”* (ABBAGNADO, 2007, p.p. 1149-1150) A cultura militar, por assim dizer, tem nos estabelecimentos militares, o arauto de suas tradições. Seus valores são passados aos jovens de geração a geração e são tidos na mais alta conta. Existem várias reuniões “nostálgicas”, promovidas pelo colégio, através da Associação de Ex-Alunos, em que o fluxo de lembranças consolida o conjunto de valores.

Os rituais, do ensino secundário militar, funcionam como uma espécie de “janela” através da qual a sociedade pode observar o desenvolvimento do trabalho e ter uma idéia dos objetivos da instituição. Os rituais que já são tradição envolvem: “formaturas” (a serem explicados em breve) e formaturas (conclusão de curso), desfiles, o “Paradão”, o grito de guerra, fardamento, o culto ao civismo, culto ao civismo e às personagens históricas, entre outras solenidades.

As tradições são necessárias para imprimir, nas gerações futuras, os valores da instituição. O melhor meio para efetivar a impressão é a educação. No contexto do estabelecimento em questão, podemos citar aquilo que Hobsbawn chamou de “tradições inventadas”

(...) Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabelece com enorme rapidez. (HOBSBWAM, 1997, p.9)

A foto abaixo mostra a primeira das cerimônias a que todo novato deve comparecer, é a “formatura”, os alunos entram em forma e são instruídos nos comandos da Companhia de Comando e Serviço, responsável pela instrução militar. Esses comandos caracterizam o ensino militar e o diferenciam dos demais, além de representar o vínculo com as Forças Armadas. A “formatura” é uma das mais antigas “tradições inventadas”.



“Formatura”

(para o início das atividades)

Acervo de fotos dos ex-alunos do

CMF - Turma de 1962-1968

A “formatura” funciona como prévia de qualquer solenidade. Ela é o início, é treinada todo dia antes das aulas e é absolutamente impécável em dias extraordinários. Nesses dias, a “formatura” é seguida pela apresentação dos estandartes dos 27 estados brasileiros, além dos pavilhões do Brasil e do próprio CMF; pela entonação do “Grito de Guerra” e dos hinos do Brasil e do CMF; e pela apresentação do mascote do Colégio, sendo tudo embalado pela banda de música, composta pelos alunos. Ainda, segundo Hobsbawm, as novas “tradições inventadas” podem se estabelecer com rapidez, tanto que fica difícil “localizar num período limitado e determinado de tempo”.

A posição hierárquica dos conhecidos “alunos-soladaos”, durante as cerimônias, fica evidenciada para quem assiste, quer seja os dirigentes da escola quer seja os pais e familiares dos alunos, pois a condução do batalhão do corpo de alunos, do juramento e do grito de guerra, além da ostentação das bandeiras, são honras concedidas aos melhores alunos.

Apontamos a seguir alguns rituais do CMF, que levam o aluno a introjetar os princípios e o espírito militar:

1. Saudação dos colégios militares, que são proferidos nas cerimônias, como o tradicional grito de guerra “Zum Zaravalho”, como citado abaixo:

Um aluno pergunta:
E ao COLÉGIO tudo ou nada?..
Resposta em coro: TUDO!
Um aluno pergunta:
Então como é? Como é que é?
Resposta em coro:
zum, zaravalho opum, zarapim zoqüé,
oqüe-qüé, oqüe-qüé, chiiiiii... pum!
pinguelim, pinguelim, pinguelim
zunga, zunga, zunga.
cate marimbáu, cate marimbáu,
eixáu, eixáu, colégio!..
(proferido por um ex-aluno do CMF, acervo do site pertencente a turma de 1962-1968)

Símbolo que demonstra unidade do grupo e camaradagem entre os alunos, mas que para alguns alunos despertou sentimentos de “constrangimentos”, por envolver um período singular em suas vidas, como percebemos nos depoimentos³ abaixo:

(...) Era mesmo esquisito. A turma que não sabia o que era aquilo ficava invocada! No mais, era só fechar os ói e abrir a guela no mundo, e fazer de conta que ninguém tava vendo! Depois, se fosse o caso, a gente explicava pras mais curiosas sobre tão medonho grito! Menino tem cada besteira, num é?!!!!
(...)Gritar essa saudação tradicional de torcida no espaço INTRAMUROS do Colégio era uma coisa. Mas bradá-la nas quadras fora do Colégio, nos jogos colegiais, na frente daquele mulheril todo era um mico danado, né não? Será que só eu tinha esse sentimento?
(Depoimentos dos ex-alunos do CMF, turma de 1962-1968, 2011)

Rito que muitos alunos ainda trazem na memória e compartilham fazendo referências aos sentimentos, que os envolviam durante sua apresentação dentro e fora do colégio.

2. O juramento dos alunos ao adentrarem ao colégio, ressalta os valores a serem introjetados por eles ao longo de sua passagem pela instituição, como podemos ver abaixo:

³ Depoimentos dos ex-alunos do CMF, disponibilizados pelos Sr. Roberto e Sr. Geraldo Lucio, no encontro com a turma no CMF, em 15 de janeiro de 2011, durante a reunião para preparativos do cinquentenário em 2012. Disponível em: <http://sites.google.com/site/cm19621968/>

Incorporando-me ao Colégio Militar, e perante seu nobre Estandarte, assumo o compromisso de cumprir com honestidade meus deveres de estudante; de ser um bom filho e leal companheiro; de respeitar os superiores; de ser disciplinado; de cultivar as virtudes morais; para tornar-me digno herdeiro de suas gloriosas tradições e honrado cidadão de minha Pátria. (Revista CMF, Turma Colégio Militar de Fortaleza 1962-1968, 1968, p. s/n)

Isto evidencia os principais valores cultuados pelo ensino militar, como: honestidade, respeito, lealdade, companheirismo e disciplina.

3. O Estandarte do Colégio, citado no juramento, foi criado pelo Decreto N° 23.262, em 21 de outubro de 1933, traz a memória, as conquistas dos tempos vitoriosos. Segundo o CMF, o Estandarte do colégio tem *origem nas Escolas de Fortificação, traz como símbolo a estrela de cinco pontas, representando as vitórias conquistadas, o castelo representando as fortificações e as armas de engenharia e a cor vermelha significando o sangue derramado na Guerra do Paraguai*. Símbolo que envolve o respeito pela história vivida e valorada pela instituição, sendo cultuada nos estabelecimentos de ensino.



(Estandarte do CMF – 2010,
disponível em: www.cmf.ensino.eb.br)



Foto disponível no livro “O Casarão do Outeiro”, 2007, p.165

4. O mascote – O CARNEIRINHO – uma herança do Colégio Militar do Ceará (1919) que o batizou de “*Benjamim*”, passou para a Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza (1942), que o chamou de “*Ramalho*” e o Colégio Militar de Fortaleza, seguindo a tradição, o nomeou de “*Nicodemus*”. Segundo os ex-alunos do CMF, turma de 1962-1968, o carneirinho, era conduzido pelo aluno de menor estatura do colégio, como cita o depoimento abaixo:

(...) Bem, entre paradas e desfiles tínhamos um dos colegas de menor estatura era designado para puxar o mascote do CMF, o carneiro. E aí a memória começa a entrar em curto-circuito. Quem puxava o carneiro? O 214 com certeza (?), pois acabou com o apelido de Bodinho. O 138, também, puxava, pois tenho certeza (?). E tem gente que jura que era o Arrudinha. E, agora?

(...) Na hora da escolha, o Tarcisão chamava os dois para a medição. Eu sempre me esticava o máximo, para não ser o mais baixinho e o 214 era sempre premiado. Nós fomos juntos para o Rio, para os exames do Colégio Naval, mas segundo ele, preferiu voltar para o CMF. Nunca mais o vi, mas espero encontrá-lo em nosso “arrepiaua”. (Depoimento do ex-aluno do CMF, turma 1962-1968)

Entre as brincadeiras e falhas de memória dos ex-alunos do CMF, o carneiro “*Nicodemus*”, mascote do colégio, representava o *espírito de comunidade escolar, confiança e camaradagem*, entre os alunos, como afirma a placa exposta na praça interna do colégio, além de dar o sentido de continuidade.



Foto - *NICODEMUS*
Pátio Interno do CMF, setembro de 2011.

Segundo o Boletim Interno⁴ N° 117 de 1 de junho de 1962, a Associação de Ex-alunos⁵ do Colégio Militar presenteou o colégio, durante as festividades de aniversário de reabertura, com um novo mascote, como citado:

⁴ Boletim Interno N° 117, de 1° de junho de 1962, data do aniversário do Colégio Militar de Fortaleza. Acervo do Arquivo interno do CMF, consultado em setembro de 2010.

X - OFERTA AO C M F -
Da Parte do Oficial de Dia de 28 para 29 do corrente mês, transcreve-se o seguinte:
"Ocorrências: a) - Às 19,30 hs. o Cap João Cavalcanti de Albuquerque compareceu a êste Estabelecimento fazendo-me entrega de um carneiro, que, segundo informou, é uma oferta da Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar, como homenagem ao atual Colégio Militar".
Em consequência:
A) - A Secretaria oficiou ao Presidente da Associação dos Ex-Alunos do C. Militar, agradecendo a oferta. Cont.

(arquivo interno CMF, 2010, p. 596)

A própria Associação de Ex-alunos se configura em um ritual fomentado pelo colégio, que visa revigorar seus valores, cultuar os vultos históricos e os próprios ex-alunos, como referência para os futuros alunos.

5. O Juramento do Ex-aluno, outro ritual a ser seguido:

Ao deixar o Colégio Militar de Militar, assumo o compromisso de ser um cidadão digno e honrado, de conservar a fé no destino do Brasil, cultuar o sentimento de camaradagem fraterna que congrega alunos e ex-alunos em uma única família e guardar fidelidade à nobres tradições dêste Colégio, prestando-lhe, sempre, com dedicação e entusiasmo, o meu serviço, para sua crescente prosperidade, maior glória de seus filhos e eterno prestígio de seu nome". (Revista do Colégio Militar de Fortaleza, 1968, p.s/n)

Dar continuidade ao ritual de incorporação foi aceito pelos alunos e continua a ser seguindo nos dias atuais, principalmente através das reuniões de confraternização e aniversário das turmas de ex-alunos que são incentivadas pelo colégio para da forçar e vigor as tradições do ensino militar, motivando os novos alunos a aceitarem o regime de aquartelamento, bem como os valores e tradições do Exército.

6. O ritual do desfile de 7 de setembro, constitui-se em das mais fortes memórias dos alunos, como cita o depoimento abaixo:

A parada de 7 de setembro era um acontecimento. Dias e dias de ensaios e preparação para a formação do Colégio na Avenida Duque de Caxias. Durante

⁵ Ver Um ensaio sobre o ensino militar no Ceará, Petronio M. Vieira do N. Sá, 2003. A Associação de Ex-alunos foi fundada em 1954, com objetivo de ser o elo entre as gerações passadas e futuras, e em 1968 promoveu ações para comemorar o cinquentenário do colégio que oficialmente tem o ano de 1919 como o marco para o ensino secundário militar e que em 1969 confeccionou a Revista dos Humanistas, citada nesse estudo.

alguns anos fiz parte da banda do Colégio. Toquei corneta, tuba e bumbo. E nos desfile me sentia o máximo ao puxar com o meu bumbo o início do desfile e depois a marcação da cadência. Era tanta vibração que sempre rasgava as luvas e sangrava as mãos. O uniforme era o de gala. Túnica branca com botões dourados e aqueles galardões no ombro, medalhas no peito, calça vermelha com faixa vertical azul, sapatos Vulcabrás com polainas e, no quengo, a barretina com penacho. O desfile começava às 11:00 hs, mas o Colégio já se postava na avenida às seis da manhã. Nunca conseguimos entender aquela antecedência insana. A alvorada festiva ocorria às cinco da manhã. A manta VO, nesse dia tinha que ter o formato de um disco frisado com ondinhas, como se fosse uma flor em pétalas. Tinha uma técnica especial para fazer esse formato. Com o sol inclemente naquelas “pequenas” cabeças de cearense, não raro aconteciam desmaios, antes do desfile. A cabecinha dilatava e a barretina comprimia a circulação do cérebro e a era queda na certa. Mas tudo era compensado, pelos aplausos da mulherada que enchiam as dependências do colégio, após o desfile. (Depoimento do ex-aluno do CMF turma 1962-1968)



Desfile 7 de setembro de 1963
Acervo de fotos dos ex-alunos CMF
turma de 1962-1968



Desfile de alunos. CMF. Acervo do CMF. 1962.

Foto disponível: “O Casarão do Outeiro”,
2007, p.165.

O desfile configurava-se em uma das cerimônias mais importantes, pois se constitui no momento em que o colégio apresenta a toda sociedade, civil e militar, o trabalho

desenvolvido entre muros, principalmente no que concerne aos princípios, disciplinamento e condicionamento físico que se caracterizam em marcas do ensino militar.

Foi-nos possível, rastrear que em 1971, o CMF iniciou outra “tradição inventada”, a entrega da Boina, um novo símbolo, uma nova forma de apresentar o Colégio e seus alunos para a sociedade. Refletir sobre os ritos promovidos pelo colégio permitirá conhecê-lo, bem como avaliar sua imagem perante a própria instituição e a sociedade, além de entendermos as formas que eles utilizam para promover e perpetuar sua imagem, as quais foram construídas ao longo da evolução da instituição militar e da expansão de seus estabelecimentos de ensino.

Essas tradições, rituais e símbolos, dão oportunidade de refletir sobre os aspectos desse núcleo cultural. Segundo Hobsbawm, esses aspectos podem ser analisados primeiro em respeito ao poder político do Colégio, mostrando à sociedade o compromisso com a ideário de contribuir para formação da nação e de pertencer a uma instituição vencedora; o segundo aspecto está relacionado com a imagem dele, que é respeitada por esta mesma sociedade; em terceiro lugar, apontaria a estrutura social do colégio, que é reconhecido a nível local e nacional; o quarto aspecto a ser analisado é a imponência de suas instalações, que se apresenta pelo prédio histórico e funcional; e, por último, aponta o autor a imagem que a instituição tem de si e que proclama em seus eventos, solenidades, como uma instituição que promove um dos melhores ensinos do país e, que são proclamados também em seus símbolos. (HOBSBWAM, 1997, p.p. 114- 174)

Os aspectos citados pelo autor podem ser acompanhados nos diversos rituais, além de ser compreendida pelos pais e famílias dos jovens que adetram como parte do Colégio e, também, considerados vencedores e valorados por isso.

1.5. Rito de entrada no Colégio Militar de Fortaleza – CMF

Os ritos no CMF são transmitidos aos alunos, inicialmente, durante a “*Semana Zero*”, que promulga os valores e princípios da instituição, os quais são repassados nesse período de adaptação, bem como é repassado a instrução militar, marca e identidade do ensino militar, que é ministrada no dia-a-dia, percorrendo todo o transcurso do aluno no colégio,

sendo enfatizada nas sextas-feiras com a formatura, mas conhecida como “Paradão”, quando são propagados os princípios de hierarquia e disciplina da instituição.

O “Paradão”, como já foi citado, é considerado um momento marcante para os alunos como podemos perceber no depoimento abaixo:

A Parada...

No final das tardes de sexta-feira havia uma parada militar geral no Colégio. Todos vestiam o chamado quarto uniforme: túnica cáqui, calça vermelha e quepe vermelho. Os sapatos e cintos deveriam estar brilhando. As calças tinham que estar com o vinco impecável. Nós, internos, sofriamos com isso. Não havia ferros elétricos a nossa disposição, mas a exigência não se abrandava. Então deixávamos as calças vermelhas debaixo do colchão, a semana toda para que o vinco ficasse meio marcado. Algumas vezes fiquei preso, por falta de vinco. As prisões de fim de semana eram um suplício. Representavam 15 dias de confinamento, sem idas para casa e sem reposição de mesada. Uma tragédia. Na última sexta-feira do primeiro semestre letivo de 1962 o capitão formou a tropa, para a revista de uniformes e considerações sobre as férias. O aluno 66-Montenegro era o tormento do Tarcisão. Não respeitava a nada e a ninguém. Só vivia sendo admoestado e preso. E era um desleixo só com o seu uniforme. Mas nessa última revista do semestre ele estava impecável. A calça com o vinco nycron, a fivela do cinto como um espelho e os sapatos mais lustrosos da formação. Quando viu aquilo o Tarcisão não se conteve e o tirou de forma, mostrando-o como o exemplo da recuperação de um desvirtuado. O maligno Montenegro não deixou por menos: ali mesmo na frente da tropa passou um pé sobre o outro, riscando os sapatos tão bem engraxados. Saiu dali para a sala de detenção e perdeu preciosos dias de férias. Um espírito indomável, aquele do Montenegro. (Depoimento do ex-aluno do CMF turma 62-68)



Paradão de sexta-feira - 1968
Acervo de fotos dos ex-alunos do CMF
turma 1962-1968

Momentos de apreensão, angústia, que apresenta a sujeição dos corpos e, preocupação em especial com o licenciamento sustado que poderia custar um fim de semana sem passeios e/ou mesadas, mas que também poderia se configurar em momentos de subversão, no qual alguns alunos expressariam seu “espírito indomável”. Assim como fez Euclides da Cunha, em 1888, durante um desfile da Escola Militar por ocasião da visita do Ministro da Guerra, Conselheiro Tomás Coelho de Almeida, quando ainda cadete atirou “o sabre ao chão, depois de inutilmente tentar vergá-lo no joelho. (...)” (SODRÉ, 2010, p.205) Aproveitar o momento em que toda a corporação está presente, para se rebelar, exigia muito mais que rebeldia, exigia coragem, mostrando que alguns não aceitavam sujeitar seus corpos e nem suas mentes.

Durante a semana zero, os alunos entram em contato com as instruções militares que serão executadas no período em que permanecerem no colégio. Estas são ministradas pelos militares da Companhia de Comando e Serviço – CCSv, em conjunto com os militares da Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Bombeiros, e em regime de colaboração entre as Forças Armadas e Forças Auxiliares, que têm em comum a tarefa da instrução militar⁶.

A instrução militar ministrada na “Semana Zero” consiste em executar gestos e movimentos padronizados, aprimorados no dia-a-dia, envolvendo um condicionamento físico-corporal, caracterizando o caráter militar do estabelecimento de ensino. Os movimentos são: sentido, descansar, à vontade, atenção, frente para direita, frente para esquerda, frente para retaguarda, em forma, cobrir, fora de forma, passo de cadência, direita volver, esquerda volver, meia volta volver, ordinário marche, alto, marcar passo, mudança de direção, conversão pelo interior, continência, apresentação individual que consiste em aproximar-se do superior, executar a continência, identificar-se (Al N^o, nome, GRP letra), desfazer continência, permanecer na posição de sentido e diz ao superior o que deseja. Além do treinamento de formatura em caso de tempo ruim, treinamento da canção do colégio, do grito de guerra, instruções sobre o regulamento do colégio, uso do uniforme, os direitos e os deveres dos alunos, entre outros e finalizando com a solenidade oficial de ingresso dos alunos

⁶ A Instrução militar - Semana Zero - foi acompanhada por mim, como “observação participante”, durante a pesquisa de campo em março de 2010, momento em que conversei com o Capitão Pires, professor do colégio, sobre os comandos ministrados, da qual retirei a descrição citadas.

e aula inaugural para alunos e responsáveis. Nesse período, o comandante do colégio pode sugerir o grito de guerra⁷ a ser proferido durante as solenidades cívico-militares.

A Solenidade de entrada é outro marco para os alunos e familiares, embora tenha um caráter introdutório, pois o aluno torna-se oficialmente aluno do CM com a solenidade da “Entrega da Boina”, um evento que se tornou uma tradição para o colégio, alunos e familiares. Assim como ocorria na solenidade de “entrega dos espadins” na Academia Militar da Agulhas Negras - AMAN, na qual os alunos deixam de ser considerados “bichos” para serem considerados “cadetes”, como é relatado à seguir:

“Até o meio dia do ano”, disse esse tenente, porque só a partir de então é que o bicho passa a ser considerado formal e informalmente como cadete. O 1º no da Academia é dividido ao meio pela cerimônia de “entrega dos espadins”. Pouco depois de retornarem das férias de duas semanas que têm ao final do primeiro semestre, os cadetes recebem, em solenidade repleta de familiares e convidados, um objeto que é considerado “o próprio símbolo da honra militar”: o “espadim”, miniatura do sabre de campanha do Duque de Caxias, patrono do Exército. (CASTRO, 2004, p. 39)

Na solenidade de entrega da boina, os alunos recém-ingressos são oficialmente reconhecidos com alunos do CMF, apresentando-se devidamente fardados, com o uniforme Garança, também utilizado nos “Paradões” para receber de seus familiares e padrinhos a “Boina” que os identifica perante a sociedade como aluno do colégio. A partir dessa instrução militar, os alunos são sempre deslocados em conjunto para as atividades no colégio, sob a supervisão de um militar, mas, também, sob o comando do “aluno-líder”, posição que leva todos os alunos a um revezamento para que possam exercer o princípio da liderança. Deslocamento utilizados por alguns como forma de burlar as regras, como veremos mais adiante.

Durante a semana zero, além da instrução dada diretamente pelos militares, são selecionados no corpo de aluno veterano, “alunos-monitores”, que possam contribuir na adaptação dos novos alunos; aqueles devem ter uma conduta ilibada dentro do colégio, com notas e comportamento exemplares. Os “alunos-monitores” seguem os princípios do método Lancaster, utilizado pelos militares desde 1823.

⁷ Durante a pesquisa de campo, na qual acompanhei a semana zero de 2010, o comandante do CMF – Coronel Ozael Teodósio de Melo - sugeriu como grito de guerra CMF-VENCEDOR, o qual foi de pronto aceito pelo Batalhão de Alunos, sendo portanto proferido nas solenidades oficiais do colégio.

1.6. Método Lancaster e o ensino militar

Ao longo de sua história, o ensino militar foi ampliando seu sistema de ensino, inicialmente com ensino profissionalizante e depois com ensino superior. Essa atuação no campo educacional levou os militares a serem convocados pelo Governo Imperial para propagar a instrução das primeiras letras, que veio a ter uma lei específica a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, mas, não somente para propagar instrução pública, através do novo método de ensino, deixando a cargo do Corpo Militar do Governo Imperial, mas também para atuarem como *“mecanismo de vigilância e disciplinamento das classes subalternas”* (NEVES, 2003, p. 2). Assim, o Exército ingressa no ensino das primeiras letras, através da instalação da “Escola de Ensino Mútuo”, implantada no Rio de Janeiro, participando da formação social e educacional do povo, com objetivo de disciplinar os menos favorecidos.

Almeida (1989) coloca que a “Escola de Ensino Mútuo” tinha como base o método Lancaster, que se baseia no ensino mútuo, no qual os próprios alunos se instruem através das relações de troca entre eles (os alunos-monitores, os alunos-instrutores e professores), seguindo uma hierarquia e disciplinamento, com o qual Exército identificou-se e implantou em seus estabelecimentos de ensino.

Almeida ressaltou, ainda, que o Exército recebeu uma ordem ministerial que *“exigiu de cada província do Império o envio de um soldado que seguiria as lições desta escola a fim de aprender aí o método para, em seguida, propagá-lo nas províncias de origem.”* (ALMEIDA, 1989, p. 57), o que ocorreu com a implantação da escola de ensino mútuo criada *nas dependências da Escola Militar*, a partir da iniciativa do Ministério da Guerra, que pautado na Constituição de 1823, entendeu que poderia atuar na instrução pública e contribuir para formação do povo brasileiro.

Neves (2003) relata que essa escola foi criada no Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1823, para atender aproximadamente 300 crianças, sendo dirigida por uma junta diretora composta por civis e militares.

De acordo com Carvalho (2001), o método Lancaster foi criado por *André Bell*, pastor Anglicano, em missão em Madastra, na Índia, quando lecionava em um colégio para atender “órfãos dos militares” europeus que lá residiam. *André Bell* criou esse método como

uma forma alternativa de suprir a falta de professores e buscou junto aos alunos mais aplicados, uma forma de assistir os alunos com dificuldades.

Carvalho ressalta que esse método foi chamado pelos ingleses de “*Self-Tuition*”, sendo seguido por Joseph Lancaster que o propagou na escola que lecionava, passando a ser seguido por outras escolas e em diversos países por questões econômicas. Ainda, de acordo com Carvalho, o método Lancaster⁸ ou método de ensino mútuo, como ficou conhecido, consistia em agrupar os alunos em classes de acordo com grau de desenvolvimento, onde eles estudariam as mesmas coisas ao mesmo tempo, e diante das dificuldades ajudar-se-iam. Contudo, eles poderiam contar com a colaboração dos alunos-monitores que eram escolhidos entre os mais adiantados e dos alunos-inspetores que tinha a função de manter a vigilância e a ordem. Somente os alunos-monitores e os alunos-instrutores teriam acesso ao professor para receberem os conteúdos e repassarem para os demais alunos. Essa organização e hierarquização veio a corroborar com os objetivos do ensino militar, sendo utilizado no ensino secundário em todos os seus níveis.

De acordo com Neves (2003), no Brasil, o Método Lancaster teve seu período de maior expansão no ano de 1825, quando esteve sob a responsabilidade da Instituição Militar, cuja função nesse período era “*prevenir, conter as desordens e manter a paz social*” (NEVES, 2003, p.6), mas que foi se arrefecendo, não apenas com o afastamento dos militares, que romperam definitivamente a sua ligação por “*Decisão do Império n.66, de 12 de maio de 1832, que impedia um militar de ser admitido como professor público.*” (NEVES, 2003, p. 5), mas, de acordo com Almeida, devido também à “*falta de pessoal, falta de edifícios e incúria dos pais*” (ALMEIDA, 1989, p.57).

Neves coloca, também, que no Ceará, o ensino mútuo foi implantado pelos militares, sob a responsabilidade do *Tenente de Caçadores de 1ª linha, Sr. Antonio José Moreira*, na Escola Normal de Ensino Mútuo, em 13 de julho de 1825.

Com a reforma do ensino militar, os militares investiram na instrução das primeiras letras para os oficiais inferiores com as Escolas Regimentais, incorporando as

⁸ Gostaria de agradecer à Professora Zilsa da Universidade Federal do Ceará, doutoranda e investigadora da Linha de Pesquisa História da Educação Comparada, por socializar as fontes, por ela encontrada, sobre o método Lancaster, que muito contribuíram para desenvolver este tópico da minha dissertação.

instruções e conteúdos das escolas de primeiras letras, acrescentando a elas a legislação penal militar, bem como o método Lancaster, no que tange ao disciplinamento do corpo da tropa.

De acordo com Barroso⁹ (1867), o conteúdo ministrado para ensino militar das primeiras letras nas Escolas Regimentais consistia de:

... leitura, caligrafia, doutrina cristã, as quatro operações – com números inteiros, frações ordinais e decimais – meteorologia, desenho linear, as principais disposições da legislação penal militar – os deveres do soldado, cabo de esquadra, furriel, sargento – em todas as circunstâncias da paz e da guerra, além da instrução prática das armas. (BARROSO, 1897, p.p. 167-168).

Amplia-se assim, o sistema de ensino militar que passou a atender também os militares da baixa patente, estabelecendo uma formação própria para cada modalidade de ensino, sempre voltada para melhorar e qualificar o quadro de profissionais da instituição.

Guardando as devidas proporções, o Exército utiliza o método Lancaster, especialmente, no que concerne à captação de profissionais, dentro da própria instituição, capacitando-os para exercerem funções de “instrutores” e assim melhor transmitirem os valores da instituição, o que ocorre ainda hoje no CMF através dos alunos-monitores, que são capacitados para instruírem os alunos iniciantes, especialmente na “semana zero”, como podemos verificar na foto¹⁰ abaixo:



⁹ José Liberato Barroso, Conselheiro do Império, escreveu o livro “Instrução Pública no Brasil” que relata sobre o ensino no Brasil na década de 1860. Consultado no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, seção de Obras Raras.

¹⁰ As fotos apresentadas foram retiradas, por mim durante pesquisa de campo, na semana zero, na qual os alunos novatos recebem através do método Lancaster, pautado na monitoria, a instrução militar. Na foto encontramos um grupo de alunas-monitoras. As meninas passaram a integrar o ensino secundário militar no Ceará, a partir de 1989, como cita o Casarão do Outerio, citado na referência bibliográfica.



Foto retirada durante a Semana Zero dos Alunos do CMF, em fevereiro de 2010, no qual os alunos-monitores recebem os comandos da instrução militar e repassam para os novos alunos, sob o olhar do militar responsável.

O Método Lancaster encontra-se presente nos estabelecimentos de ensino militar, como podemos verificar nas “Normas do Plano Geral de Ensino dos Colégios Militares¹¹”, no que concerne ao sistema de monitoria:

MONITORIA POR ALUNOS

É uma atividade de ensino destinada a ajudar os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem. É praticada pelo “Aluno-Monitor”. Os alunos devem ser voluntários e de reconhecida competência na área de estudo ou disciplina a que se proponham auxiliar. Deve ser ressaltado, principalmente, o **espírito de solidariedade e o de equipe**. (grifo nosso)(NPGE, 2009, p. 24)

Como vimos, a atividade acima descrita tem o intuito de buscar dentro da própria instituição alunos que consolidaram e compreenderam a ideologia da instituição, primam pelo espírito de camaradagem e equipe, sendo, também, responsáveis por transmitir essas ideias.

1.7. A Guerra do Paraguai e a institucionalização do Exército Brasileiro

Mesmo de forma lenta, mas gradual, o Exército foi construindo seu espaço, nos diversos campos político, social, educacional. Diante dos conflitos internos e externos, passou a ter visibilidade no cenário político em vários episódios, dentre eles, a Guerra do Paraguai, que o consagrou como uma instituição, e lhe permitiu restabelecer sua autonomia, principalmente, no campo educacional.

¹¹ Normas do Plano Geral de Ensino dos Colégios Militares do Brasil, 2009, p.24. Acervo da Divisão de Ensino do Colégio Militar de Fortaleza.

De acordo com Fausto, a Guerra do Paraguai, foi um conflito externo, que envolveu o Brasil, Argentina, Uruguai, em um combate militar de grandes proporções, contra o regime político do Paraguai. Segundo ele, o historiador argentino León Pomer, na década de 60, apontou que a Guerra do Paraguai foi um *“conflito que teria sido fomentado pelo imperialismo inglês”* (FAUSTO, 2008, p.209)

Para Pomer, segundo Fausto, nesse período a Inglaterra apresentava um significativo domínio sobre o Brasil e Argentina, devido a sua dependência nas bases comerciais, bem como no ingresso de recursos e tecnologias estrangeiras. Como a Inglaterra precisava de uma maneira de controlar o comércio de algodão no Paraguai que fazia frente a matéria-prima essencial para suas indústrias têxteis, *“insufiou”* Brasil e Argentina para o conflito.

Contudo, a versão de Pomer não é a única, Fausto apresenta, também, a versão dos historiadores Francisco Doratioto e Ricardo Salles que *“chamam a atenção para o processo de formação dos Estados Nacionais da América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante no continente.”* (FAUSTO, 2008, p. 209).

Independente do motivo, a Guerra do Paraguai (1864-1870) provocou o genocídio da população paraguaia, deu forma aos movimentos republicanos e abolicionistas no Brasil e, teve apenas um vencedor, o Exército Brasileiro, que saiu fortalecido e prestigiado. Fausto ressalta que

Para o Brasil, uma das conseqüências do conflito foi que o país ficou ainda mais endividado com a Inglaterra, com a qual tinha restaurado as relações diplomáticas, no início das hostilidades. Mas **a maior conseqüência foi a afirmação do Exército como instituição com fisionomia e objetivos próprios.** (grifo nosso) (FAUSTO, 2008, p. 216)

Fortalecido, o Exército promoveu mudanças que repercutiram em toda a sua estrutura organizacional. Para conquistar seu espaço, investiu na formação do corpo de oficiais expandindo do ensino militar. Após a Guerra do Paraguai, o Exército, segundo Barroso (1897) contava com os seguintes estabelecimentos de ensino: *“Escolas Regimentais, Escolas Preparatórias, Escolas Militares - estabelecimentos sujeitos à disciplina militar e subordinadas ao Ministério da Guerra, (...), além da Eschola Central - estabelecimento de ensino civil e militar.”* (BARROSO, 1867, p. 21). Constituindo o sistema de ensino militar no Brasil.

Azevedo (1958) aponta que os engenheiros militares, formados nas escolas militares, citadas acima, passaram a ser incorporados à elite da cultura oficial em nosso país, levando-os a serem reconhecidos pela sociedade nesse período, como podemos perceber na citação “*a turquesa de seus anéis simbólicos que valiam bem ou mais que o rubi, a esmeralda e a safira dos juristas, dos médicos e dos engenheiros.*” (AZEVEDO, 1958, p.122) Reconhecimento que perpassa por altos e baixos, no decorrer de sua trajetória devido aos conflitos, especialmente os políticos.

1.8. Reforma Benjamin Constant e o ensino secundário militar

Como citado, os conflitos internos e/ou externos vão delineando e moldando a estrutura da organização militar, que busca formas para se adequar e melhor capacitar seus oficiais. Nesse sentido, dentro das várias reformas pelas quais o ensino militar sofreu, uma em particular, trouxe mudanças significativas para engenharia militar, especialmente com a valorização das ciências matemáticas.

Proclamada a República brasileira, de acordo com Magalhães, em 1890, essas mudanças foram baseadas na Reforma de Benjamin Constant, sendo essas ministradas nos seguintes estabelecimentos de ensino:

1. Escolas Regimentais – instrução elementar primária;
2. Escolas Militares – instrução preparatória, geral e das três armas;
3. Escola Superior de Guerra – instrução de estado-maior e engenharia;
4. Escolas Prática do Exército – aperfeiçoamento dos cursos de armas e prática de tiro;
5. Escola de Ofícios – correspondente aos antigos aprendizes;
6. Escola para Sargentos – instrução teórica e prática e a
7. Escola de Menores – caráter preparatório e assistencial. (grifo nosso) (MAGALHÃES, 1998, p. 309)

Magalhães acrescenta ainda que a reforma dentro do ensino militar tinha como objetivo dar uma preparação intelectual “científico”, com base no conhecimento de Matemática e Ciências Naturais, com finalidade de desenvolver uma instrução de conhecimento militar e prático que habilitassem ao emprego das armas de fogo, como citado pelo referido autor.

De acordo com Azevedo (1958), a reforma Benjamin Constant foi estendida a toda a população, a partir da reforma da Instrução Pública, através do Decreto¹² N. 981, de 8 de novembro de 1890, como vem citado abaixo:

O Generalissimo Manoel Deodoro Fonseca, chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, resolve aprovar para instrução Primária e Secundária do Districto Federal o regulamento que a este acompanha assignado pelo General de Brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, que assim o faça executar. (BRASIL, DECRETO N. 981, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1890)

A reforma Benjamin Constant trouxe para o ensino militar as idéias do positivismo, que veio a corroborar com as idéias do Exército de *organização e hierarquização*. Azevedo (1958) acrescenta que a reforma Benjamim Constant introduziu nas escolas primárias, secundárias, no curso normal e nos cursos superiores as ciências matemáticas, respeitando as devidas proporções em cada modalidade de ensino. Segundo Azevedo,

(...) o ensino organizado em 1891, já figuram, nas escolas do 1º grau (para alunos de 7 a 13 anos) as ciências físicas e naturais, e nas do 2º grau (para os de 13 a 15 anos), a aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, além das ciências físicas e naturais. Introduzindo no ensino normal e secundário toda a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de *Comte*, e sobrecarregando com a matemática, elementar e superior, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral, rompeu o reformador com a tradição do ensino literário e clássico e, pretendendo estabelecer o primado estudos científicos (...) (AZEVEDO, 1958, p.124)

Nesse sentido, a reforma veio para romper com a tradição do ensino humanístico e trazer uma sistematização do ensino nas escolas, sendo bem aceita nos estabelecimentos de ensino militar, como relata Azevedo:

Quando, pois, as idéias positivistas penetraram na Escola Militar e conquistaram a adesão de um grupo de oficiais, sobre os quais se exercera a influência de Benjamim Constant, a juventude militar já havia adquirido uma consciência mais viva e larga do papel das classes armadas e, com ela, um novo impulso para a ação. (AZEVEDO, 1958, p. 122)

¹²Senado Federal – Subsecretaria de Informações. Acesso em 17/10/2010, 18:50h. Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>

1.9. Idéias positivistas e o ensino secundário militar

As idéias positivistas vêm colaborar com as idéias de organização, sistematização e moralização do sistema de ensino militar e da própria instituição militar.

Comte (1991) acreditava que para promover o progresso da sociedade era necessário promover mudanças em todos os setores da sociedade, especialmente, no social, iniciando por uma reforma intelectual, a partir da elite. Elite, essa, que deveriam estar preparada para exercer o poder, baseados no amor e na razão, a fim de poder construir uma nova ordem social, pautados na moralização e organização da sociedade, levando-a ao progresso em todos os níveis, longe do conhecimento religioso e do conhecimento do censo comum e supersticioso. O amor deveria ser “altruístico” capaz de pensar no todo e não apenas em questões individualistas e particularistas; uma razão que apresentasse o caminho para promover as reformas necessárias para permitir o progresso dessa sociedade. De onde vem a máxima do positivismo, “*o amor como princípio, a ordem como base e o progresso como fim*”. (COMTE, 1991, p.92)

Princípios que foram cultuados com a implantação do regime republicano no Brasil e cravados em nossa bandeira “*Amor, Ordem e Progresso*”, e pelo qual impera o espírito militar – o amor a pátria. Como podemos perceber na reportagem do jornal *Gazeta do Norte*¹³, um amor “*..., não um instinto animal que prende ao solo, mas o impulso esclarecido da intelligencia e do coração que ama a pátria nas suas leis, nas suas tradições, no seu futuro, na sua integridade, no seu engrandecimento pacífico.*” (GAZETA DO NORTE, 1889, p.15).

Amá-lo, como cita o artigo, levaria a instituição militar como um todo a defendê-lo, levando o corpo organizacional aceitar e obedecer as leis e normas por ela implantada. Mas amá-lo no todo, como relata o espírito patriótico e ufanista de “Quaresma”, personagem de Lima Barreto, que enfatiza o amor sem

¹³ Gazeta do Norte, jornal local da cidade de Fortaleza, que traz a reportagem sobre a inauguração da Escola Militar, quando da abertura da Escola Militar do Ceará, em 2 de maio de 1889. Consultado no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, setor de periódicos.

... predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto da Andrade Neves – **era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro.** (grifo nosso) (BARRETO, 2005, p.p. 8-9)

Assim, o Exército implantou os princípios positivistas na instituição para promover a organização, moralização e o progresso da instituição. Para isso, investiu na formação da elite intelectual militar - os oficiais superiores. Neles buscou incutir o amor pela instituição, um amor, como dito anteriormente, altruístico que pensasse na instituição como um todo, deixando de lado as questões particularistas, uma razão que apresentasse caminhos que levassem à “evolução” e ao “progresso” dela e, junto à própria sociedade, a qual se consolidaria pela educação.

De acordo com Aranha (2006), o projeto positivista exaltava a tecnologia e privilegiava a ciência como forma superior de conhecimento, além de preconizar a liberdade de ensino – *ensinar quem quiser, onde quiser e como puder* (ARANHA, 2006, p. 300) – o que veio de encontro aos objetivos do Exército que redimensionou a formação de seus oficiais, sempre voltada para atender primordialmente, as necessidades da corporação.

Segundo Fausto, o positivismo tinha o propósito de formar os *soldados-cidadãos*, que estariam com pé na instituição militar, na *sociedade civil e na política* (FAUSTO, 2008, p.313). Lopez (2008) acrescenta que o *soldado-cidadão* promovido pelo positivismo acreditava ter o dever de cooperar para o progresso da nação, podendo, portanto, intervir na vida política dos civis e promover reformas necessárias a esse progresso.

Os acontecimentos políticos, ao longo da consolidação do regime republicano, trouxeram o Exército novamente para o cenário político, repercutindo diretamente em sua organização e em seu sistema de ensino. Contudo, internamente havia divergências entre os militares, especialmente entre os militares formados na guerra e os militares formados nas escolas militares, mas que diante dos conflitos, sejam eles internos e/ou externos, se uniam para defender a nação, o regime e a própria instituição. Segundo a citação abaixo:

No início do regime republicano, havia dois tipos de oficiais no Exército: aqueles que freqüentaram as Escolas Militares, os chamados de *bacharéis de farda*, adeptos da filosofia positivista; e os *tarimbeiros*, oficiais mais velhos,

ex-combatentes da Guerra do Paraguai. Os *tarimbeiros* trouxeram o apoio do restante da corporação, pois gozavam de imenso prestígio. Era gente de *tarimba*. (grifo nosso)(LOPEZ, 2008, p. 628)

Percebemos que apesar de conflitos e divergências internas, os militares são membros de uma instituição militar, com uma organização e socialização específica que visa aliar conhecimento e prática, para melhor desenvolver suas funções e manter a integridade da própria instituição.

Embora, as idéias positivistas tenham influenciado fortemente a organização do Exército, esta não foi a única, pois depois da 2ª Guerra Mundial, sob a influência dos Estados Unidos, o Exército brasileiro passou também a ser influenciado pelo Pragmatismo. Segundo Aranha (2006), trata-se de uma filosofia que privilegia a “*prática, a experiência, voltada para os fatos, a ação e o poder.*” (ARANHA, 2006, p.p. 260-261), o que levou o Exército a investir mais uma vez na profissionalização do quadro de oficiais e no reaparelhamento da instituição, afastando-se do cenário político, porém por pouco tempo.

1.10. Trajetória histórica do Exército e do ensino militar no Brasil

Na relação com a contextualização com tempo e espaço, o ensino militar foi implantado no Brasil, segundo a historiografia ainda no período Colonial. Durante todo processo de colonização, a nova colônia portuguesa passou por vários conflitos internos e externos. Para controlar esses conflitos, desde as invasões até mesmo os conflitos entre colonos-nativos, colonos-colonos, o governo implantou um sistema militar que apresentou dificuldades para ser efetivado devido às especificidades e particularidades das terras brasileiras. Enquanto Igreja e Estado português travavam batalhas no campo político, econômico e educacional, o que desagiuou na expulsão dos Jesuítas em 1759 por Pombal, os militares, também, travaram uma batalha no campo educacional para promover a formação de uma elite militar, que não estivesse pautada apenas na força e na coragem de seus membros.

A historiografia de caráter mais geral consultada sobre a história do ensino militar no Brasil, caso de Castelliano¹⁴ (2005) tende a tomar a data de 1699, como marco inicial do

¹⁴ Luiz Castelliano de Lucena, Coronel Engenheiro Militar Reformado, é pesquisador e historiador militar. Escreveu o artigo “Um breve histórico do IME – Instituto Militar de Engenharia (Real Academia de Artilharia,

ensino militar no Brasil, diante da necessidade de construir fortes, dentro de uma arquitetura militar e a fabricação de armas a partir das escolas de artilharia, para defender a colônia dos ataques inimigos da Coroa Portuguesa.

A organização militar no período colonial (1500-1822), segundo Magalhães¹⁵ (1998), inicialmente tem a função militar de dominar e conquistar o território e protegê-lo das invasões inimigas, o que levou à criação das Escolas de Artilharia e Fortificação, e que vai se adequando de acordo com as necessidades da organização militar, como revelou Castelliano (id ibidem).

Magalhães ressalta, ainda, que *“em 1699, foi mandado criar do Rio de Janeiro uma aula de fortificação para civis e militares de 18 anos ou mais, a qual parece ter funcionado até 1799”*, sofrendo influência das reformas do Marquês de Pombal, através da organização de aulas isoladas. Ele acrescenta que nesse mesmo período, o governador do Maranhão recebeu a seguinte instrução *“criar uma aula de fortificação para três discípulos com 18 anos (...)”* (MAGALHÃES, 1998, p.217), apresentando uma característica marcante no ensino militar, que seria abrir cursos independentes do número de alunos, mas que atendessem às necessidades da organização, como veremos mais adiante com a reabertura do ensino secundário militar em Fortaleza, na década de 1960, foco de nosso estudo.

Segundo Sodré, são instaladas aulas de fortificação, ainda no período colonial, entre 1698 e 1699, como foi citado em Castelliano e Magalhães, acrescentando que essas estavam pautadas em severas regulamentações e regimentos dos exércitos portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e franceses, que atuaram como professores, ministrando aulas, mas principalmente organizando toda a estrutura militar na Colônia.

Magalhães (1998) colocou também que no período colonial o ensino militar veio promover o disciplinamento do corpo militar, pois havia algumas dificuldades no atendimento às ordens vindas da coroa, principalmente, pela demora na chegada dessas ordens, o que as tornava obsoletas, bem como a própria indisciplina das forças militares ocasionadas pelos desmandos principalmente dos representantes da coroa portuguesa.

Fortificação e Desenho, 1792), disponível em < <http://www.ime.eb.br/arquivos/Noticia/historicoIME.pdf>>. Consultado em 30 de janeiro de 2010, 8:00h.

¹⁵ Coronel João Batista Magalhães autor do livro A Evolução Militar do Brasil, 1998. Acervo consultado na Biblioteca do Colégio Militar de Fortaleza, setembro de 2009.

O ensino militar foi estruturado em aulas avulsas, que ofereciam curso de artilharia e fortificação militar em diferentes regiões. Não existia um plano de ensino uniforme, esse era organizado de acordo com a especificidade de cada região. As aulas eram ministradas em “escolas” localizadas nas fortificações militares existentes, como as fortificações militares na Baía de Todos os Santos e em São Sebastião do Rio de Janeiro, que se tornariam, mais tarde, berço do ensino militar no Brasil. A Escola Militar de Artilharia e Fortificação, implantada em São Sebastião do Rio de Janeiro, tornou-se, em 1738, na Academia Militar do Rio de Janeiro, um dos marcos históricos no ensino militar. Sodré afirma, ainda que a partir de 1738, o ensino militar tornou-se obrigatório e passou a ser um dos critérios para a promoção do corpo de oficiais.

De acordo com Azevedo (1958), o governo português promoveu o ensino militar sem intervir no plano de ensino vigente, que estava sob os cuidados dos Jesuítas, como podemos perceber abaixo:

Não interveio o governo diretamente nos planos de ensino e da cultura senão para criar, **à margem do sistema jesuítico**, escolas em que se aprendesse a jogar a artilharia, bornear a peça e carregá-la, e a construir fortificações, como a escola de artilharia e arquitetura militar, da Bahia (1699), e aula de artilharia criada em 1738 no Rio de Janeiro, ou para cortar pela raiz instituições, como a universidade e a imprensa que de futuro pudessem constituir focos ou instrumentos de libertação dos colonos. (grifo nosso) (AZEVEDO, 1958, p.37)

Essas aulas, segundo Castelliano (2005) remontariam de aulas criadas no período entre 1648 a 1650, as quais foram noticiadas por um *holandês, chamado Miguel Timermans, quando esteve na colônia portuguesa*. Castelliano coloca ainda que o Rei de Portugal manifestou interesse em promover um curso de formação de soldados técnicos na arte de fortificação através da Carta Régia de 15 de janeiro de 1699, com objetivo de defender a colônia dos ataques das invasões estrangeiras, como citado.

De acordo com Castelliano, essa aula

foi instituída, então em 1699, a Aula de fortificação, a cargo do capitão Engenheiro Gregório Gomes Rodrigues, enviado ao Brasil em janeiro de 1694 para dar aulas aos condestáveis (comandante de forças ou chefe de artilheiros) e aos artilheiros do rio de janeiro. Com material didático de suporte às aulas foi utilizado o livro **“Método Lusitânico de Desenharas Fortificações das Praças Regulares e Irregulares”**, de autoria de Tenente-General Luís Serrão Pimentel, editado em 1680. (grifo nosso)(CASTELLIANO, 2005, p.5)

Ainda, de acordo com Castelliano existe um exemplar desse livro na biblioteca do Instituto Militar de Engenharia – IME, que se tornou base documental para ensino da engenharia militar no Brasil e Portugal. Para ele, o ensino militar baseou-se na formação da engenharia militar portuguesa, o que demonstrou seu caráter profissionalizante desde a sua concepção.

O ensino militar no Brasil nasceu como forma de instruir o corpo militar, baseado em aulas isoladas, específicas, para o sistema militar, porém esse foi utilizado pela elite colonial como opção de ensino, uma vez que as outras opções de ensino encontravam-se principalmente na Europa. Azevedo (1958) apresenta também que esta seria possivelmente a primeira instituição leiga no país. Segundo ele:

Nessa paisagem escolar, uniforme e sem relevo, não se encontravam fora do domínio espiritual dos jesuítas senão a escola de arte e edificações militares, criada na Bahia em 1699, - talvez **a primeira instituição leiga de ensino no Brasil**, uma aula de artilharia criada em 1738, no Rio de Janeiro (...). (grifo nosso) (AZEVEDO, 1958, p.47)

Para Azevedo, o ensino militar tornar-se-ia um dos centros de ensino mais importante na colônia, principalmente depois da ruptura entre Estado e Igreja, durante o reinado de D. José, que levou à desestruturação do ensino na colônia.

Magalhães (1998), afirmou que essas “*escolas*” tinham um caráter técnico-profissionalizante, com aulas avulsas, ministradas para militares e para civis, com foco no público masculino, a partir dos 18 anos de idade. O autor relata, ainda, que existiram aulas avulsas de fortificação e artilharia na Bahia que recebiam militares estrangeiros a serem formados e empregados em tropas e nos tribunais. Estes militares, além de prestarem serviços em suas respectivas tropas ou tribunais, deveriam oferecer aulas em suas profissões, além de servirem de incentivo para os demais alunos. O citado autor faz referência a uma carta de recomendação de Sebastião José de Carvalho, futuro Marquês de Pombal, em 21 de setembro de 1751, a Gomes Freire, que diz:

disponha V.S. que eles nos lugares onde forem empregados estabeleçam aulas das suas profissões; ordenando, ao mesmo tempo, que os oficiais e soldados portugueses, que tiverem essa inclinação, assistam às mesmas aulas em horas determinadas fazendo aos que as frequentarem algumas distinções de estimação e de adiantamento, que animem os mais a procurarem os meios para se instruírem. (MAGALHÃES, 1998, p.217)

Ainda, segundo Castelliano, as aulas de fortificação e artilharia, ocorreram, também, em Salvador, entre 1710 a 1829, tornando-se um dos primeiros cursos regulares ocorridos, já que as demais aulas avulsas apresentavam descontinuidade. De acordo com ele, ocorreram aulas de fortificação, também, em Recife, entre 1718 a 1812, com aulas de matemática, geometria, cálculo integral, mecânica e hidrodinâmica. Castelliano afirma, ainda, que no Rio de Janeiro as aulas avulsas de fortificação, implantadas em 1699, foram ampliadas em 1738 com aulas de artilharia, ficando sobre a responsabilidade do *Sargento-Mor José Fernandes Pinto Alpoim*. À medida que a colônia crescia e se desenvolvia o ensino militar evoluía, tendo a partir da reforma do Marquês de Pombal um grande impulso.

Em 1759, o Marquês de Pombal, expulsou os jesuítas do Brasil e com eles ocorre a desestruturação do processo de ensino por eles implantado. Contudo, por razões de segurança, o “sistema de ensino militar” não sofreu prejuízos, pois se encontrava fora do processo de ensino jesuítico. Pelo contrário, as aulas avulsas no sistema de ensino militar, passaram a agregar em seu currículo aulas de geometria, aritmética, desenho, francês e primeiras letras. Como verificamos em Azevedo (1958) ao dispor que:

Mais tarde em 1774, inauguram-se uma aula régia de latim, em São João del-Rei, Minas Gerais, e uma de filosofia no Rio de Janeiro onde se instalam, dois anos depois, aulas de grego, de hebraico, de filosofia e de teologia, por iniciativa dos frades franciscanos; é criada nessa mesma cidade, em 1783, pelo Vice-rei Luís de Vasconcelos, uma aula de retórica e poética, em favor do poeta Silva Alvarenga; abrem-se uma aula de desenho e de figura em 1800 e **aulas de ensino elementar, aritmética, geometria, francês e desenho, para a instrução de militares, (...)** (grifo nosso) (AZEVEDO, 1958, p.50)

Nesse período, o ensino militar, segundo Castelliano, acrescentou aulas de arquitetura militar, as aulas avulsas que passou a ser denominada de “Aula Militar do Regimento de Artilharia”, com objetivo de formar artilheiros e oficiais técnicos em engenharia militar. Segundo o referido autor, o artilheiro era também o engenheiro de armamento responsável pelo projeto e fabricação do armamento. O ensino militar inicia uma nova etapa, agora, caminhando para nível superior.

Com a vinda da Corte Portuguesa, a organização militar, passou a ter, também, a função de participar do quadro administrativo do novo governo, pois a instalação da Sede da Monarquia Portuguesa, que veio a tornar-se Sede do Governo Português, obrigava-os a uma

nova atuação e formação, como ressaltou Magalhães, o Brasil “*Em vez de colônia ou de principado honorário, vai ser o verdadeiro centro da Monarquia regida pela Casa de Bragança*” (MAGALHÃES, 1998, p. 229), significando não apenas a vinda da Família Real para o Brasil, mas a transferência do próprio Reino Lusitano.

Depois que cessaram as guerras na Europa, com a derrota de Napoleão, findaram os motivos para D. João VI permanecer no Brasil, que decidiu ficar e criou o “*Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*” (LOPEZ, 2008, p. 315), dando início ao período do reinado que se estabeleceu com decreto de elevação a Reino-Unido, em 1815. Lopez (2008) resalta que D. João VI criou ministérios e secretárias, governando com auxílio de três ministérios em particular: “*o da Guerra e Estrangeiros, o da Marinha, e o da Fazenda e Interior.*” (Idem, Idem, p. 317)

Gênese da construção do Brasil como Estado-Nação, que inspirou o seu nacionalismo, construindo as bases para a idéia de Nação e lançando, assim, os fundamentos que sustentariam a necessidade das Forças Armadas – Exército e Marinha – que buscou na educação o caminho para definir sua identidade.

Percebemos, assim, a participação ativa dos militares na organização política da colônia portuguesa, momento propício, que lhes permitiu ampliar o ensino para modalidade superior, com a criação da Academia Real Militar, pela Carta Régia de 1810, tendo iniciado suas atividades em 23 de abril de 1811. Segundo Azevedo

A Real Academia Militar⁵, fundada pelo Príncipe Regente D. João VI, nos moldes das escolas francesas que exerceram acentuada influência em nosso ensino militar, através de mais de um século, destinava-se, de fato, antes de tudo, a formar oficiais e engenheiros militares e também a partir de 1839, em que foi criado o curso de engenharia civil, a formar os quadros de engenheiros militares e dos servidores públicos. (AZEVEDO, 1958, p.233)

Azevedo (1958) relata que “*As escolas médico-cirúrgicas e a escola de engenharia militar (...) foram instituídas pelo Estado com objetivo de recrutar o pessoal dirigente de vários serviços públicos: cirurgiões, engenheiros militares e administradores coloniais.*” (AZEVEDO, 1958, p. 229), dentre eles a oficialidade militar seria recrutada entre os membros da “*Aristocracia*” para apoiar a gestão administrativa, e desenvolver projetos de infra-estrutura construindo prédios, estradas, pontes e canais. Azevedo coloca ainda que o ensino superior militar passou por quatro períodos distintos

o primeiro consistiria na criação da Academia Real Militar e a separação dos cursos civis e militares, entre 1810-1874; o segundo com a criação da Escola de Estado-Maior, em 1905; a vinda da missão francesa, entre 1905 a 1930 e por último a partir de 1930, a crescente especialização e mecanização das instituições militares. (AZEVEDO, 1958, p. 233)

Assim, o Exército inicia a criação das bases do ‘futuro’ sistema de ensino militar, com cursos técnico-profissionalizantes e curso superior na colônia portuguesa.

Magalhães ressalta, que no período Imperial, o Brasil ao constituir-se em Estado-Nação, em 1822, percebeu a necessidade de formar um Exército Brasileiro, que foi “*organizado, sob novas bases, correspondentes à nova situação política, conforme a Constituição de Império de 1824, que assenta os fundamentos jurídicos da existência das forças militares brasileiras.*” (Magalhães, 1998, p. 249) e cuja finalidade seria “*definida pelo art. 145: sustentar a independência e integridade do Império*” (Idem, idem, p. 249).

Na perspectiva de formar melhor o quadro de oficiais, pois, em 1825, não havia uma legislação clara para o ensino militar, particularmente para a formação de oficiais, foi permitido que esses fossem à Europa, para se instruírem, trazendo como referencial os estilos adotados pelo Exército Português, Inglês e Francês.

Além do ensino de formação profissional e superior, voltado para formação dos oficiais superiores, de acordo com Neves¹⁶, em 1822, os militares ingressaram na instrução das primeiras letras, voltada para formar os operários militares, estendendo-se, em 1823, para formação dos oficiais inferiores, que se tornariam possíveis embriões das Escolas Regimentais, as quais foram citadas por Magalhães, que apresentou o ano de 1860 como marco de sua criação, a partir de novas reformas no ensino militar. Reformas que estão associadas aos acontecimentos políticos, que influenciam diretamente a organização do ensino militar.

Segundo Fausto (2008) com a morte de D. João VI, em 1826, D. Pedro viu a possibilidade de tornar-se Rei de Portugal, vislumbrando a idéia de voltar os tempos do Reino

¹⁶ Fátima Maria NEVES. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação/UEM, Coordenadora do Grupo de estudos e de Pesquisa sobre a História dos Campos Disciplinares, autora do artigo O método lancasteriano e o ensino da ordem e da disciplina para os soldados do império brasileiro, disponível em: < www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3119--Int.pdf -> 16 de abril de 2011, 16:00h.

Unido de Portugal, Brasil e Algarves, gerou manifestações de civis e militares brasileiros. Dentre essas manifestações, a “Noite das Garrafadas”, gerou conflitos diretos entre militares, portugueses e brasileiros, vindo a ocasionar a renúncia de D. Pedro I. O citado autor relata que “*os comandantes militares brasileiros de maior prestígio, como os irmãos Lima e Silva, um deles pai do futuro Duque de Caxias, aderiram à revolta*” levando “*D. Pedro a abdicar em favor de seu filho, D. Pedro II*”, em 7 de abril de 1831. (FAUSTO, 2008, p. 158)

De acordo com Lopez, tais acontecimentos levaram o Exército a perder posição diante do governo que o reduziu, mantendo-o vigiado e renegado à segundo plano, principalmente, após a criação da Guarda Nacional, que havia sido criada para auxiliá-lo na manutenção da ordem e defender a Constituição. (LOPEZ, 2008, p.522)

Segundo Magalhães, a Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, com interesses político-partidários, tornando-se permanente e tendo uma 2ª linha reserva *composta por funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, estudantes, pelas profissões liberais*, (MAGALHÃES, 1998, P. 269) e, devido aos acontecimentos citados, passou a receber os militares dissidentes do Exército, principalmente, após o conflito da “Noite das Garrafadas”, levando ao início da “desmilitarização” do ensino militar.

Segundo Azevedo (1958), os conflitos entre civis e militares repercutiram nos estabelecimentos de ensino do Exército, levando-o a ceder espaço para os cursos de engenharia civil dentro das escolas militares, iniciando o processo de desmilitarização do ensino militar, que teve início em 1832 e somente retomou sua autonomia e hegemonia a partir da Guerra do Paraguai, precisamente em 1874, após a divisão da Escola Central em Escola Militar e Escola Politécnica.

Entre 1832 a 1874, o ensino superior militar passou por algumas reformas, dentre elas, podemos citar a fusão do ensino militar do Exército e da Armada (Marinha), que ocorreu em 8 de dezembro de 1835, que passou a ser denominada de Academia Militar e de Marinha que tinha como objetivo formar alunos para as armas do Exército, corpo de engenheiros e Marinha, cuja os cursos compreendiam *matemática, assuntos militares, construção de pontes e calçadas e construção naval*. (Magalhães, 1998, p. 271) A partir de 1838, o ensino militar sofre nova reforma na qual se restabeleceu a autonomia da Academia da Marinha, mas não a autonomia da Escola Militar do Exército que continuou com curso de engenharia civil.

Nova reforma se configura em 1842, introduzindo na Escola Militar aulas de Geologia, Ciências Sociais e Jurídicas, Administração e Legislação Militar, além da instalação na Academia de um observatório de astronomia. De acordo com Magalhães os alunos que concluíssem o ciclo completo do ensino superior receberiam o diploma de Bacharel. Apesar das reformas no ensino, Duque de Caxias, Ministro da Guerra em 1862, ressentia-se da falta de formação de oficiais para a função militar, segundo ele “*a Escola Militar não formava oficiais em número bastante*” (MAGALHÃES, 1998, p. 287), pois seu foco tenderia mais para a engenharia civil em detrimento da engenharia militar.

Corroborando com Magalhães, Azevedo cita as palavras de Tasso Fragoso, na qual ele expõe que na Escola Militar não se formava mais

oficiais habilitados no conhecimento da tática e da estratégia capazes de auxiliar o chefe no comando dos exércitos em operações, porém versados principalmente em topografia e geodésia e, por conseguinte, aptos para fazer reconhecimentos e organizar a cartografia necessária na paz e na guerra. (AZEVEDO, 1958, p. 234)

É essa reorientação na formação dada que se configura na chamada desmilitarização do ensino militar. Apesar das represálias, Magalhães acrescenta que o Exército continuou investindo no seu quadro de pessoal, criando novas escolas como: escolas elementares, escolas de aplicação, escolas de tiro, escolas auxiliares, escolas regimentais, escolas preparatórias, escolas de aprendizes artilheiros, além da biblioteca militar.

A partir das glórias na Guerra do Paraguai, o Exército restabeleceu a autonomia no ensino militar, com a Escola Militar, separando-o do ensino civil, que ocorrera com a criação da Escola Central, em 1858, como citado anteriormente.

Ainda de acordo com Magalhães, com a Proclamação da República, o ensino militar sofreu novas reformas. No Rio de Janeiro é criado, em 1889, o Imperial Colégio Militar, para atender uma lei promulgada em 1888, a Escola Superior de Guerra e, no Ceará, a Escola Militar do Ceará.

A Escola Militar do Ceará trouxe esperanças para a província cearense, na perspectiva de desenvolvimento social, intelectual, como podemos perceber no artigo do

jornal *Gazeta do Norte*¹⁷ que diz: “Fundados motivos houve para as demonstrações de público regosijo com que foi festejada hontem a inauguração da Escola Militar de Fortaleza.” (Gazeta do Norte, 1889, p.2)

Contudo, os acontecimentos políticos, com advento da Proclamação da República, deixaram o país em um clima de intranqüilidade, repercutindo em todas as províncias e, na província cearense, não passou despercebida como podemos perceber através de sua literatura, em que Adolfo Caminha, em seu livro *A NORMALISTA*, que cita:

A esse tempo um grande acontecimento preocupava toda a cidade. Liam-se na seção telegráfica da província as primeiras notícias sobre a proclamação da república brasileira. Dizia-se que o Barão de Ladário tinha sido morto a pistola por um oficial da linha, na Praça da Aclamação, e que o imperador não dera uma palavra ao saber dos acontecimentos, em Petrópolis. O Ceará estremecia a esses boatos. Grupos de militares cruzavam as ruas, ouviam-se toques de corneta no batalhão e na **Escola Militar**. Tratava-se de depor o presidente da província, um coronel do exército. Os canhões La Hitte, da fortaleza de N. S. d’Assunção, dormiam enfileirados na praça dos Mártires, defronte do Passeio Público, **guardados por alunos da patrona e gola azul.** (grifo nosso) (CAMINHA, 1999, p.187)

Acontecimento, que repercutiu na Escola Militar do Ceará, estabelecimento de ensino que vinha conquistando a comunidade cearense, por ser admirado pela excelência do ensino e respeitado por suas ações no cenário político e intelectual na cidade.

Farias (1997) relata que a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, teve a participação direta da Escola Militar do Ceará na implantação do sistema político em nossa cidade. Os oficiais do 11º Batalhão de Infantaria, hoje a 10ª Região Militar e, os alunos da Escola Militar, no dia 16 de novembro de 1889, reuniram-se para festejar o ocorrido, como podemos verificar na citação abaixo:

No dia 16 de novembro de 1889; 16 oficiais do 11º Batalhão de infantaria, alunos do **Colégio**¹⁸ **Militar** e alguns civis do Centro Republicano, reuniram-se na Praça dos Mártires (Passeio Público), para celebrar o

¹⁷ Jornal *Gazeta do Norte*, 2 de janeiro de 1889, p. 15, sessão de periódicos do acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

¹⁸ De acordo com as fontes consultadas, em 1889, no Ceará, o termo “Escola Militar” trata do curso profissionalizante na carreira das armas, enquanto o termo “Colégio Militar” se relaciona com o ensino secundário ou “escola de menores”, voltado para assistir os filhos de militares.

ocorrido, entre músicas, foguetórios, discursos e gritos de “Viva a república”, decidiram marchar sobre o Palácio do Governo, com o objetivo de depor o Presidente Morais Jardim. (grifo nosso) (FARIAS, 1997, p. 118)

Fato que também foi relatado por Ponte (2001), ao citar a atmosfera de euforia na cidade, como vemos abaixo:

A instauração da república no Ceará se processou entre os dias 15 e 16 de novembro por intermédio de uma articulação envolvendo militares da **Escola Militar** e do 11º Batalhão, e os integrantes do centro republicando (organizado poucos meses antes, em 26.07.1889), que depôs o governo provincial de Morais Jardim. (grifo nosso) (PONTE, 2001, p. 32)

Ponte afirma que o Cel. Luís Ferraz assumiu o governo provisoriamente, vindo a falecer tempo depois, em janeiro de 1891, colocando no governo o Gen. Clarindo de Queiroz, aliado do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca. Esse fato foi seguido de perto pelos alunos e professores da Escola Militar. Com a renúncia do Marechal Deodoro e da ascensão de Floriano Peixoto à Presidência da República, iniciou-se, segundo Farias, uma caça aos governadores partidários do Marechal Deodoro que culminou em uma luta entre partidários de Teodoro e Floriano. Esse conflito levou a uma batalha armada. Segundo Farias (1997)

A pressão para deixar o poder cearense foi intensa, indo de delicados memorandos a agressivos ultimatos. O general permaneceu no cargo pelo menos até 16 de fevereiro de 1892, quando **alunos da Escola Militar**, parte do Exército e da Marinha, usando canhões e metralhadoras, cercaram o Palácio do Governo e exigiram a renúncia. Clarindo, porém, apoiado em uma míngua força policial, dispôs-se a resistir. Os Florianistas, bombardearam a sede governamental, na Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões) na manhã do dia 17, com Palácio crivado de balas Clarindo de Queiroz, sem munição, rendeu-se aos inimigos e entregou o cargo ao líder do golpe, Tenente-Coronel José Freire Bezerril Fontenelle, comandante da Guarnição Federal dirigente do Colégio Militar; treze pessoas perderam a vida nesse confronto. (FARIAS, 1997, p. 120)

Nessa luta de poder um dos alunos da Escola Militar vem a falecer no combate. Segundo Marques, “o Sr. João Epaminondas de Vasconcelos, natural do Rio Grande do Norte.” (MARQUES, 2007, p.54). Fato que segundo Castelo contribuiu para o fechamento da escola.

Segundo Bezerra de Menezes (1992), a Escola Militar do Ceará teve como sede inicial a ala posterior da 11º Batalhão de Infantaria, hoje a então conhecida 10º Região Militar

de Fortaleza, no Centro da cidade, próxima à Catedral de Fortaleza. Foi transferido em 15 de dezembro de 1892, para o prédio localizado no antigo Asilo de Mendicidade, localizado no bairro do Outeiro, *entre as Ruas do Colégio das órfãs, da Leopoldina, da Solidade (Rua J. da Penha)* (BEZERRA DE MENEZES, 1992, p.160), onde permaneceu até 1895, quando da reforma do prédio retornando ao 11º Batalhão de Infantaria. Em 1897, firma-se no prédio do bairro do Outeiro, retomando suas atividades até 1897, quando de seu fechamento. Nesse período, o prédio foi ocupado por outras instituições militares e civis.

Com a instalação desse estabelecimento de ensino, grande foi repercussão na cidade, especialmente em Fortaleza. A instalação do ensino militar no Ceará, desde sua primeira fase promoveu um grande impacto local, definindo espaços e lugares que se confundiram com a própria organização da cidade. Castelo (1970) considera que:

...a primeira fase do ensino militar neste Estado pode ser considerado a de maior importância, tal impacto causado pela presença de dezenas de cadetes, do Sul e do Norte, em uma cidade provinciana, como a Fortaleza dos fins do século passado. A vida social intensificou-se, com a promoção freqüente de festas dançantes e de outros acontecimentos diversionais e as atividades intelectuais registraram notável desenvolvimento,(...). (CASTELO, 1970, p.206)

Nesse contexto, Fortaleza precisou se adequar às mudanças que a presença de uma escola militar trouxe para a cidade. Segundo Menezes (2000), a vida social contou com uma dinâmica nova, que incluía o lado irreverente dos alunos da escola militar, como podemos observar abaixo:

Tiveram matrícula 700 alunos, entre efetivos e adidos. Não havia internato. Formaram-se, então, “republicas” pela cidade. E, à noite, depois das 21 horas, os cadetes tomavam conta da pacata capital e praticavam as estripolias mais incríveis e absurdas. Pintavam o sete! Ao amanhecer, o fortalezense encontrava as conseqüências das diabruras dos moços estudantes. O menos que praticavam era roubar perus, patos, galinhas...(MENEZES, 2000, p.p. 98-99)

O referido autor mostra que a disciplina militar era, “possivelmente”, restrita às dependências da escola, o que deixava em alerta a polícia local. Esta estava sempre atenta e acompanhando as travessuras dos cadetes, como ocorreu no carnaval de 1897, no qual

os cadetes organizaram para o carnaval em clube, o Clube dos Gaiolas, que sobressaltou Fortaleza, no tríduo de Momo. (...) O Clube, composto somente de alunos da Escola Militar, tinha sua sede na rua Senador Pompeu, em prédio ocupado inteiramente a revelia do seu proprietário. Carroças, sinos (do Passeio Público e da Igreja São Luís), cadeiras, caixões para as armações de críticas, tudo, enfim, foi roubado. Os *Gaiolas* iam sair à rua, no domingo gordo. Na véspera, começaram a pega de jumentos. A polícia, sabedora de que os cadetes iriam trazer carros de críticas às autoridades, exigiu, para o seu visto, a apresentação prévia dos mesmos. Os cadetes, porém, não deram confiança. (MENEZES, 2000, p.99)

Menezes relata também que os cadetes saíam pela cidade afora, praticando coisas inusitadas e deixando a população em sobressalto, sempre à espera de alguma “*diabrura dos inquietos cadetes...*” mostrando o espírito de equipe e camaradagem dos alunos, princípios do ensino militar, que se consolidava para além dos muros da instituição. Além de demonstrar o espírito indomável dos alunos, alvo do condicionamento para a sujeição do corpo e da mente que seriam moldados para atender aos interesses da instituição, nesse caso o Exército.

Além do envolvimento da Escola Militar nas questões políticas que segundo Castelo foi um dos fatores que levou ao seu fechamento, Magalhães acrescenta, que os acontecimentos políticos desde a Proclamação da República, levou os militares a se preocuparem com o gerenciamento das fronteiras, principalmente na região sul e regiões litorâneas e no controle dos centros urbanos, locais de constantes manifestações políticas e sociais, levando assim ao redimensionado, do contingente militar em determinadas regiões do país, medida que, também, influenciou o fechamento de alguns estabelecimentos de ensino militar, e redefiniu o número de estabelecimentos de ensino militar e seus alunos.

Segundo Magalhães (1998), nesse período alguns estabelecimentos de ensino¹⁹ foram fechados, como o caso da Escola Superior de Guerra, que foi extinta em 1890 e houve redução nos demais estabelecimentos de ensino como as escolas regimentais, escolas preparatórias e redução dos alunos no Colégio Militar do Rio de Janeiro. O referido autor afirma também que o Colégio Militar do Rio de Janeiro - CMR, “*destinava-se a receber os filhos legítimos e legitimados dos capitães e oficiais subalternos do Exército, preferindo-se os órfãos e os mais pobres, o que mostra a valorização que se pretendia dar aos quadros de*

¹⁹ Ver a Evolução Militar no Brasil, de Magalhães, 1998, p. 319, citada em nossa referência bibliográfica.

então.” (1998, p. 278), mas que segundo Sodré (2010) vinha atender às reivindicações dos militares por melhores condições de trabalho, assistindo-os na educação de seus filhos.

Além das questões de redimensionamento do contingente militar, o envolvimento dos alunos, das escolas militares, nos conflitos políticos também teria levado ao fechamento de alguns estabelecimentos de ensino militar, como ocorreu no Ceará, como já citado anteriormente, e é aqui reforçado por Castelo (1970)

A participação da Escola Militar do Ceará nos fatos políticos foi, desde então, muito ativa, e pode alegar-se como outra prova disso a sua responsabilidade na deposição, em fevereiro de 1892, do presidente do Estado, General José Clarindo de Queirós. O envolvimento dos professores e estudantes do estabelecimento em fatos dessa natureza não tardou a determinar sua extinção pelo Govêrno, o que aconteceu por lei de 16 de dezembro de 1897. (CASTELO, 1970, p.p 205-206)

Segundo Marques (2007) os alunos da referida Escola Militar do Ceará, foram transferidos para Escola Militar do Rio de Janeiro e para Escola Militar de Porto Alegre. Fechar a escola e dividir os alunos era uma forma da instituição exercer seu poder e coibir os atos de indisciplina nos estabelecimentos de ensino que antes de tudo são estabelecimentos militares, portanto sujeitos às suas leis. Assim, a organização militar buscou se adequar às mudanças provocadas pelos conflitos internos e externos, devido a questões políticas e sociais, para redimensionar suas ações e assim alcançar seus objetivos.

Tais conflitos envolviam desde rebeliões estudantis a outros bem maiores, como ficou patente no episódio da famosa guerra de Canudos²⁰, em que o Exército brasileiro foi chamado para riscar do mapa, a comunidade organizada por Antônio Conselheiro. Segundo Lopez (2008), Euclides da Cunha denunciou, em seu livro *Os Sertões*, a fragilidade e a falta de noção dos próprios militares diante dos conflitos, ao relatar que os soldados não estavam preparados, pois estes não conheciam o adversário, seus hábitos, costumes, nem mesmo a região onde o conflito se deflagrou, conseqüência da desestruturação da instituição provocada pelo regime oligárquico, que passou a dominar o horizonte político da Primeira República.

²⁰ Guerra de Canudos (1893-1897), movimento social interno, ocorrido no sertão de Pernambuco, foi visto na época como uma ação contra o poder econômico dos grandes latifúndios, da Igreja e do Estado, ameaçando a estrutura econômica, religiosa e o próprio regime republicano. Ver Boris Fausto e Adriana Lopez & Carlos Guilherme Mota, 2008.

Como afirma Sodré (2010), também, referindo-se ao episódio de Canudos, “(...) o grau de deterioração a que o Exército fora submetido, sua incapacidade para travar uma luta organizada (...)” (SODRÉ, 2010, p.232), momento que as forças civis, representada pelos grandes latifundiários, aproveitaram para “montar o sistema oligárquico e liquidar de vez o Exército” (Idem, idem, p.233), afastá-los do cenário político.

Segundo o citado autor, o novo poder político, o regime oligárquico, configurou-se, após os governos militares do Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto, sob a política das oligarquias cafeeiras, comandada pelo Presidente Prudente de Moraes, que desarticula novamente o Exército, relegando-o, novamente à segundo plano, o que reflete diretamente em seus estabelecimentos de ensino.

Com a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), inicia-se uma nova atuação e formação do Exército Brasileiro. Segundo Magalhães (2008), findada a guerra, o Exército sofreu influência direta da Missão Francesa que veio atuar no ensino, especialmente, na Escola de Estado-Maior, no sentido de aliar teoria e prática. Essa formação levou os novos oficiais a receberem formação intelectual mais teórica que seus chefes, o que provocou um descontentamento entre militares novos e antigos. Para Sodré (2010), essa formação evidenciou o “*distanciamento entre Estado-Maior e o comando e a própria tropa*”, demonstrando a falta de unidade entre os oficiais, pois “*a oficialidade antiga mostrava-se refratária a esse reformismo...*” (SODRÉ, 2010, p. 253). Para o autor, apesar dos descontentamentos gerados a partir da formação aos novos oficiais, a instituição buscou promovê-la e ampliá-la, enviando seus oficiais onde eles pudessem trazer novas idéias para renová-la e reestruturá-la.

Lopez (2008) afirma que os militares enviaram alguns oficiais para realizarem cursos na Alemanha²¹, trazendo as idéias que foram propagadas por um grupo de oficiais, que ficaram conhecidos como “*jovens turcos*”²². Essas idéias propagavam que os militares deveriam investir em sua profissionalização, formando a figura do “*soldado-profissional*”,

²¹ De acordo com Magalhães, entre 1908 e 1915, os oficiais do Exército Brasileiro foram em busca de instruções, junto ao Exército Alemão, sobre a prática de grandes manobras, organização de grandes unidades de organização permanente, bem como a preparação técnica para guerra. Magalhães ressalta que ocorreram várias reformas, a partir dessas instruções, dentre elas a criação da lei do serviço militar obrigatório, a criação do Estado Maior do Exército. (MAGALHÃES, 1998, p.p. 323-324).

²² Reformas no Exército Brasileiro, com envio de oficiais, para estagiar na Alemanha, dentro das “tradições militares prussianas”, os quais foram denominados ‘jovens turcos’, mas que após a 1ª Guerra Mundial foram extintos e substituídos pela Missão Francesa. Disponível em: http://www.doutrina.linear.nom.br/artigos/Novo/Nacionalismo%20e%20esquerdismo%20nas%20For%20C3%A7as%20Armadas_3.htm, 02 de maio de 2011, 19:00h.

afastando-se da vida política do país e dos cargos públicos e “*obedecendo estritamente a seus superiores hierárquicos.*” (LOPEZ, 2008, p. 629), o que é confirmado por Fausto que ressalta que o “*treinamento dos oficiais melhorou com a ida de três turmas à Alemanha, entre 1906 e 1910.*” (FAUSTO, 2008, p.313)

Segundo o já citado Sodré após a 1ª Guerra Mundial, o Exército voltou ao cenário, movido por novas idéias e promovendo novas reformas que permitiram maior especialização e profissionalização dos oficiais, além da ampliação da estrutura física da organização militar através da construção de quartéis, redefiniu o ensino militar de formação e de aperfeiçoamento, com objetivo de melhorar a formação do corpo de oficialidade.

Nesse período, precisamente em 1919, no Ceará é aberto o ensino secundário militar, com o “Colégio Militar do Ceará”, iniciando uma nova etapa no ensino militar, agora, voltado para atender à juventude, na modalidade assistencial e preparatória. O CMC teve suas atividades iniciadas em 1º de junho de 1919, no prédio onde funcionara a Escola Militar do Ceará no século XIX.

Depois do período de instabilidade política com a Proclamação da República e o envolvimento dos alunos e professores da Escola Militar, que envolveu a morte de um aluno como citado, levando ao fechamento desse estabelecimento de ensino como relatou Castelo, o ensino militar continuou inspirando confiança. Acende novamente as esperanças da população local, agora, com ensino secundário militar, a partir do Colégio Militar do Ceará, como mostra Castelo (1970):

(...)o **Colégio** há desempenhado papel de suma importância na vida intelectual e social cearense, não só pela correção de atitude de seus professores e alunos, como pela simpatia que sempre mereceu da população da Capital e pelos positivos resultados de sua atuação na formação dos jovens do nosso e de outros Estados. (griso nosso) (CASTELO, 1970, p.209)

Mais uma vez o ensino militar passa a ter destaque no cenário educacional cearense, tornando-se outra vez referência histórica e, também, geográfica, para a cidade, que passou a confundir-se com a história de seus moradores, como podemos perceber no relato de Rachel de Queiroz que cita o Colégio Militar do Ceará em suas memórias:

Nosso colégio era monotonia conventual, o sino, a comida ascética, da qual, aliás, nós, as externas, estávamos livres. Quem conhece a topografia de

Fortaleza sabe que o **Colégio Militar e o Colégio das Irmãs** ficavam ao longo da mesma rua, no antigo **Bairro do Outeiro**, hoje devorado pela rica e invasora Aldeota, que naqueles outrora só começava ao fim do calçamento, depois do palácio florentino do Plácido, já derrubado para ceder lugar a um espigão, pois Fortaleza também já anda infestada de espigões. (grifo nosso) (Apud MARQUES, 2007, p.207)

O ensino secundário militar, ali inaugurado, passou a ter o mesmo respaldo da antiga escola militar junto à sociedade cearense. Como herdeiro dos valores e tradições da escola militar, o colégio desenvolveu um intenso envolvimento nas atividades políticas da cidade. Segundo Castelo (1970), durante a Revolução de 1930, os dirigentes da instituição perceberam a inquietação dos alunos diante dos acontecimentos políticos e decidem de forma inexplicável, fechar o colégio, em 19 de agosto de 1938, pelo Decreto-Lei Nº 637. Essa medida para Castelo se configurou em um erro, que a própria instituição buscou reparar 3 anos depois com a criação da “Escola Preparatória de Cadetes” em Fortaleza.

Segundo Castelo “(...) em 9 de janeiro de 1942, foi instituída a *Escola Preparatória de Fortaleza pelo Decreto Nº 4006, a qual dará continuidade ao ensino militar no Ceará. Porém, o objetivo da escola fica mais restrito, pois volta-se para formar os jovens somente para a carreira militar.*” (CASTELO, 1970, p. 207) O novo estabelecimento de ensino voltou-se para formar oficiais para a carreira das armas, como a antiga Escola Militar do Ceará, principalmente devido à iminência do Brasil participar da 2ª Guerra Mundial.

Lopez (op. cit.) coloca que nesse período, o Exército Brasileiro passou por uma terceira fase, com retorno da influenciada francesa, através da *Missão Militar Francesa*, com objetivo de promover maior conhecimento sobre guerra e a preparação para ela, a partir da formação dos oficiais na arte do comando, que ocorreu diretamente na formação dos oficiais do Estado-Maior²³.

Nessa fase, surge a figura do “*soldado-corporação*”, na qual os militares acreditavam que poderiam intervir de forma moderada na política, atuando de forma direta quando percebessem que os civis não estavam preparados para exercer o poder. Segundo Lopez “*Para eles, a intervenção armada era legítima: as forças armadas tinham o direito de tutelar os civis.*” (LOPEZ, op. cit, p.629).

²³ De acordo com Magalhães o Estado-Maior constitui-se em um órgão militar cuja função seria auxiliar o comandante militar, através do planejamento, estudo, busca por informação, viabilizar a direção e a estruturação das tropas, que contribua para promover a defesa da nação. (p. 327)

Depois do conflito em Canudos e em Contestado²⁴, o Exército voltou ao cenário político, na tentativa de “salvar” o Brasil da República Oligárquica. A política dos grandes latifundiários determinava o rumo dos acontecimentos políticos, dentro de constantes abusos – *corrupção* – o que levou os militares a se recusarem a seguir as ordens presidenciais.

Surge o movimento conhecido como *Tenentismo*. De acordo com Lopez (op. cit.), diversos grupos sociais reivindicavam maior participação e moralização no governo. Entre esses grupos estavam os militares, que buscavam maior participação política no governo. Segundo Sodré (2010) o “*Tenentismo começa a representar a renovação, o impulso burguês, à força do avanço, o sentido inconformista, amplo, nacional. Assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar que se recusa a servi-los.*” (SODRÉ, 2010, p. 270).

Segundo Lopez (op. cit.), os militares estavam descontentes com os acontecimentos políticos. Eles acreditavam na necessidade de uma reforma administrativa a partir de uma moralização política para o Brasil e, internamente, na organização militar, para eles havia a necessidade de renovar o quadro de oficiais através das promoções dentro da corporação e da implantação das aposentadorias, o que não vinha ocorrendo, gerando assim descontentamento entre eles. Esses descontentamentos, externos e internos, se materializaram, o que deu origem ao movimento conhecido como *Tenentismo*, que levou jovens tenentes, em 1922, a pegarem em armas contra o governo civil. Contudo, devido à falta de apoio dentro da própria instituição, o movimento não logrou êxito (LOPEZ, 2008, p.630), mas repercutiu, principalmente, dentro das escolas militares.

De acordo com Drummond, na primeira fase do *tenentismo* ocorreram ações rebeldes no Rio de Janeiro, especialmente no “*Forte de Copacabana e do Leme, na Escola Militar do Realengo e em parte da Vila Militar*” (DRUMMOND, 1986, p.91)

²⁴ A Guerra do Contestado ocorreu entre 1912-1916, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, teve características similares à guerra de Canudos. Segundo Lopez, Coronéis que haviam perdido terras devido a construção da estrada de ferro e a industrialização da extração de erva-mate e de madeira na região, passaram a apoiar os agricultores posseiros que reivindicavam a regularização das terras do Contestado, ação que foi considerada pelos adversários políticos desses coronéis como um movimento político, cuja, objetivo seria derrubar o regime republicano. Nesse conflito o Exército enviou aproximadamente 6 mil soldados . Entre tropas armadas de canhões, os rebeldes são derrotados e o Exército sai mais um vez fortalecido.

Drummond ressalta que o conflito na Escola Militar de Realengo²⁵ foi muito grave, repercutindo negativamente para a própria instituição militar, pois dos “666 alunos da escola, 608 teriam sido expulsos”, gerando desequilíbrios no quadro de oficiais. (DRUMMOND, 1986, p. 92) Muitos desses ex-alunos, embora desligados do Exército, em 1924, participaram da segunda fase do movimento tenentista, que agora passava a abranger, também, a sociedade civil.

Em 1924, o conflito tomou novas proporções, antes exclusivamente militar, agora abrangia camadas partidárias, oposições políticas. Tem início a insurreição de 1924, na qual a cidade de São Paulo foi tomada pelos militares sobre a liderança do General Isidoro, manifestações que eclodiram também nos estados de Sergipe, Mato Grosso, Pernambuco e Amazonas. Nesse cenário de insurreições, forma-se no Rio Grande do Sul, a *Coluna Prestes*, comandada por Luís Carlos Prestes²⁶, que reuniu cerca de 1.600 militares, com objetivo de combater o governo de Artur Bernardes, agregando civis e militares contra a política dos republicanos “*oligárquicos*”. Na perspectiva de se aliar as forças paulista, a Coluna Prestes empreendeu a marcha pelo Brasil para propagar as idéias da revolução e levantar a população contra o regime oligárquico. (FAUSTO, 2008, p.309)

O autor afirma que, apesar da crise mundial, em 1929, com a quebra da bolsa, que atingiu os cafeicultores no Brasil, deflagrando um desentendimento entre eles e o governo federal, o regime mantém-se no poder, conseguindo, nas eleições de 1930, eleger seu candidato a presidência. Quebra-se a política café com leite.

Segundo Fausto (op. cit.), o resultado das eleições parecia mostrar uma trégua nos conflitos políticos, porém o assassinato de João Pessoa, vice-presidente de Getúlio Vargas, provocou uma forte crise política, que culminou com a revolução de 1930. Nesse episódio, o Exército passa a ter destaque, na pessoa do Tenente-Coronel Góis Monteiro que recebeu o comando do movimento armado deflagrado com o episódio. Segundo Fausto (2008), Góes e Getúlio se conheciam desde 1906 quando cursaram a Escola Militar, como membros do movimento de revolucionários, planejaram um ataque contra as forças militares que apoiavam

²⁵ A escola do Realengo voltou-se para a formação do profissional militar, seu currículo concentrava-se em disciplinas de *conhecimento militar*. Ver FAUSTO, 2008, p.313.

²⁶ Luís Carlos Prestes capitão da Engenharia, foi comandante da Coluna Prestes, aderiu ao comunismo tornando-se membro do Partido Comunista em 1934, esteve como preso político no governo de Getúlio Vargas entre 1936-1945 e veio a tornar-se senador entre 1946-48. Ver Drummond, 1986, p.p 121-122.

Washington Luís, e em 24 de outubro de 1930, com o apoio do *general Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite Castro, pelo Exército, e o almirante Isaías Noronha, pela Marinha depuseram o presidente e constituíram uma junta provisória.* (FAUSTO, 2008, p. 325). Fausto ressalta ainda que no novo governo, foi atribuído *um papel central às Forças Armadas – em especial o Exército como suporte da criação de uma indústria de base²⁷ e, sobretudo como fator de garantia da ordem interna.* (Idem, idem, 327)

Apesar dos movimentos políticos e sociais na década de 1930, a educação passou por um intenso processo de transformação devido à mudança nas bases econômicas que se voltaram para a industrialização, exigindo dos jovens uma formação específica, especialmente a nível superior, mas que o regime político aproveitou para orientar a formação desses jovens, dentro da ideologia do Estado totalitário, moldando-os para que atendessem e aceitassem o novo regime. Como coloca Schwartzman (2000), o projeto político do Estado seria promover uma educação que *“estaria voltada para moldar a juventude, pois ao Estado caberia a responsabilidade de moldar o pensamento da juventude e prepará-lo para novo ambiente político no Estado totalitário.”* (SCHWARTZMAN, 2000, p. 83)

Schwartzman (2000) acrescenta que os militares elaboraram um plano educacional, com foco na organização e disciplinamento da nova sociedade, em especial da juventude, porém *“fora dos muros dos quartéis”*. Para promover a educação das crianças e da juventude dentro dos *“princípios de disciplina, obediência, organização, respeito á ordem e às instituições”* (SCHWARTZMAN, 2000, p. 84), com base em uma *“educação militar”*, os militares retoma as idéias positivistas e/ou mesmo integralistas (na década de 1930). Contudo, essa iniciativa não evitou que os colégios militares, que atendiam uma parcela da juventude, sofressem uma redução, pois nesse período foram fechados, o Colégio Militar do Ceará - CMC e do Colégio Militar de Porto Alegre – CMPA, mostrando a vulnerabilidade dessa modalidade de ensino dentro do sistema de ensino do Exército, que tem como prioridade a formação técnica-profissionalizante dos oficiais.

²⁷ Vargas investiu forte na criação da infra-estrutura industrial: indústria de base e energia. Destacando-se a criação de: Conselho Nacional do Petróleo (1938), Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1943), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945), disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_industrializa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil>

O objetivo, agora, era atingir um número maior de jovens e incultir neles o espírito patriótico, formando o *cidadão-soldado*, para assim promover

O nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração física obrigatórias. (SCHWARTZMAN, 2000, p.85)

Esse projeto de educação ajudaria a promover a segurança da Nação, além de assegurar o distanciamento de filosofias e doutrinas que, segundo Schwartzman, eram consideradas perigosas nesse período.

Contudo, o Patriotismo, segundo Castro²⁸ (2006), vinha sendo trabalhado desde a década anterior, tendo Olavo Bilac – o poeta da Pátria - como figura chave na construção desse ideal. Castro afirma, ainda, que Olavo Bilac trabalhou ativamente na campanha do serviço militar obrigatório em nosso país, promovida em 1915 e 1916, a partir do envolvimento do Brasil na 1ª Guerra Mundial. Durante a campanha, Olavo Bilac conclamou os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, incentivando-os a ingressarem no serviço militar para juntos partirem em defesa da Pátria. Segundo Castro, essa campanha vinha sendo proferida desde 1912, a partir do discurso do

chefe do Estado-Maior do Exército e presidente do Clube Militar, general José Caetano de Faria, proferido no Clube em 12 de março de 1912, em presença do presidente da República, foi o ponto de partida de nova fase da campanha dos militares a favor do sorteio.⁸ Caetano de Faria pediu que todas as querelas existentes na sociedade sejam esquecidas em nome do amor à Pátria e da necessidade de sua defesa, numa referência à recente campanha presidencial. Sua pregação encontrou eco na revista *A Defeza Nacional*, criada em 1913 por um grupo de jovens oficiais, parte deles ex-estagiários no exército alemão. Não se tratava de um órgão oficial do Exército, mas de uma publicação feita por militares que pretendiam “colaborar” com o Exército. Desde sua criação, a revista fez intensa campanha a favor do serviço militar⁹. (CASTRO, 2006, p. 4)

Fortalecendo o Exército e criado a idéia do “cidadão-soldado”, retomada na década de 1930, como citada anteriormente.

²⁸ Ver Celso Castro, artigo: Insubmissos na Justiça Militar (1874—1945), apresentado no XII Congresso Regional de História – ANPUH, 2006. Disponível em: (<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Celso%20Castro.pdf>)

O espírito patriótico, na década de 1960, retorna aos muros dos quartéis com a reabertura do Colégio Militar de Fortaleza, formando o “aluno-soldado”. Aluno que receberia uma formação geral, em tempo integral, pautado nos princípios e valores do Exército, atendendo novamente a modalidade assistencial e preparatório, além de viabilizar um cadastro reserva para instituição, como podemos constatar no depoimento abaixo, evidenciando o caráter preparatório do ensino secundário militar:

O CFR no Papicú...

Os alunos do Colégio Militar eram dispensados do serviço militar obrigatório. Em contrapartida, ao completarem 18 anos eram matriculados no Curso de Formação de Reservistas – CFR, ministrado lá mesmo no Colégio. Tínhamos aulas teóricas e práticas sobre o manejo de armas e sobre táticas militares. No final do curso havia um exercício de campo de três dias, geralmente realizado nas dunas desérticas do Papicú, ou em Aquiraz. Fiz o meu curso do CFR em 1968, quando completei os dezoito anos. Em 1969, na nova edição do curso, alistei-me, junto com o 34-Anselmo e o 476-Teófilo, para integrar as fileiras dos chamados “guerrilheiros subversivos”. O exercício de campo se resumia na perseguição e prisão ao grupo de guerrilheiros ao qual eu voluntariamente me alistara. Éramos apenas doze guerrilheiros, entre soldados e alunos, contra um efetivo de quase cem alunos do curso do CFR. Em 1969 o exercício ocorreu no trecho Aquiraz-Prainha. (Depoimento do ex-aluno do CMF turma 1962-1968)



Foto Curso de Formação
Reservista – 1969
Acervo de fotos dos ex-alunos do
CMF turma 1962-1968

Com o desenrolar da 2ª Guerra Mundial e a posterior queda de Getúlio Vargas, o Brasil iniciou, segundo a historiografia consultada, o período democrático que se estabeleceu entre 1945 a 1964. De acordo com Fausto (2008), Getúlio Vargas mesmo deixando o governo foi o grande vencedor nas eleições de 1945, pois conseguiu eleger seu sucessor, o General Eurico Gaspar Dutra, que havia sido Ministro da Guerra em seu governo, promovendo em seu governo o reaparelhamento do Exército.

Nesse período, foi organizado a Assembléia Nacional Constituinte, que elaborou a nova Constituição Brasileira, entre as datas de 31 de janeiro de 1946 a 18 de setembro de 1946. A Constituição Brasileira de 1946 trouxe para o campo educacional, a noção da educação como um direito de todos, além de permitir que a União legislasse sobre a educação, como cita o *artigo 5º: compete à União, inciso xv: legislar sobre, alínea d: diretrizes e base da educação nacional*. Contudo, o ensino militar, foco de nosso estudo, regido por lei própria e subordinado ao Ministério da Guerra, não foi citado nessa Constituição.

Segundo Aranha (2006), durante os anos de 1948, usando da prerrogativa estabelecida pela lei de poder legislar sobre a educação, o Ministro da Educação e Saúde Pública, Clemente Mariani Bittencourt, apresentou um *anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, que só veio a ser promulgado em 1961, tornando-se a Lei de Diretrizes e Base da Educação (ARANHA, 2006, p. 310), no qual o ensino militar é citado no artigo 6º do capítulo referente à Administração do Ensino, em seu parágrafo único, que diz “*o ensino militar será regulado por lei própria*”, portanto sendo reconhecido, mas que necessitou se adequar a nova realidade.

Os fatos políticos, mais uma vez, mudam o cenário nacional. Novas eleições se sucedem, Getúlio Vargas volta ao poder, 1950-1954, e emprega uma política nacionalista. Segundo Fausto (2008), no campo político, Getúlio buscou desenvolver uma política nacionalista pautada no *sistema econômico independente do sistema capitalista internacional*. Seus adversários, contrários à política nacionalista do governo, defendiam uma *abertura controlada ao capital estrangeiro* e o alinhamento *aos americanos*, principalmente, *no combate ao comunismo*. (FAUSTO, 2008, p.407). O Mundo, após a 2ª Guerra Mundial, dividia-se em dois blocos, bastante distintos, capitalistas e comunistas, levando à instalação da chamada *Guerra Fria*. Esse foi um momento de grande instabilidade política e social no Brasil, que provocou constantes inquietações e conflitos dentro da própria instituição militar – Exército.

Inquietações que, segundo Fausto, foram aflorando a partir do conflito na Coreia, em 1953, as quais tomaram força, principalmente, depois de um artigo publicado na revista do Clube Militar, que “*sugeriu que os Estados Unidos eram responsáveis pela Guerra da Coreia e que o Brasil deveria ter uma posição de neutralidade diante do conflito.*” (FAUSTO, 2008, p. 408)

Fausto acrescenta que tais acontecimentos levaram à deposição do Ministro da Guerra, General Estilac Leal, que desencadeou uma disputa pela diretoria do Clube Militar, no qual seus adversários venceram, levando a oficialidade do Exército a se alinhar à política dos Estados Unidos, a qual já vinha sendo ensaiada desde a década de 1940 e intensificou-se durante a 2ª Guerra Mundial através de acordos militares com o Brasil. O Exército, agora, influenciado pelos Estados Unidos passou a desenvolver seus trabalhos pautados, também, na Filosofia Pragmática.

Fausto coloca que, entre 1948 a 1960, o Exército Brasileiro, sobre essas influências, criou a Escola Superior de Guerra, em agosto de 1949, com a função de dirigir e planejar ações de segurança nacional, sendo ampliada para *análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares* (FAUSTO, 2008, p. 452). Fausto ressalta que

Os cursos da ESG ficaram conhecidos pelo alto nível de ensino, a ponto de a escola receber o apelido de “Sorbonne”, por uma suposta equivalência com a prestigiosa universidade francesa. Frequentaram os cursos não apenas militares como também civis. A participação destes tendeu mesmo a aumentar no correr dos anos. A abertura aos civis foi importante para que se estabelecesse um entrelaçamento entre civis e militares, identificados com a visão imperante na ESG. (FAUSTO, 2008, p. 453)

Esta foi uma característica marcante no ensino militar, que se abre aos civis que se identificam com sua filosofia e ideologia de ensino, evidenciando a constante e estreita relação entre civis e militares.

Diversos conflitos sociais e político se instalam entre 1954 e 1964, os quais confluíram para o golpe militar de 1964. Considerado uma “revolução” para os militares e um “golpe” para os civis, os acontecimentos políticos de 1964, colocaram os militares no poder, agora, sob a influência dos Americanos. Segundo Fausto *“pela primeira vez na história do país, os militares assumiriam o poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário.”* (FAUSTO, 2008, p. 461) Para Aranha (2006), durante esse período, *“os brasileiros perderam o poder de participação e crítica, e a ditadura se impôs, violenta.”* (ARANHA, 2006, p.314), provocando significativas mudanças, principalmente, na vida política e social do país, que repercutiram também na educação.

Nesse período, as relações entre os militares americanos e brasileiras se estreitam, o que ocasionou a visita do corpo militar americano ao Colégio Militar Fortaleza, como citado na foto abaixo:

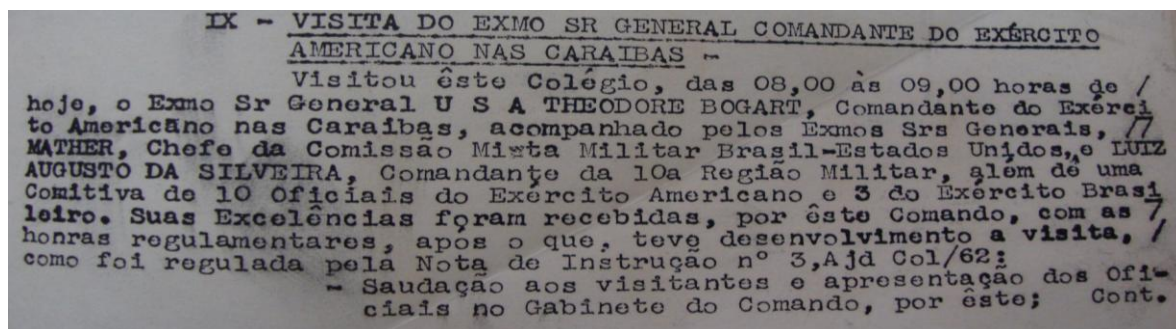


Foto Arquivo Interno do CMF, BI – Nº 96, 9 de maio de 1962, p. 502

O Colégio Militar de Fortaleza, particularmente, seus alunos foram comunicados a respeito do “golpe” ou diria “revolução” de 1964, um dia após os conflitos na Capital. Seus alunos, mesmo sendo crianças e adolescentes, afinal os alunos do colégio militar tinham entre 11 e 17 anos, ficaram de prontidão a eventuais movimentos de resistência, como cita um ex-aluno:

31 de Março de 1964 e o Canhão do Bezerra...

Na noite do dia 31 de março os quartéis entraram em prontidão. O Colégio Militar também. O coronel comandante Raimundo Teles Pinheiro, apelidado como “Reizinho”, numa referência à sua baixa estatura e cintura de ovo avantajada, tal qual o personagem da história em quadrinhos de mesmo nome, apareceu por lá, às 22:00 hs com a sua pistola 45, de cabo de madrepérola. Ninguém foi informado do que acontecera. Só no dia seguinte é que a revolução eclodiu e tomamos conhecimento dos fatos. Dias antes tínhamos sido obrigados a fazer número na famigerada marcha da família pela propriedade que reuniu milhares de pessoas no centro de Fortaleza, sobre o patrocínio da organização de ultra direita intitulada Tradição Família e Propriedade - TFP e dos articuladores militares que já preparavam o golpe. O Bezerra – (...) – desenvolvera um projeto artesanal, muito engenhoso de um canhão. Tinha uma base de madeira e um cano de aço. O melhor é que ele conseguia disparar muitos tiros com o tal canhão. Para carregá-lo ele usava bolinhas de chumbo e a pólvora extraída de dezenas de caixas de fósforo. Ele tinha a paciência de raspar a pólvora da cabeça de milhares de palitos. Para detonar o artefato, era usado um enorme prego colocado em um furinho muito pequeno, existente no final do cano do canhão. Quando tudo estava preparado ele dava uma forte pancada na cabeça do prego. A fricção do prego com o pequeno orifício produzia uma fagulha que detonava a pólvora extraída dos palitos de fósforo, expelindo a bolinha de chumbo a uma distância considerável. Uma vez colocamos cinco gavetas das mesas escolares alinhadas em pé e disparamos o canhão em sua direção. O

chumbinho atravessou o compensado do fundo das cinco gavetas, uma após a outra. Coisa de louco, sô! Na noite do dia 31 de março de 1964, o canhão **do Bezerra** foi carregado e posicionado bem na frente da porta do nosso alojamento, para defendê-lo de eventuais resistentes à revolução. (Grifo nosso) (Depoimento ex-aluno, turma 1962-1968.)

A formação ministrada pelo colégio, especialmente na instrução militar e o aquatamento dos alunos, levou-os a se revestirem do espírito militar, melhor dizer “patriótico”, na busca de defender a “Pátria”. O regime político interferindo diretamente na educação no país.

No poder, o Exército ditou as regras em todos os campos como foi citado anteriormente, e na área da educação buscou implantar sua ideologia e filosofia. Assim, eles baixaram o Decreto-Lei, em 1969, obrigando o ensino de Educação Moral e Cívica para todos os níveis e modalidades de ensino e para o ensino secundário instituíram a disciplina de Organização Social e Política Brasileira - OSPB, com caráter ideológico militarista. Não era mais uma política de ensino de teor patriótico apenas para o corpo da tropa, mas para toda a nação, com projeto educacional além dos muros colégio militares.

2. O FUNCIONAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO MILITAR NO CEARÁ: CICLO GINASIAL E COLEGIAL (1962-1968)

A década de 1960 configura-se, no Brasil, em um período de grande expansão na área educacional, imposto pelo mercado de trabalho. Era necessário combater o analfabetismo, expandir a educação básica, promover a ampliação do ensino primário e secundário, além de ampliar as vagas na educação superior.

Segundo Hobsbawn (1995), houve naquela década um crescimento, em diversas cidades da Europa, América do Norte, como também em países capitalistas da América do Sul, de ocupações que exigiam mais que simples educação primária. Ele ressalta que a economia e o mercado de trabalho exigiam dos governos investimentos na área da educação, na perspectiva de formar mais administradores, professores e especialistas. Era necessário, criar e ampliar lugares que ministrassem essa formação.

Os lugares de formação desses profissionais são, regra geral, as universidades e instituições superiores que funcionam como escolas de formação para o serviço público e profissões liberais, sendo considerado o lugar adequado para essa formação. Assim, o ensino superior constitui-se no caminho para promover educação mais qualificada, além de tornar-se um meio para a conquista de melhores rendas e, acima de tudo, de possíveis mudanças de status e ascensão social, permitindo que os jovens superassem o status econômico de seus familiares. Assim, o ensino superior passou a ser o objetivo das famílias de classe média, para seus filhos, que viam o ensino secundário como único caminho para atingí-lo. Contudo para ingressar no ensino superior e no ensino secundário era necessário submeter-se a um processo seletivo e excludente em larga escala, que limitava e coibia a entrada dos jovens, especialmente, no ensino superior, pois este era para poucos. Ingressar, até mesmo, no ensino secundário não era bem uma opção, mas uma conquista, pois a demanda de estudantes era superior aos estabelecimentos de ensino que, de natureza pública e/ou privada.

Hobsbawn lembra ainda que em países como o Brasil, o diploma era nesse período a garantia de encontrar um lugar na máquina do Estado, além de possibilitar ascensão nas profissões liberais, como a de médico, advogado e engenheiro. Assim, as famílias em melhores condições – classe média – como citado, não mediam esforços para manter seus

filhos estudando, mesmo em idade de trabalho, e promover os estudos deles, dentro de uma formação geral, para que assim pudessem atingir o ensino superior.

De acordo com Hobsbawn, mesmo nas regiões mais atrasadas e distantes dos pólos econômicos mais desenvolvidos, as famílias conheciam as vantagens de se ter um ensino superior. Nessa mesma perspectiva, as famílias no Ceará, mesmos de cidades distantes, também não mediam esforços para ver seus filhos ascenderem a esse mundo universitário. Jovens da capital e das mais longínquas cidades do interior são então enviados, por seus pais, para Fortaleza, em busca de ingressarem no ensino secundário, para ascender ao ensino superior e garantir um posto de trabalho junto ao funcionalismo público e, com mais sorte, seguir uma carreira, dentro das profissões liberais. Adentrar ao ensino superior não levaria apenas a garantia de uma profissão, mas supostamente, garantiria o acesso a um amplo conhecimento, proposto dentro das universidades, e por ela legitimado.

O autor afirma também que “*Num sentido literal, conhecimento significava poder (...)*” (HOBSBAWM, 1995, p.346) e para adentrar a esse poder era preciso buscar, na educação, meios para alcançá-lo, o que exigiam das famílias a separação com seus entes queridos, pois segundo o autor “*a sede de conhecimento explica muito da espantosa migração do campo para a cidade.*” (Idem, idem, p.346)

No Ceará, especificamente em Fortaleza, funcionando como pólo de atração, esse processo se deu com muita força. A cidade precisou se adequar para atender à juventude que aqui chegava. Eles vinham com perspectiva de ter um futuro diferente de seus pais. Sonhar era possível, mas não era uma realidade para todos, pois o ensino secundário caracterizava-se por ser na época uma escola elitista e excludente, afinal só quem pudesse pagar, direta ou indiretamente poderia cursá-lo. Digo, diretamente, no sentido de pagar pelo estudo através de uma cota mensal, pois não devemos esquecer que escola pública não significa ser gratuita e, indiretamente, no sentido de manter-se nela, principalmente, numa idade em que a juventude poderia ingressar no mercado de trabalho, de posse de um certificado aligeirado de formação profissional, como técnico agrícola, industrial e comercial, mas que os excluía do ensino superior. Como enfatiza Schwartzman (2000), “*aos alunos que não conseguissem passar pelos exames de admissão para o secundário, restaria a possibilidade de ingressar no ensino industrial, agrícola ou comercial, que deveria prepará-los para a vida do trabalho.*”

(SCHWARTZMAN, 2000, p. 206) Nesse sentido, o ensino secundário militar, através dos Colégios Militares, passou a ser mais um espaço de formação e preparação para se atingir o ensino universitário.

De acordo com a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial – DEPA, que substituiu a Diretoria de Geral de Ensino - DGE, na década de 1970, o ensino secundário militar seria ministrado pelos Colégios Militares, mediante exame de admissão, aberto à sociedade civil, mas com a particularidade de atender em primeiro lugar os filhos de militares, dentro de uma proposta de ensino propedêutico, visando o ingresso nas escolas militares e no ensino superior. Embora fora da tutela do Ministério da Educação, esses estabelecimentos de ensino são escolas públicas, mantida com recursos públicos do Ministério da Guerra, hoje Ministério da Defesa. Apesar de ser uma instituição pública, não significava que seria gratuita, pois seus alunos contribuíam de forma direta com um valor mensal, determinado pela Lei de Ensino Militar, instituída desde a implantação do ensino secundário militar em 1889.

De acordo com o diretor da DEPA, o General José Carlos em palestra ao Colégio Militar de Fortaleza, é importante frisar que o colégio pertence ao Sistema de Ensino do Exército, sob o Comando do Exército e de acordo com seu assessor Ten Cel Auler, o recurso advém do Ministério da Defesa, como

... orçamento do governo federal destinado ao Ministério da Defesa e repassado ao Exército e ao seu órgão de direção setorial que trata de ensino (no nosso caso, o Departamento de Educação e Cultura do Exército). Tais recursos mantém praticamente todo o sistema de ensino, lembrando que o Exército forma, especializa e aperfeiçoa recursos humanos para si. Seus “discentes” são profissionais da força. Os recursos extra-orçamentários (contribuições, etc) complementam os anteriores e mantém, em parte, o Sistema Colégio Militar do Brasil. (TEN. CEL. AULER - DEPA, 2011)

Tal orientação vem atender à Lei de ensino do Exército, Art. 20, que diz: *Os recursos financeiros para as atividades de ensino no Exército Brasileiro são orçamentários e extra-orçamentários, sendo estes obtidos mediante contribuições, subvenções, empréstimos, indenizações e outros meios.* Os recursos extra-orçamentários, contribuições, empréstimos, indenizações, entre outros, complementam os anteriores e mantém, em parte, o Sistema Colégio Militar do Brasil, que estipula uma quota mensal a ser paga pelos alunos para despesas gerais do ensino. Entretanto, essa quota sofreu e sofre variações de acordo com a especificidade de cada aluno, atendendo ao caráter assistencial promovido pelo colégio.

Na década de 1960, a contribuição foi estabelecida em 4 categorias, de acordo com situação “*econômica*” dos alunos. Esses foram classificados em “1- *gratuito órfão*, 2 - *gratuito não órfão*, 3A - *filho de militar com abatimento de 30%*, 3B - *filho de militar com abatimento de 50%* e 4 - *contribuinte integral*, de acordo com o *Boletim Interno*, evidenciando o caráter assistencialista do ensino militar. (BI– Nº 61, 24 de março de 1962, p.324)

Na forma indireta, o aluno custeava sua própria manutenção com os estudos através da manutenção com material escolar, fardamento – motivo de orgulho para os que a usavam, pois passava a ter o valor subjetivo de vencedor, que se materializava e tornava-se visível para o próprio jovem e para a sociedade, além das despesas dentro do estabelecimento de ensino, como alimentação, barbearia, hospedagem, pelos que optassem pelo regime de internato, tornando as despesas e a manutenção para com os estudos mais alta e pesada para o bolso dos pais, evidenciando o caráter elitista do ensino secundário nesse período. Além de apresentar como característica principal os princípios e os valores militares, na qual sua regra pedagógica maior seria a “*prática da obediência*”, como relata Castro (CASTRO, 2004, p.33), especialmente, por se tratar de um colégio-quartel.

2.1. O Ceará em expansão na década de 1960

Diante desse cenário, de busca pelo conhecimento e de acesso ao ensino secundário, o Ceará caminhava para expansão do ensino, mesmo sendo considerado um dos Estados mais pobres do Brasil e passando por um período bastante conturbado no cenário político, assim como os demais estados brasileiros com a mudança do regime político, que a partir de 1964, sofreram intervenção direta do governo federal.

Segundo Ribeiro (1994), no cenário político, o Ceará teve como seu último governador eleito pelo voto direto, o Exm^o Sr. Parsifal Barroso (1959 - 1963). A partir da intervenção federal, em regime ditatorial, foram governadores os Senhores: Virgílio Távora, Franklin Gondim Chaves e Plácido Castelo. Tivemos também nesse período o General

Manuel Cordeiro Neto²⁹, último Prefeito eleito antes do regime militar pela legenda do PL, exercendo o cargo de Prefeito de Fortaleza de 1959-1963 e na fase de intervenção, o General Murilo Borges Moreira³⁰ e José Walter Cavalcante³¹. Governos que, em conjunto, promoveram políticas públicas para os diversos setores da sociedade, determinando com seus programas de governo a estrutura e organização de nosso Estado, assim como de nossa cidade e a própria vida da população, que devido ao novo regime político pouco podia se manifestar. (RIBEIRO in SOUSA, 1994, p. 78)

Ribeiro³² (1994) relata que “A *centralização política e a concentração de recursos financeiros nas mãos do Governo Federal impunham de cima para baixo, um novo modelo de administração (...)*” (RIBEIRO in SOUSA, 1994, p.77). Modelo esse que foi seguido à risca pelos Governadores e Prefeitos nomeados pelo regime militar, implantados pelo plano de governo federal, através do Plano Diretor, que não atendiam aos problemas e à realidade de nosso Estado e tão pouco de nossa capital, o que ficou evidente, na gestão do Governador Plácido Aderaldo Castelo e do Prefeito José Walter Cavalcante, que não mediram esforços para efetivá-la, como é referido nas edições especiais³³ do jornal *Correio do Ceará* de dezembro de 1966, 1967 e 1968.

Ribeiro (1994) afirma, ainda, que o Ceará crescia e passava por um intenso êxodo rural, trazendo para a capital um grande contingente de imigrantes, oriundos do meio rural, na busca de melhores condições de vida e de formação, que se instalaram na periferia da capital cearense, exigindo do poder público políticas de atendimento aos problemas e necessidades da nova organização social que se formava. Dentre os vários problemas que

²⁹ Manuel Cordeiro Neto, General-de-Brigada, nasceu em Russas, 31 de dezembro de 1901 e faleceu em Fortaleza, em 22 de outubro de 1992. Foi prefeito de Fortaleza no período de 1959 – 1963.

³⁰ Murilo Borges Moreira nasceu em Fortaleza em 13 de julho de 1913. É General do Exército do Brasil, foi o último Prefeito eleito antes do regime militar, no período de 1963 – 1967. Nesse período Virgílio Távora foi indicado governador, para governar entre 1963 -1966.

³¹ José Walter Cavalcante nasceu em Capistrano em 16 de julho de 1927. Foi o primeiro Prefeito de Fortaleza, indicado pelo regime militar, no período de 1967 – 1971. Nesse período foram governadores os Senhores Franklin Gondim Chaves (12 de agosto a 12 de setembro de 1966) e Plácido Castelo (1966 - 1971).

³² Francisco Moreira Ribeiro autor do artigo De cidade a Metrópole (1945-1992), p.p. 67-97, parte de uma coletânea de artigos compilados em Fortaleza: a gestão da cidade; uma história político-administrativo. Organizado por Simone Souza, pelo Departamento de História, Núcleo de Documentação Cultural da Universidade Federal do Ceará, 1994, 104p.

³³As matérias de jornal citadas neste capítulo foram retiradas dessas edições especiais do citado jornal, e consultados na hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Pela estrutura das matérias e reportagens aí enfaixadas, relativas à economia, política e educação no Ceará da época, trata-se, evidentemente no contexto da ditadura militar em que foram publicadas nas edições, de propaganda dos governos da época. Não obstante, os dados e indicativos apresentados, permitem uma certa aproximação nossa com a atmosfera política e social da década de 1960 em Fortaleza – Ceará.

surgiam, teve início um crescimento desordenado da cidade, gerando um intenso “*processo de favelização*”, que deu origem a várias conglomerados, entre elas as favelas do Pirambu e do Lagamar, que se tornaram áreas complicadas para a administração pública. Afinal, a população que chegava era mantida longe das áreas nobres da cidade. Contudo essas últimas não ficaram completamente passivas, apesar do regime ditatorial, pois pressionaram o poder público local por ações mais efetivas nas áreas de urbanização, educação, entre outras, conseguindo em 1966, a criação do Colégio Estadual do Pirambu, criado pela Lei N° 8.616, de 30 de novembro do corrente ano, que veio incorporar os cursos do anexo do Colégio Estadual do Ceará, abrindo mais um espaço para educação em nossa cidade. (CORREIO DO CEARÁ, 29 de dezembro de 1966, p.6)

A falta de investimentos na educação, especialmente no ensino secundário, que passou por período de mudanças e adequações ao mercado de trabalho, levou a população de todas as camadas sociais a exigir a ampliação deste ensino, e a criação de novos espaços como ressalta Filizola³⁴ (2002), abaixo:

Nesse período, o ensino médio era privilégio de poucos e o Liceu do Ceará ainda despontava como o principal estabelecimento de ensino público, com altíssimos índices de aprovação nos cursos vestibulares para o ensino superior. Por outro lado **a sociedade civil começava a pressionar cada vez mais pelo aumento de vagas no ensino público de nível médio.** (grifo nosso) (FILIZOLA NETO in CAVALCANTE, 2000, p.204)

Mas, apesar das reivindicações, apenas uma parcela da sociedade civil, era atendida, o que deixou a maior parte dos jovens excluídos do ensino secundário, como citam diversas reportagens consultadas. Dentre as reportagens lidas, destacamos a do jornal *Correio do Ceará*, em 1962, intitulada, “*Ensino Vira Privilégio: colégios oficiais cerram as portas a dez mil jovens*”(grifo nosso), que denunciava a concessão de bolsas de estudo, para a classe média, por políticos, excluindo a maioria da juventude de ter uma oportunidade. Mesmo diante desse cenário, o governo do Ceará buscou, junto ao governo federal, através do Ministério da Educação, em 1962, ampliar o acesso ao ensino em aproximadamente 5.000 vagas³⁵, principalmente para o ensino secundário.

³⁴ Júlio Filizola Neto autor do artigo O Liceu do Ceará e as Políticas Educacionais (1960-1957), p.p. 201 – 216, parte de uma coletânea de artigos compilados no livro História e memória da Educação no Ceará. Organizado por Maria Juraci Maia Cavalcante, Fortaleza:Imprensa Universitária, 2002, 300p.

³⁵ Ceará pediu à União 5 mil vagas para 62 no ensino secundário. p. p. 1 – 2, 11 de janeiro de 1962, Fortaleza, Jornal Correio do Ceará, Ano XLVI - n° 15.251.

Considerando que a educação não fosse prioridade dos governantes da época, as atenções das políticas públicas, voltaram-se para setores que dariam maior visibilidade, como: urbanização, transporte, pavimentação, entre outros. Cada governo dentro de suas instâncias – federal, estadual, municipal - desenvolveria políticas públicas elegendo determinados setores para atuar de forma mais ativa.

De acordo com Ribeiro (1994), no Ceará, em 1959, o Prefeito Cordeiro Neto, deu prioridade à área administrativa, na tentativa de solucionar os problemas financeiros. Para isso, buscou aprimorar a arrecadação do município, pois esta é responsável principalmente pela folha de pagamento do funcionalismo público que, nessa época, sempre estava em atraso. Segundo o citado autor, o governo do Prefeito Murilo Borges, também se empenhou em ajustar os salários dos servidores, reestruturando os cargos e promovendo um aumento de salário. Mas, apesar dos esforços dos dirigentes, era necessário recorrer ao governo federal, principalmente, devido à política centralizadora da ditadura militar, que se firmou em 1964, em especial na área econômica, através da liberação de recursos, os quais se tornaram palpáveis para aqueles que seguissem o Plano Diretor do Governo. Assim, e apesar das dificuldades, o Ceará passou por um processo de urbanização, que deu origem a uma nova organização social e conseqüentemente a uma nova classe social que buscou no ensino secundário uma forma de ascender ao ensino superior e poder, assim, melhorar de vida.

De acordo com o estudo feito pelo jornal *Correio do Ceará*, em 1966, a partir da intervenção do governo federal, que com sua ação centralizadora, subordinava e tolhia as ações do governo local, muitas vezes não dando continuidade aos projetos, além de reduzir os investimentos, foram feitas algumas tentativas de modernização, no Ceará e em Fortaleza, em diversos setores como transporte, pavimentação, educação e no próprio funcionalismo. Contudo, vários investimentos só saíram do papel, efetivamente, quando da nomeação dos governadores e prefeitos indicados pelo governo federal. Fato que se notabilizou na gestão do Governador Plácido Aderaldo Castelo, como ressaltou a reportagem do jornal *Correio do Ceará*, “Plácido diz a Militares que termina o Programa de Govêrno até o fim do ano”. (Jornal CORREIO DO CEARÁ, 2 de dezembro de 1966, p.2)

Na reportagem citada, o Governador Plácido Castelo reportou-se a um grupo de 100 oficiais do Exército e de outras armas, que estavam em visita ao Ceará para se familiarizar com problemas de segurança da região Nordeste, os problemas políticos,

econômicos e psico-sociais, bem como para se interarem da mentalidade cívico brasileira na região e para comunicar sobre a elaboração do Plano de Ação do Governo que seria implantado em sua gestão. Plano de ação que para educação ultrapassou os muros das escolas e colégios militares, pois eles – os militares, agora, no poder – desenvolveram um projeto educacional nacional com objetivo de formar o “cidadão-soldado”, como já citado.

Algumas políticas públicas implantadas no setor de transporte trouxeram para a cidade o sistema de ônibus elétrico; no setor rodoviário, promoveram o alargamento de avenidas, bem como a pavimentação para dinamizar o tráfego que permitia o escoamento da produção, ações contabilizadas e notabilizadas em estudo apresentado pelo referido jornal. Por se tratar de uma temática de interesse particular para a compreensão do projeto social de expansão da demanda pelo ensino em Fortaleza, trataremos disso em tópico específico.

2.2. Urbanização e Modernização de Fortaleza

*Ceará- 68*³⁶, edição especial do jornal *Correio do Ceará*, traz um “*estudo*” sobre a organização do Estado do Ceará e, particularmente, da cidade de Fortaleza em 1968, agregando e ampliando as informações dos “*estudos*” feitos nos anos de 1966 e 1967, quando da intervenção do governo federal, no Governo de Plácido Castelo e do Prefeito José Walter Cavalcante.

Segundo o próprio jornal, não existia pretensão de fazer um trabalho científico, mas *uma breve exposição da situação do Estado e da capital nesse período*. Para esse trabalho, selecionamos para análise as reportagens sobre as reformas na estrutura física da cidade, economia e a educação dentre as demais reportagens consultadas.

Segundo o citado estudo, a população de Fortaleza era de aproximadamente um milhão de habitantes. A cidade crescia para todos os lados, do *Cocó a Antonio Bezerra, da*

³⁶ Ceará – 68, Edição Especial do Correio do Ceará, publicado em 7 de dezembro de 1968, com 4 cadernos, perfazendo um total de 72 páginas, sem no entanto conterem a identificação dos autores e do número de páginas, mas com artigos sobre diversos temas, os mais variados e pertinentes a infra-estrutura, economia, educação investimentos e reformas de nossa cidade. Segundo o próprio jornal, essa edição veio agregar as edições especiais de 1966 e 1967, apresentando a expansão pela qual o Ceará passou, especialmente, a partir regime militar, na esfera estadual e municipal, no governo de Plácido Aderaldo Castelo e do Prefeito José Walter Cavalcante. Esse jornal pode ser encontrado no acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, setor de periódicos. Embora seja um instrumento de propaganda política, essa edição traz informações importantes para a reconstrução da situação econômica, política e social do Ceará e de Fortaleza, as quais podem ser relacionadas e comparadas a outras fontes.

Praça do Ferreira a Parangaba. Já tinha quase toda sua extensão territorial atendida pela Usina de Paulo Afonso, o que viabilizou um maior crescimento industrial, levando à modernização das indústrias locais e promovendo a instalação de outras. Entretanto, as indústrias locais não chegaram a ter destaque na economia do Estado, principalmente por não ter um papel determinante na economia cearense da época. Contudo, existia uma preocupação, por parte do governo, em apresentar programas de investimento produtivos, nas áreas do comércio, da indústria, na tentativa de diversificar e promover o desenvolvimento econômico do Estado.

Esse estudo aponta, ainda, que o processo de modernização e urbanização, passou pela recuperação e ampliação das principais avenidas e ruas de Fortaleza, permitindo que a malha viária fosse asfaltada e recapeada, como ocorreu com as Avenidas Desembargador Moreira, 13 de Maio, Antônio Sales, Barão de Studart, Costa Barros, Pontes Vieira, João Cordeiro, Jaime Benévolo, Lauro Maia, Senador Pompeu, Silva Paulet, José Vilar, Lídia Nalente, D. Leopoldina, Idelfonso Albano, Heráclito Graça, 25 de Março, Castro e Silva, Senador Alencar. Assim também, como algumas ruas: Pereira Filgueira, Pinto Madeira, Saldanha Marinho, Olavo Bilac, Érico Mota, 14 de Julho, Damasceno Girão, Marechal Deodoro, Lino da Encarnação e Assunção. As melhorias ocorreram, também, na remodelação e abertura de novos espaços públicos, que contribuem para modernizar a cidade, que ganhou uma cara nova a partir do plantio de árvores novas, plantas ornamentais, gramados, ampliando as áreas verdes, na tentativa de dar uma nova fisionomia à ela, com intuito de embelezar suas praças, avenidas e parques.

Dentre os espaços públicos mais significativos de Fortaleza, a Praça do Ferreira, palco de manifestações políticas e sociais, passou por intensa reforma, da iluminação ao novo traçado arquitetônico, que a descaracterizou, gerando inúmeros protestos. Segundo Ribeiro, o novo traçado coibia as manifestações que convergiam em “*seus momentos de festa e solidariedade.*” (Ribeiro, in Souza, 1994, p. 78). Não seria esse o propósito? Ribeiro (1994), cita ainda, a perplexidade de um jornalista diante do fato, que expressou seu descontentamento

“Meu Deus do Céu! Que é aquilo que estão fazendo na Praça do Ferreira? Parece que estão cavando uma trincheira. Que vão fazer do belo e antigo logradouro? Já lhe arrancaram o coreto, agora a Coluna da Hora”. E

profetizou: “O Prefeito José Walter vai passar à história como o homem que desfigurou a bela praça de tantas glórias e tantas belezas”. (5:6)

Diante das políticas de modernização, outras praças também foram beneficiadas, como: Praça Portugal, Praça do Cristo Redentor, José Bonifácio, Almirante Saldanha, José de Alencar, Presidente Roosevelt, Pedro II, Clóvis Bevilacqua, Praça da Matriz do Antônio Bezerra, General Eudoro Correia, Tristão Gonçalves entre outras.

A Cidade da Criança, que já vinha passando por reformas desde 1967, com a reforma no conjunto educacional, passou a sofrer nova reforma em 1968, como a reforma do zoológico, da nova ponte para Ilha dos Namorados, bem como a drenagem de seu lago, que foi povoado com aves aquáticas, tornando-se uma nova opção de lazer para a população. O Passeio Público³⁷, também, já vinha passando por reformas, ganhando novos contornos a partir do novo jardim, recuperado pelo Departamento de Paisagismo da Prefeitura de Fortaleza, como ressaltou a reportagem no jornal *Correio do Ceará*, edição especial *Ceará 1967*.



Foto do Passeio Público
Correio do Ceará – Ceará 67
30 de novembro de 1967

De acordo com a reportagem da edição especial *Ceará 1967*, Fortaleza ganhou novo formato e junto novos hábitos e costumes. Essas mudanças e inovações eram alvos de diversas críticas, especialmente, da população que passava ao largo dessas benfeitorias. (Correio do Ceará, 1967, s/n)

³⁷ Jornal *Correio do Ceará*, edição especial *Ceará 1967*, de 30 de novembro de 1967, s/n, que traz um estudo sobre as transformações implantadas em Fortaleza durante os Governos de Plácido Aderaldo Castelo e do Prefeito José Walter Cavalcante, ampliando o estudo sobre a situação do Estado e da Capital que havia sido iniciado em 1966. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, setor de Hemeroteca.

2.3. Alguns sinais de mudanças e modernização na vida social em Fortaleza

As mudanças promovidas na infra-estrutura da cidade de Fortaleza redimensionaram espaços de circulação e ofereceram novas opções de lazer, abrindo à sua população uma nova sociabilidade, a exemplo da vida noturna, com noites movimentadas de tertúlias e/ou bailes elegantes, com o aparecimento de novos “clubes sociais”, agremiações que, se já eram uma tradição na cidade, que passaram a ser, de certa maneira, ampliadas, oferecendo atividades lúdicas, como esportes, jogos de salão, sessões de cinema e concursos de beleza, além do serviço de bar e restaurante, pelo menos para segmentos da burguesia e da classe média.

Assim, a cidade contava com diversos clubes, como Ideal, Náutico, Libano, Maguari, localizados no entorno da Aldeota e Meireles, que ofereciam lazer e diversão noturna como tertúlias, bailes, serviços de restaurante, para uma parcela particular da população, a classe média e alta. O Ideal Club³⁸, considerado um dos mais importantes clubes de Fortaleza, era alvo das conversas entre os alunos do CMF, como consta no depoimento abaixo:

Aconteceu em 1963, aula de álgebra do professor amigo dos alunos Cel Temístocles. Discutia com o Pessoa 88 sobre o clube Ideal quando o aluno falou que conhecia muito e era sócio fundador, o cel lhe disse que era mentira pois o clube era mais velho que êle. Então o Pessoa saiu com essa, eu moro nos fundos do clube. (11/11/2010) (Depoimento do ex-aluno, CMF turma 62-68, disponível em:
<<http://sites.google.com/site/cmf19621968/>>)

Os militares, sempre atentos, mostravam-se ligados aos pequenos detalhes da vida social, tendo os alunos sob constante vigília, mantendo-se alertas às mais simples conversas entre eles. A vida social na cidade repercutia dentro dos muros do colégio, sendo alvo de interesse entre os jovens e conseqüentemente ponto de interesse também dos militares que as toma como meio para envolver os alunos e estreitar os laços com essa juventude.

³⁸ De acordo com Jucá (2007) *o Ideal Club fora inaugurado em 1931*(JUCÁ in SOUSA, 2007:196), sua sede oficial localizava-se no bairro Damas próximo a Parangaba e sua sede praia, no bairro do Meireles. Em 1939, sua sede oficial foi transferida para a sede praia, onde se encontra atualmente. Artigo de Gisafran Nazareno Mota Jucá intitulado Fortaleza: cultura e lazer (1945 – 1969), p.p. 192 -214, compilado no livro ‘Uma nova história do Ceará’, organizado por Simone de Souza, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. Acervo da Biblioteca do Centro de Humanidades I da Universidade Federal do Ceará.



Ideal Club sede Damas - anos 30



Ideal Club sede Meireles anos - 40



Ideal Club sede Meireles - anos 50

(Foto Ideal Club, Fortaleza, 10 de abril de 2011, disponível em <<http://www.idealclube.org.br/interno.php?arquivo=clube/historico.htm>>)

O glamour dos clubes atraía setores vários da população especialmente, por suas festas sociais e programação cultural. Abria-se nova forma de socialização, que foi seguida por segmentos mais populares da periferia, com a criação dos clubes suburbanos como *Romeu Martins*, no Montese; *Santa Cruz*, no Centro; *Valdemar Falcão*, na Floresta, entre outros, na busca de lazer, socialização e entretenimento. Mas Fortaleza contou também para o seu ordenamento urbano com o cenário natural e exuberante do seu litoral. A Beira Mar, já nessa época, também começou a oferecer um conjunto de modernos restaurantes e bares, tendo como sua atração principal as peixadas, como foi o caso da peixada do “*Alfredo*”, do “*Expedito*”, do “*Anísio*”, do “*Copacabana*”, do “*Batuka*”, entre outras. Na reportagem e foto abaixo podemos perceber as mudanças estruturais do restaurante para atender a demanda social que vinha crescendo nesse período.



Foto do Restaurante
“Alfredo”
Correio do Ceará
16 de dezembro de 1966.



Foto do Restaurante
“Alfredo”
Correio do Ceará – Ceará 68
07 de dezembro de 1968

Além dos clubes, Fortaleza contava com várias salas de cinema: São Luiz, Diogo, Art e também com o Teatro José de Alencar. Contudo, nem só de clubes, restaurantes e teatro viviam as noites de Fortaleza. Segundo a reportagem do *Ceará 68*, o Centro da cidade era

pontilhado de boates, algumas conhecidas como “*infernhinhos*”, um conjunto que unia música e mulheres profissionais do sexo, que despertava o interesse de muitos adolescentes e a angústias de muitas mães. Na tentativa de afastar do centro da cidade esses espaços de diversão, que envolviam prostituição, as autoridades os remanejaram para outra área da cidade como cita Jucá (2007), “*a Secretária de Segurança Pública prometia afastar o meretrício do centro da cidade, desviando-se a rota da prostituição para as imediações do Farol do Mucuripe, onde só residiam famílias de classe média que pudessem ser perturbadas com a vida noturna dos cabarés.*” (JUCÁ in SOUSA, 2007, p.206)

Acompanhando o ritmo das tais noitadas, na década de 1960, os alunos do CMF em plena fase de adolescência, seguiam em busca de atividades lúdicas e diversão. Como podemos verificar no depoimento³⁹ abaixo:

As Serenatas e A Música...

O ano de 1968 foi marcado pela realização de grandes serenatas. Juntávamos eu, o Anselmo, o Alcântara e o Rômulo, nas infindáveis noitadas de sexta-feira para aquelas serestas inesquecíveis. O ponto de encontro era no bar do Estoril, na Praia de Iracema, quando ainda era velho e caindo os pedaços e ficávamos bebendo e ensaiando as músicas românticas que dedicaríamos as felizardas que seriam homenageadas. O conjunto de vozes e violão deu tão certo que formamos um quarteto, ao estilo do MPB-4. O nome do quarteto era CFR-4. Uma droga de nome que ninguém entendia o significado. (...) Cantamos em diversas festividades no próprio Colégio Militar e nos variados colégios femininos da Fortaleza daquela época. O pessoal da Tradição Família e Propriedade - TFP formara um coral de jovens (...retirado...)⁴⁰ chamado “Viva a Gente”, especializado em hinos ufanistas e integralistas de extrema direita. Mas era muito bem ensaiado e fazia sucesso. Em todas as solenidades escolares chamavam o Viva a Gente e o nosso quarteto. Mas éramos mais bem ovacionados do que eles. O repertório era o mais variado, mas sempre da melhor MBP, em evidência na época. Criamos até um pout-pourri próprio, mesclando sambinhas da velha guarda. Mas o Chico Buarque era o nosso compositor preferido.

(Depoimento do ex-aluno, CMF turma62-68, disponível em: <<http://sites.google.com/site/cmf19621968/>>).

³⁹ Utilizamos aqui depoimentos de ex-alunos do Colégio Militar, sobre a atmosfera social na cidade a época em que lá estudaram, para captar a dinâmica e interação entre aquela instituição militar e a sociabilidade mais ampla, extra-muros, que envolviam os seus alunos enquanto jovens.

⁴⁰ De acordo com **Geraldo Lúcio e Roberto** (ex-alunos, o Analógico e o Digital, como Roberto brincou durante o encontro de ex-alunos que ocorreu em 15 de janeiro de 2011 e na qual estive presente) algumas informações foram retiradas da página no site, por tecerem comentários inadequados para visitação, sendo estas resguardadas especificamente para intimidade do grupo de ex-alunos turma 62-68. Os depoimentos estão disponíveis em: <<http://sites.google.com/site/cmf19621968/>>

Estar atento e conectado às mudanças em curso no meio social era uma das propostas do ensino secundário militar, pois estas repercutiam dentro de seus estabelecimentos, que investiram nas atividades de lazer, tendo-as como meio de alcançar os alunos que por lá eram moldados e dos quais uma pequena parcela viria a fazer parte da “seleta elite” militar.

Sempre atentos aos detalhes, os militares também percebiam que os novos traçados da cidade repercutiam na vida de seus alunos, pois alguns mesmo residindo em Fortaleza, optavam pelo sistema de internado, pois moravam em bairros distantes, com dificuldade de acesso e locomoção, como podemos perceber no depoimento do ex-aluno: “*Como morava na então longínqua Cidade dos Funcionários, ingressei no internato do Colégio Militar, em meados de março de 1962.*” (Depoimento do ex-aluno CMF turma 62-68) Ao dar condições para o aluno melhor se ajustar ao seu sistema de ensino, permite ao colégio estreitar os laços com esses alunos e, assim, incultir seus princípios e valores.

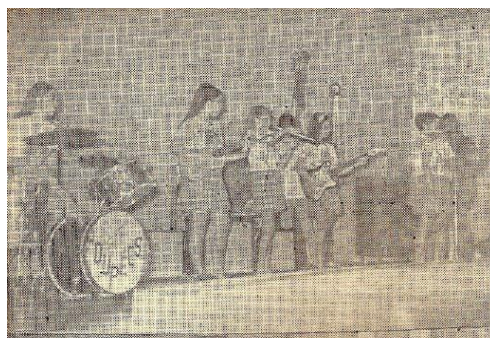
Promovendo uma proposta de formação geral, bem como de controle dos alunos, através de estratégias de prêmios e recompensas, o colégio permitia que os alunos organizassem tertúlias e festividades, ao som das bandas dos próprios alunos e de colégios convidados, conquistando e ampliando os laços entre eles (alunos e o colégio), além de promover o intercambio entre o colégio e a sociedade. Festas e tertúlias que renderam muitos relacionamentos, regados a serenatas, como podemos perceber em outro depoimento abaixo:

Na véspera da partida nos reunimos, pela última vez, no velho bar do Estoril para ensaiar a serenata de adeus às namoradas que ficariam abandonadas. Tivemos que começar cedo, pois eram muitas serenatas a realizar, nos mais diversos rincões da cidade. Lembro que na serenata dedicada à Fabíola, a namorada do nosso colega 12-Bonfim que queria descer do avião na nossa viagem ao Rio, cantei algumas músicas para ela, já que ele não tinha voz nenhuma e era totalmente desafinado. Uma das músicas foi Prá Dizer Adeus, do Edu Lobo. O Bonfim ficou muito puto, quando me ouviu cantar: “adeus, vou pra não voltar...”. Não se conformava com aquela história de ir para não voltar. A garota que já estava chorosa, com a partida, caiu no desespero com aquela cantiga do vou para não voltar. Fizemos serenata também para a Edênia, mulher do Alcântara e para a minha namorada Fátima, lá no outro lado da cidade.

(Depoimento ex-aluno CMF turma 62-68)

A socialização entre os alunos, colégio e sociedade eram incentivados pelo

próprio colégio, de acordo com o regulamento R-69⁴¹ no artigo 76, que estimulava a formação de “... clubes, grêmios e outras organizações de interesse do Cm” que deveriam promover atividades sociais, recreativas, literárias, cívicas, científicas e desportivas, com objetivo de proporcionar uma formação intelectual, social, cultural, bem como afetiva, além de tornar visível, as atividades do CMF, para a sociedade, através da participação dos demais colégios, como Doroteias, nos eventos, como percebemos nas fotos abaixo:



(Fotos da Revista do CMF turma 62 - 68, 1968, p. s/n, disponível em: <<http://sites.google.com/site/cmf19621968/>>)

O Regimento Interno (RI-CM)⁴² em seu artigo 108 aponta que os “grêmios, clubes, núcleos e grupos” deveriam proporcionar além do desenvolvimento intelectual, o desenvolvimento afetivo, social e cultural, contribuindo para essa formação. Era uma formação geral, promovida em tempo integral, como podemos verificar pela organização do dia para as diversas atividades que os alunos eram submetidos.

As atividades iniciavam pela manhã indo até a noite, como cita a *Revista do Colégio Militar de Fortaleza: Turma Colégio Militar de Fortaleza 62-68*⁴³, (ver Anexo – 2:

⁴¹Regulamento (R-69) – documento que apresenta as normas que rege os colégios militares com objetivo de estabelecer os preceitos comuns aplicáveis aos colégios militares. Boletim Exército nº 6 de 8 de fevereiro de 2008 no qual consta Portaria nº 42 de 6 de fevereiro de 2008. Acervo do CMF.

⁴² Regimento Interno (RI/CM) – documento que apresenta de forma detalhada o regulamento R-69 com ênfase na ação e na proposta educacional. Portaria nº 397 de 12 de agosto de 2002. Acervo do CMF.

⁴³ A Revista do Colégio Militar de Fortaleza: Turma Colégio Militar de Fortaleza 1962 -1968 foi elaborada por um grupo de alunos do CMF “quando da conclusão de curso em 1968, como uma maneira de deixar um registro da passagem da 1ª turma a perfazer o ciclo completo do ensino secundário militar – ginásial e colegial - pelo CMF”. Tive acesso a ela através do ex-aluno Sr. Geraldo Lúcio que me cedeu um exemplar, quando em entrevista para pesquisa, tornado-se uma fonte importante, pois consta de entrevistas e depoimentos dos dirigentes e dos alunos no período de consolidação do ensino secundário militar no Ceará. Ela pode ser encontrada no acervo da Biblioteca do CMF e no endereço eletrônico <<http://sites.google.com/site/cmf19621968/>>.

Ohorários do CMF), sendo assim distribuídas: alvorada, café, estudos, visita médica, formaturas das Cias. , 1º tempo (aulas), banho, pequeno almoço, à disposição do Comando, 2º tempo (aulas), 3º tempo (aulas), 4º tempo (aulas), Almoço dos alunos, descanso, formaturas das Cias. , 5º tempo (aulas), 6º tempo (aulas), 7º tempo (aulas), leitura do boletim interno – BI⁴⁴, banho (alunos internos), jantar, saída, revista do recolher, estudo, ceia, silêncio, estudos facultativos.

Essas atividades iniciavam às 06:00 h e terminavam às 22:30 h, de segunda-feira a sexta- feira, sábado com atividades reduzidas ao período da manhã e os domingos livres para os alunos internos. Mas dentre as atividades citadas, a leitura do “Boletim Interno” causava maior aflição, pois o temido L. S. (Licenciamento Sustado), levaria os mais afoitos a permanecerem detidos, sem a folga de fim-de-semana, como citado abaixo:

Às sete da manhã, os alunos semi-internos chegavam e havia a revista matinal, com a **leitura da ordem do dia, no boletim interno**. Na famigerada seção IV – Justiça e Disciplina vinham as punições aplicadas aos alunos, pelos mais diversos motivos que iam desde a admoestação até a detenção. (grifo nosso) (Depoimento do ex-aluno CMF turma 62-68)

(...) a punição era um Licenciamento Sustado. Um fim-de-semana detido no Colégio. **Haveria maior punição para um jovem de 16-17 anos?** Privado de ir para tertúlias, encontrar-se com a namorada, aproveitar as praias ou piscinas, partidas de volei ou futebol? (grifo nosso) (Depoimento do ex-aluno CMF turma 62-68)

Atividades coordenadas para manter o aluno o maior tempo possível voltado para os estudos formais, mas sem esquecer a interdisciplinaridade entre as demais atividades culturais, com atividades organizadas pela *Associação Literária Brigadeiro Sampaio* como torneios inter-colegiais, campeonatos de jogos de salão, de campo, concursos fotográfico,

⁴⁴ Boletim Interno – documento interno que apresenta a rotina diária das atividades desenvolvidas pelos colégios. Constitui-se de um relatório diário das ações e atividades executadas dentro do estabelecimento ensino militar – Colégio-Quartel. Esta dividido em quatro partes: 1ª parte: intitulada “Serviços diários”, consta da apresentação da escala de serviço da Companhia de Comando e Serviço, responsável pela logística do colégio; A 2ª parte intitulada “Instrução”, apresenta as informações relacionadas ao ensino; isto é, atividades dirigidas ao colégio no processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo: matrícula, concurso para professores, exames de admissão, etc., 3ª parte intitulada “Assuntos gerais e administrativos”, relacionados à vida militar, ao corpo da tropa da CCSv, despesas com o estabelecimento, manutenção, entre outras e a 4ª parte intitulada “Justiça e Disciplina”, apresenta assuntos relacionados ao reconhecimento aos ,agradecimentos, elogios e punições dos militares e alunos. De acordo com o depoimento dos alunos e com a revista Turma CMF 62-68, os Boletins Internos eram apresentados no início ou no final das aulas para o corpo de alunos e demais funcionários de serviço, sendo compilados em livros por trimestre, podem ser encontrados no Acervo dos Arquivos Internos do CMF.

literários, gincanas, shows e produção do jornal “Sentinela⁴⁵”, que de acordo com depoimento do ex-aluno teria alcançado “8 edições em 1968 e circulou em igual número de vezes que nos 6 anos anteriores.”(Revista CMF turma 62-68, p. s/n). O colégio se apresentava como mais uma opção de acesso ao ensino secundário, ampliando as oportunidades para o acesso ao ensino superior, uma vez que poucos ingressariam nas Forças Armadas e seguiriam a carreira militar.

2.4. Ceará e a expansão na educação

O estudo apresentado na já referida edição *Ceará 68* mostrou que a renda per capita do Ceará era em torno de 43,8% da renda per capita média do Brasil, muito abaixo das demais regiões do país, o que colocava Fortaleza entre uma das cidades com a economia pouco desenvolvida.

A sua economia estava baseada no setor agrícola e se concentrava nas mãos de pequenos grupos. Contudo, o setor agrícola sofria com um grave problema, a baixa produtividade do setor, que se agravava pelo atraso do desenvolvimento tecnológico. Essa baixa produtividade gerava baixa renda, coibindo possíveis investimentos em novas tecnologias, repercutindo diretamente no setor secundário, que pouco contribuía na renda interna e, conseqüentemente, não gerava novos investimentos que se revertissem em novas tecnologias e em maior produtividade. A dependência do setor secundário com relação ao setor primário repercutia no setor terciário que também não conseguia influenciar na renda interna, nem tão pouco conseguia captar a mão de obra oriunda dele, por ser um grupo pouco qualificado.

A matéria, veiculada a edição *Ceará 68*, mostrava um conhecimento detalhado da situação econômica do estado, mostrando que apesar das dificuldades de desenvolvimento nos diversos setores, o Ceará caminhava para melhorar sua renda per capita e enfatizou que, apesar da falta de recursos, investimentos, tecnologias, o maior problema era a baixa qualificação dos indivíduos, como versavam os discursos políticos ali veiculados.

⁴⁵ Não foi encontrado nenhuma edição desse jornal na Biblioteca do CMF.

Nesse estudo, foi levantada a hipótese de que o maior obstáculo para o desenvolvimento do social, econômico, tecnológico, era o “*homem*”, por entender ser este o principal meio para gerar maiores progressos e a razão de ser do próprio processo. O estudo, diz ainda que *a influência negativa do homem se faz sentir no campo econômico, social e educacional (técnico-científico), político e até mesmo religioso, e que o homem marcado pelo conservadorismo e pelo tradicionalismo, oferece grande resistência às inovações e mudanças, (...)* (Correio do Ceará - Ceará 68, 07 de dezembro de 1968, p. s/n)

Assim, o artigo concluía que para promover a modernização, e o desenvolvimento do Estado, não bastava investir em novas tecnologias. Seria crucial investir e promover um novo modelo de “*homem*”. Esse seria um dos objetivos da educação e, em particular, dos militares, que investiram e acreditaram na formação desse novo homem, que poderia ingressar no quadro de profissional do Exército.

Nesse ambiente de promoção e discussão sobre o desenvolvimento, a escola passou a ser vista como um fator preponderante para efetivar essas mudanças, sendo a base para a qualificação profissional, incidindo positivamente no crescimento da industrialização e no crescimento tecnológico. Nesse contexto, a educação passou por um significativo processo de expansão para o mercado de trabalho que começava a surgir no Ceará, sendo a responsável direta pela formação desse novo modelo de profissional requerido para tal, preparando os jovens, para atender às exigências advindas com a modernização nos diversos setores, econômico, social e político.

Segundo o jornalista Eduardo Campos, diretor dos *Diários Associados no Ceará*, em entrevista ao Reitor Fernando Leite, ainda no estudo citado, a criação da Universidade trouxe significativo desenvolvimento econômico, social, e cultural para nosso Estado. Segundo o Reitor Fernando Leite, a Universidade Federal do Ceará promoveu *a capitalização e polarização do nordeste das caatingas, dos sertões e do litoral*⁴⁶, especialmente, Fortaleza, permitindo segundo Eduardo Campos, a formação de técnicos e profissionais liberais, ampliando os níveis de formação e elevando o nível intelectual de nosso Estado, o que promoveu uma busca pelo ensino secundário que passou por significativa expansão nesse período, uma vez que se constituiu no meio para ingressar na universidade.

⁴⁶ Ceará 68 – Correio do Ceará, 1968, p. s/n

De acordo com esse estudo, o Ceará contava com 377 unidades escolares de ensino médio⁴⁷, respectivamente 202 estabelecimentos de ensino ginasial e 41 de ensino colegial, na rede oficial. A expansão do ensino médio, subdividido em ensino secundário (ciclo ginasial e colegial), ensino profissionalizante-técnico (agrícola, industrial, comercial) e curso Normal, foi percebida dentro do significativo crescimento do número de matrícula, ocorrido entre 1961 a 1968.

Segundo dados apresentados na reportagem consultada, nesse período, o Ceará contava aproximadamente com 78.733 alunos, como podemos perceber na tabela⁴⁸ 1, onde consta o número de alunos matriculados na rede oficial, mas que não inclui os alunos secundaristas do CMF, por esses não pertencerem à rede oficial ensino, regido pelo Ministério da Educação e Cultura e, sim ao Ministério da Guerra, razão pela qual não faz parte das estatísticas oficiais. O interessante é observar os números da oferta de vagas para o ensino secundário, em suas diversas modalidades de ensino.

Apesar dessa expansão no ensino secundário, que apresenta 114% de aumento nas matrículas, crescente ano a ano, como mostra a tabela⁴⁹ 2, os jornais anunciavam que a maior parcela da população em idade escolar nesse período não tinha acesso a esse grau de ensino. Como podemos verificar na reportagem “*Colégios Oficiais Cerram As Portas a Dez Mil Jovens.*” (Correio do Ceará, 1962: 2) e na qual é apresentada a defasagem, ao longo da década de 60. Até 1968, o Ceará, em geral, especificamente, Fortaleza, contava com vários estabelecimentos oficiais de ensino secundário⁵⁰(ver anexo – 1), fora deste encontramos o CMF, mas essa oferta era considerada insuficiente face à alta demanda social.

De acordo com os arquivos do CMF - Divisão de Corpo de Alunos, muitos alunos que ingressaram no CMF, naquela época, eram oriundos da rede particular, antes matriculados nos estabelecimentos de ensino citados anteriormente; dentre eles, destacamos: Colégio São João, Colégio Batista, Colégio Cearense, Ginásio Christus, Colégio Castelo Branco, Ginásio 7 de Setembro, Ginásio Brasil, Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, Colégio Resende no Rio de

⁴⁷ Ceará 68 - Tabela consultada no jornal *Correio do Ceará*, Edição Especial: “Realidade do Ensino Médio no Ceará”, p. s/n.

⁴⁸ Ver Anexo 4

⁴⁹ Ver Anexo 4

⁵⁰ Tabela apresentada no jornal *Correio do Ceará*, Edição Especial - *Ceará-68*, “Realidade do Ensino Médio no Ceará”, s/n, 7 de dezembro de 1968.

⁵⁰ Ceará – 68, Edição Especial do Jornal *Correio do Ceará*, Dezembro de 1968, traz além dos estabelecimentos de ensino na capital, também os estabelecimentos de ensino no interior.

Janeiro, mas podemos encontrar também estabelecimentos da rede pública, como Colégio Estadual do Ceará, Colégio Estadual do Piauí, Ginásio Municipal de Fortaleza e de outros estabelecimentos de ensino como o Centro Integrado Conselheiro Luiz Viana, Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho.

Embora o ensino secundário militar não atendesse diretamente às exigências do mercado de trabalho, aos olhos da sociedade, o mesmo, oferecia um ensino que poderia permitir aos jovens adentrarem no restrito e cobiçado mundo do nível superior de ensino, com a perspectiva de se profissionalizarem na carreira das armas ou optarem pelas profissões liberais. É justamente nesse cenário de busca pelo ensino médio, a nível secundário, que o ensino militar expande seu sistema de ensino com a reabertura do ensino secundário militar, com o Colégio Militar de Porto Alegre e de Fortaleza.

2.5. Colégio-Quartel: Colégio Militar de Fortaleza - CMF e Companhia de Comando e Serviço - CCSV.



Foto da Companhia de Comando e Serviço e desfile dos militares que atuam na Companhia durante a solenidade de entrega da Boina, março de 2010 (exemplo constane para os alunos)

O ensino militar passou por várias denominações ao longo de sua estruturação – escolas, academias, centros de formação, colégios, até chegar a formar o atual Sistema de Ensino do Exército. Dentro deste sistema, encontramos os Colégios Militares, que são considerados, atualmente, um subsistema desse sistema, denominado de Sistema Colégio Militar do Brasil – SCMB, que atua no ensino secundário. Esse ensino, com ciclo ginásial e colegial, foi criado, em 1889, para atender à necessidade de formação escolar dos filhos de militares, com objetivo de proporcionar um auxílio aos militares, bem como de preparar os jovens para ingressarem nas escolas militares.

De acordo com a Constituição de 1946, em vigor na década de 1960, em seu artigo 167, o ensino em seus diferentes ramos *poderia ser ministrado pelos poderes públicos* (...), respeitando as leis que o regulava. Nesse sentido, o Ministério da Guerra reabriu o ensino secundário militar no Ceará, em 1962, estando ele, subordinado diretamente as leis e tradições do Exército, sendo reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, que dispôs na Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei N° 4024/61, em seu Título IV, da Administração do Ensino, em seu artigo 6° parágrafo único, que *o ensino militar é regido por lei própria*, embora tenha que se adequar ao que dita à referida LDB/61, como ressalta a Portaria do Exército n° 760, em seu artigo 44 “*Estas Normas, baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei n. 4.024, de 20 de Dezembro 61, revogam as prescrições do atual Regulamento dos Colégios Militares (R-69) que com elas colidirem.*”

Podemos assim, ver o ensino secundário militar, ofertado pelos Colégios Militares, e especificamente para este estudo, o Colégio Militar de Fortaleza – CMF, como um estabelecimento de ensino fora do sistema regular de ensino, sob a tutela do Ministro da Guerra, que apresenta como característica peculiar a figura do colégio-quartel, no qual os alunos chegam ainda crianças e se veem como soldados, como é citado abaixo:

Uma verdadeira provação, aquele internato, em tão **tenra idade**. Aos onze anos e meio, senti-me órfão de pai e mãe, à mercê dos mandos e desmandos dos sargentos, tenentes, capitães e coronéis que nos massacravam o dia inteiro, como se **soldados adultos fossemos**. (grifo nosso) (Depoimento do ex-aluno CMF turma 62-68)

Os documentos internos do colégio, inclusive, trazem a denominação *Comando do Colégio Militar, Quartel de Fortaleza* (BI- N° 1, de 2 de janeiro de 1962, p. 1), para falar de sua organização e gestão educacional.

Assim, o Colégio se confunde com a Companhia de Comando e Serviço, um quartel, que está imbricado ao ele. Na *Revista do Colégio Militar de 1968*, o Cel. Petrônio⁵¹ assim o define, afirmando que, a companhia é uma *tropa auxiliar – Companhia de Comando e Serviço – CCSv – destinada à instrução do pessoal militar, necessária ao funcionamento*

⁵¹ Cel. Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá, foi Comandante do Colégio Militar de Fortaleza no período 22 de novembro de 1966 a 21 fevereiro de 1969. Escreveu o livro *Um ensaio sobre o ensino militar no Ceará*. Concedeu entrevista, em agosto de 1968, a turma de concludentes do CMF-62-68, intitulada “O Colégio Militar Visto pelo seu Comandante”. A Revista e o Livro podem ser localizados no acervo da Biblioteca do CMF.

das diferentes dependências e à guarda das instalações do Colégio (Revista CMF - turma 62-68,1968:p. s/n), bem como, a instrução militar dada aos alunos ao adentrarem ao colégio.

A Companhia de Comando e Serviço - CCSv, de acordo com Capitão Pires⁵², é comandada por um capitão auxiliado por um tenente e alguns sargentos. Grande parte do seu efetivo é composta por soldados. São eles que fazem a segurança do CMF e, também, a maior parte da manutenção das instalações do Colégio. Geralmente, cada seção do CMF tem um ou mais soldados, que estão subordinados a ela. Eles fazem de tudo um pouco, desde consertos de encanamento, eletricidade, limpeza, computadores, tiram “xérox”, dirigem as viaturas, fazem a comida, auxiliam nos diversos setores, dando apoio logístico e de segurança, com dever de cumprir as missões a eles designadas e, principalmente mantendo vigilância constante nas dependências do colégio⁵³. Ser um colégio-quartel seria a melhor definição para o CMF como estabelecimento militar de ensino.

A CCSv tem sua história, já nos primórdios do ensino militar no Ceará, quando a Escola Militar do Ceará, criada em 1889, deixou as dependências do prédio do 11º Batalhão de Infantaria, onde hoje funciona a 10ª Região Militar de Fortaleza, para se fixar no atual prédio. Segundo Menezes (1992), a escola ao ser transferida para o prédio no Outeiro, em 1892, continuou mantendo o caráter de aquartelamento, uma vez que “... a mencionada Escola ... e o 2º Batalhão de Infantaria ocuparam **conjuntamente** o prédio[...] segundo informara o Comandante do 2º Distrito Militar em ofício nº 380 de 12 de junho findo dirigido a repartição do ajudante general ...” (grifo nosso) (MENEZES, 1992, p. 102).

A escola passou a ser ao mesmo tempo, um estabelecimento de ensino e um estabelecimento militar, com práticas da profissão de armas, submetida às suas normas e regras, dando às ações ali desenvolvidas um caráter de *aquartelamento*, como citado, a ponto de não se ter uma dissociação entre eles, como afirmou o Cel. Petrônio Maia Vieira do

⁵² Capitão Janote Pires Marques autor do livro “O Casarão do Outeiro”, juntamente com Sr. Luciano Klein Filho, professores de História do CMF, cedeu-me entrevista no CMF em 12 de Julho de 2010 sobre a CCSv.

⁵⁴ Durante a realização desta pesquisa, com dia previamente marcado, cheguei ao colégio e dirigi-me a CCVs. Chegando lá, o Major em exercício designou dois soldados para me acompanhar até o Museu. Dirigiu-se a eles, nos seguintes termos: “- Soldados! Tenho uma missão para vocês. Acompanhe essa senhora até o museu e fiquem com ela.” Isso me fez perceber que não estava em um colégio apenas. Os soldados deveriam me acompanhar e ficar comigo, depois retornar à companhia para que aquela missão fosse considerada concluída.

Nascimento e Sá⁵⁴, que acrescentou, ainda, que o estabelecimento de ensino, assim como CCVs, são partes da organização militar. Segundo ele:

É do ponto de vista da organização militar uma **unidade diferente: estabelecimento de ensino de formação e quartel**. Ministra a seus alunos o ensino secundário em dois ciclos – o ginásial e o colegial – dentro de uma adequada orientação educativa, e instrução militar, com objetivo de: assegurar o enquadramento e a disciplina militar dos alunos e formar reservistas de 2^a. Categoria. (grifo nosso) (Revista do Colégio Militar de Fortaleza turma 1962 – 1968, p. s/n)

O que evidencia o caráter preparatório dos CM, que tem como objetivo garantir a operacionalidade da força ao assegurar a formação de reservistas⁵⁵, prepara para a carreira das armas. Embora, os alunos do CMF, em sua maioria, não vinhessem seguir a carreira militar, eram matriculados no curso de formação de reservista, tornando-se parte do cadastro reserva como citado.

2.6. Ensino Secundário Militar

A reforma no ensino militar, na década de 1960, veio, portanto reabrir o ensino secundário militar em Porto Alegre e Fortaleza, estando eles subordinados à Diretoria Geral de Ensino – DGE, órgão subordinado a Diretoria de Ensino e Formação do Exército – DEF.

De acordo com depoimento do ex-aluno do CMF, a cidade ficou em grande expectativa, o que levou a criação de vários cursinhos de preparação para o exame de admissão, como citado abaixo:

(...) No final de 1961 extinguiram a Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza e ressuscitaram o velho Colégio Militar do Ceará, rebatizando-o como Colégio Militar de Fortaleza. **A novidade mexeu com a comunidade nordestina**. O exame de admissão foi o mais concorrido naquelas plagas. Acorreram candidatos de vários rincões do Nordeste. Logo surgiu um **cursinho preparatório** que funcionava nas antigas instalações do *Colégio Christus* e nele fui matriculado, em plenas férias de final de ano, para a preparação da batalha que estava por vir. O esforço foi recompensado. Consegui lograr aprovação naquele verdadeiro vestibular infanto-juvenil. (grifo nosso) (Depoimento do ex-aluno CMF turma 62-68)

⁵⁴ Cel. Petrônio Maia Vieira do Nascimento e Sá, ex-comandante do CMF, em 1968.

⁵⁵ Os alunos do CMF no 3^a ano são inscritos no curso de reservista.

O jornal local noticiou em primeira página: “200 Vagas para o Colégio Militar de Fortaleza⁵⁶.” (Correio do Ceará, 1961, p.2). De acordo com a turma de ex-alunos⁵⁷ do CMF 62-68, muitos candidatos ficaram sabendo do concurso por parentes, que residiam em nossa cidade, ou encontravam-se na cidade a passeio ou acompanhando os pais a negócios. Muitos estudaram, através de cursinhos preparatórios para prestarem o exame de admissão. Alguns desses cursos eram oferecidos por professores da extinta EPC, como consta na reportagem⁵⁸: “Colégio Militar: Admissão permanente. Cursos Huh...Columbus Orientações, Ten. Cel. Danziato. Turmas de 30 alunos. Reserve matrícula, 62. Fone: 1 – 26 – 97.” (Correio do Ceará, 1962, p.5)

O ensino secundário militar ou “Escola de Menores” iniciou suas atividades em 26 de março de 1962, no Colégio Militar de Fortaleza, com o ciclo ginásial e colegial. De acordo com o Comandante⁵⁹ da Diretoria Geral de Ensino, o General de Div. Humberto Alencar Castelo Branco, que viria a liderar o golpe de 1964 e ser o 1º Presidente daquele regime, determinou que o novo estabelecimento de ensino deveria organizar a programação do ensino, para ambos os ciclos, como cita o Boletim Interno⁶⁰: “(...)T Cada Estabelecimento organizarah programas ambos os ciclos vg iniciarah Ano letivo baseado esses programas os quais serão enviados DGE para aprovação 100T se for caso posterior reajustamento 100T Ano letivo terah início impreterivelmente 26 Mar 100T Gen Div Castello Branco DGE.” (Boletim Interno-BI nº 54, 15 de março de 1962, p.279). Em 1962, o Comandante da Diretoria Geral de Ensino, o General de Div. Humberto Alencar Castelo Branco, veio ao Ceará e visitou o colégio, como consta na foto abaixo

⁵⁶ Jornal *Correio do Ceará*: “200 Vagas para o Colégio Militar de Fortaleza”, apresenta a previsão de 200 vagas para o Colégio Militar do Rio de Janeiro - CMRJ, Colégio Militar de Salvador - CMS, Colégio Militar de Porto Alegre - CMPA, Colégio Militar de Fortaleza - CMF respectivamente, 130 vagas para o Colégio Militar de Belo Horizonte - CMBH e 100 vagas para o Colégio Militar de Curitiba – CMC, contudo não fez menção para o Colégio Militar de Recife - CMR. (Correio do Ceará, 1961: p.2). Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Setor de Periódicos.

⁵⁷ A turma de ex-alunos 62-68 esteve reunida no dia 15 de janeiro de 2011 nas dependências do CMF, para se confraternizarem e planejarem a reunião de comemoração de 50 anos da turma 62-68. A reunião ocorreu sob clima de harmonia, camaradagem e na qual estive presente, por contar com a colaboração do Sr. Geraldo Lúcio, um dos mentores da reunião e da revista citada nesse estudo.

⁵⁸ *Correio do Ceará*, anúncio intitulado “Informes Uteis”, traz informação sobre cursinho preparatório para os exames de admissão para o CMF, 10 de janeiro de 1962, p.5. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Setor de Periódicos.

⁵⁹ De acordo com Arquivo Histórico do Exército, em 1962, foram Comandantes da Diretoria de Ensino e Formação os Generais de Divisão Aurélio de Lyra Tavares e Alberto Ribeiro Salaberry e como Comandante da Diretoria Geral de Ensino o General de Divisão General Humberto Alencar Castelo Branco.

⁶⁰ Boletim Interno com transcrições de rádio, mantidas entre o colégio a Diretoria de Ensino e Formação do Exército que coordena todo o sistema de ensino do Exército e a Diretoria Geral de Ensino que coordena, dentro do sistema de ensino do Exército, o subsistema dos Colégios Militares, responsável pelo ensino secundário militar, na década de 1960.



Foto disponível: “O Casarão do Outero”, 2007, p. 165.

Com a implantação da LDB/61, o Exército precisou adequar o ensino secundário militar, ao currículo do ensino secundário regular, como já foi citado, e como relata o Gen. Div. *Raimundo Teles Pinheiro*, em entrevista concedida aos alunos do CMF, para publicação da primeira Revista do CMF, que “*Os trabalhos de transformação da EPF em CMF e as medidas necessárias à aplicação da Lei de Diretrizes e Bases, recém-publicada e, conseqüentemente, desconhecida de todos, constituíram a maior dificuldade do meu comando (...)*” (Revista CMF: Turma Colégio Militar de Fortaleza, 1962-1968, 1968, p. s/n).

A Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza, em 17 de novembro de 1961, encerrou suas atividades, como cita o Boletim Interno-BI n° 1, de 1 de janeiro de 1962, através do Decreto n° 166, de 17 de novembro de 1961, para dar lugar ao Colégio Militar de Fortaleza. Ainda nas palavras do General *Raimundo Teles Pinheiro*, 1° Comandante do CMF, essa transformação *permitira ao colégio promover uma educação mais geral e completa para juventude que buscava o ensino militar, já que esta não estava interessada apenas na formação da carreira militar*. Segundo o Gen. Div. *Raimundo Teles* a

(...) transformação da EPF em CMF proporcionou a possibilidade de uma formação educacional mais completa, de vez que os dois ciclos, ginásial e colegial, são ministrados sob uma mesma orientação. As EPC ofereciam maiores vantagens econômicas para os pais e responsáveis, e se destinavam mais àqueles que aspiravam à carreira militar. (Revista CMF - Turma Colégio Militar de Fortaleza, 1962-1968, 1968, p.s/n)

Em 16 de dezembro de 1961, a *Escola Preparatória de Cadetes* deu por findas as suas atividades dentro de um clima de festa, pois cumpria com mais uma missão: formou mais uma turma para ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN.

De acordo com o jornal *Correio do Ceará*, houve a *missa de ação de graças*, pela manhã e, à noite, a festa que teve início com a valsa dos concludentes, seguida de um baile dançante que durou até altas horas da madrugada dentro de um “*ambiente de muita distinção*”. De acordo com a reportagem “Festa do Adeus⁶¹”, inúmeras personalidades da sociedade local estiveram presentes, sendo destaque: *o Reitor Martins Filho*, como homenageado especial, *o General Oswaldo de Oliveira Riedel*, *o Cap. Ivany da Silva* e *o Professor Godofredo de Castro Filho*. Estavam presentes, ainda, *o General Arthur Costa e Silva*⁶², *o General e Sra. Luiz Augusto da Silveira*, *o Comandante e Sra. Raimundo Teles Pinheiro*, então comandante do CM, entre outros. (*Correio do Ceará*, 1961:11). Transformar a EPC em CM de Fortaleza foi uma forma de ampliar o sistema de ensino militar, alargando os espaços na educação, que agora passaria a contar, com mais dois estabelecimentos de ensino secundário militar ao lado do CM do Rio de Janeiro, CM de Belo Horizonte, CM de Salvador, CM de Curitiba e CM de Recife.

De acordo com o BI – N° 1, de 2 de janeiro de 1962, o Cel. Chefe do Gabinete da Diretoria de Ensino e Formação - DEF, inicialmente, havia feito uma previsão de aproximadamente de 450 vagas para o colégio, o que exigiria o aumento do efetivo de professores, de oficiais e praças para atender o CMF. Embora, os professores da EPC tenham sido remanejados para CMF, não eram suficientes para atender a nova demanda. Dentro desse cenário, o Ministro da Guerra baixou uma portaria regulando o número de 200 vagas para o concurso de admissão nos colégios militares, distribuídas entre o ginásial e colegial (clássico e científico).

Esse concurso teve algumas especificidades, pois os candidatos prestaram exame de admissão para a 1ª série do ginásial e 1ª série do colegial, mas também para as demais séries, pois o colégio abriu vagas em quase todas as séries do ginásial e colegial. Além disso, participaram do exame de admissão filhos de militares e civis, embora, os filhos de militares

⁶¹ Jornal *Correio do Ceará* traz um nota sobre a festa intitulada “Festa do Adeus”, publicada em 19 de dezembro de 1961, página 11.

⁶² Arthur Costa e Silva, segundo Presidente no regime militar de 1964, no período de 15 de março de 1966 até 7 de setembro de 1969.

tivessem a prerrogativa de serem atendidos pelo regimento R-69, que dispõem sobre o “vínculo” para as vagas ofertadas aos filhos de militares.

De acordo com o *edital* do Colégio, os candidatos, entre civis e militares prestaram exames para o ginásial (Matemática, Português, História e Geografia) e colegial (Matemática, Português, Francês, Inglês, História, Geografia). Contudo, os filhos de militares, que foram atendidos pelo R-69, também se submetiam a um exame de “suficiência”, mas apenas para as disciplinas de Matemática e Português, que não possuíam o caráter eliminatório, mas classificatório, indicando a série a ser cursada.

De acordo com os documentos interno do colégio, inscreveram-se, para o exame de admissão, 529 candidatos, de todos os lugares da região do país, especialmente do nordeste e norte, constando de uma parcela significativa de pessoas oriundas da classe média, como condiz com o perfil dos alunos do ensino secundário, como ressaltou Hobsbawn anteriormente, referindo-se a uma tendência mais global do perfil de candidatos a esse grau de ensino.

Mesmo pequeno, o número de inscrições em relação às inscrições para o ensino secundário oficial, como no caso específico no Colégio Estadual do Ceará – Liceu, como anuncia um jornal⁶³ local: “*Quatro mil candidatos disputam 600 vagas no Colégio Estadual: Provas.*”, os candidatos ao ensino secundário militar enfrentariam o desconhecido, pois seriam o primeiro grupo na reabertura do ensino militar e teriam como obrigação honrar e consolidar o ensino secundário militar, bem como dar continuidade aos valores e tradições do Exército, como ressalta o Juramento do Aluno⁶⁴ abaixo:

Incorporando-me ao Colégio Militar, e perante seu nobre Estandarte, assumo o compromisso de cumprir com honestidade meus deveres de estudante; de ser um bom filho e leal companheiro; de respeitar os superiores; de ser disciplinado; de cultivar as virtudes morais; para tornar-se digno herdeiro de suas gloriosas tradições e honrado cidadão de minha Pátria. (Revista do CMF turma 1962-1968, 1968, p.s/n)

⁶³ Correio do Ceará, Quatro mil candidatos disputam 600 vagas no Colégio Estadual: Provas, 1962, p.1.

⁶⁴ De acordo com manual do aluno 2009 foram suprimidas algumas palavras no Juramento do Aluno citado pela revista, que destaquei em negrito, bem como foi acrescentado o nome de Fortaleza ao juramento. Colégio Militar de Fortaleza: Casa Eudoro Corrêa, Manual do aluno 2009, 2009, p. 9. Acervo do CMF.

Das 200 vagas oferecidas, 196 foram ocupadas por alunos aprovados entre exame de admissão, exame de suficiência e transferidos de outros CM. De acordo com pesquisa feita junto aos arquivos do “*Corpo de Alunos*”, podemos perceber que 89% dos alunos ingressaram no CMF por meio do exame de admissão, independente de serem filhos de militares ou civis; 7% ingressaram por meio do exame de suficiência e 4 % por meio de transferências de outros CM. Nesse concurso apenas 25% dos alunos eram filhos de militares, o que confirma a especificidade desse concurso. (ver apêndice 1)

De acordo com dados obtidos junto ao “*Corpo de Alunos*”, como já citei, percebemos que os alunos vieram das diversas regiões do Brasil, 3% pertenciam a região Norte, 9% pertenciam a região Sudeste e Sul, 88% da região Nordeste e a maior parte desses alunos pertencia a classe média.

Nesse sentido, a reabertura do CMF, deu a oportunidade à juventude de ter acesso ao ensino secundário sem grandes transtornos de logística para as famílias, pois o próprio colégio oferecia aos alunos o sistema de internato, com regime interno e semi-interno. De acordo com a turma de ex-alunos 62-68, algumas famílias mesmo morando em Fortaleza, optaram pelo sistema de internato, como já foi mencionado. Diante desse grupo atípico, o colégio abriu 10 turmas, assim distribuídas:

Turmas	Número de Alunos
1ª série ginásial – T 11	30
1ª série ginásial – T 12	30
1ª série ginásial – T 13	30
1ª série ginásial – T 14	30
2ª série ginásial	7
3ª série ginásial	3
4ª série ginásial	3
1ª série colegial – A 1	25
1ª série colegial – A 2	26
2ª série colegial	0
3ª série colegial	1

Como podemos ver, este foi um período incomum, do ponto de vista do número de alunos por série, as turmas apresentam-se pouco uniforme, podendo até mesmo pensar ser um erro, mas a turma do 3º colegial possuía apenas um aluno. Como ocorreu em 1699, no Maranhão, com abertura de uma turma, nas aulas avulsas, com apenas 3 alunos, como relatamos anteriormente. Os alunos foram reunidos em pelotão, companhia, batalhão escolar, incorporando-se, à *Companhia de Comando*, tornado-se um estabelecimento de ensino militar com características próprias. Essa divisão permitia que oficiais e professores tivessem melhor visão e controle sobre os alunos, como apresenta Santos (1991) ao relatar as características do grupamento terrestre:

...em grupo de uma dimensão tal que o oficial **conhece pessoalmente a cada um de seus homens**. A menor unidade do Exército é o ***Pelotão***, integrada por três grupos de combate e um grupo extranumerário, cada um destes dados por um tenente. Por maiores que sejam as unidades, os pelotões não desaparecem. A *Companhia* de fuzileiros é integrada por três pelotões de fuzileiros e uma seção extranumerária, totalizando 175 homens. As ***companhias***, por sua vez, reúnem-se para formar o **Batalhão** e estes, o *Regimento*. (grifo nosso) (SANTOS, 1991, p. 32.)

O Batalhão Escolar do CMF, em 1962, seguiu as marcas do Batalhão da EPC, utilizando seus símbolos⁶⁵ – 3º CIA - Soberana, 2º CIA - Impoluta, e seu lema – *Para Frente, Custe o que Custar!* De acordo BI - nº 61, os alunos foram distribuídos em duas companhias. Na 2º CIA encontravam-se os alunos do curso ginásial e a 3º CIA os alunos do curso colegial. (BI – Nº 61, 24 de março de 1962, p.p. 320 - 324). Hoje, o colégio conta, além da 3º CIA e 2º CIA, com a 1º CIA - Altaneira e a Companhia Especial, assim distribuídas: 3º CIA – 6º e 7º, 2º CIA – 8º e 9º, 3º CIA 1º e 2º, CIA ESP – 3º e “cursinho” preparatório para Escolas Militares e Ensino Superior.

Lembramos que nesse período, o Ministério da Guerra não abriu, então, vagas apenas no ensino secundário. No Rio de Janeiro, abrem-se vagas em diversas áreas de ensino superior, com destaque para as Escolas Militares como a Escola de Aperfeiçoamento de

⁶⁵ Ver fotos dos símbolos das Companhias Anexo 3. Para a 1ª CIA o símbolo não se encontra nas dependências do Colégio, mas podemos identificá-la na camiseta do aluno que trás no peito uma água.

Oficiais, dentro das várias armas e serviços. As vagas⁶⁶ foram assim distribuídas: Curso de Infantaria com 120, Curso de Cavalaria 60, Curso de Artilharia 80, Curso de Engenharia 37, Curso de Comunicação 10, Curso de Saúde (Médico) 30, Curso de Veterinário 10, Curso de Intendente 64 e para oficiais de outras Armas 12 (nacional e países amigos), perfazendo um total de 422 vagas. Existia, portanto, uma preocupação do Exército brasileiro em promover a formação de seu quadro de pessoal, como dispõe a Lei de Ensino do Exército. No caso do Ceará, o ensino secundário militar abriu uma nova etapa para formação da juventude de nosso Estado, recorrendo a ele pessoas de várias cidades e de estados vizinhos que abraçaram essa oportunidade.

Com a reabertura do colégio, os professores da *Escola Preparatória de Cadetes - EPC*, mesmo, tendo sido remanejados para o quadro de magistério do CMF, não eram em número suficiente, tendo sido necessário buscar mais professores, tanto dentro de seu quadro de pessoal, quanto na sociedade civil, para atender à demanda que surgia, ampliando as oportunidades também para o professorado. Assim, o Exército, através da *Diretoria de Ensino e Formação*, abriu vagas para o magistério⁶⁷ do Exército em caráter provisório. Como relata a reportagem do jornal *Unitário*⁶⁸ que enfatizou a fala do comandante do CMF ao decidir nomear em comissão professores entre os oficiais da ativa, de preferência diplomados pelo Instituto Militar de Engenharia – IME ou por Faculdade de Filosofia professores para atender a demanda do colégio. Esses candidatos seriam submetidos à prova de suficiência, nas disciplinas de Filosofia, História, Geografia, História Natural, Física, Química, Matemática, Desenho, Latim, Espanhol e Português.

Ao longo da década de 1960, o ensino militar foi retomando seu espaço e consolidando-se como um dos mais importantes estabelecimentos de ensino secundário, sendo mais um locus de oportunidade para a *classe média cearense*. Segundo o *Cel. Haroldo Erichsen da Fonseca*, comandante do CMF, em 1969, em discurso à *Revista dos Humanistas do Cinquentenário*⁶⁹, os alunos que buscavam o ensino militar não teriam dificuldades para

⁶⁶ Jornal *Unitário* Vida Militar – Exército: Vagas, apresenta a previsão de vagas feita pelo Ministério da Guerra para a Escola de Aperfeiçoamento para o ano de 1962. 8 de novembro de 1961, p.3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁶⁷ Exames para magistério do Exército, Boletim Interno nº 3, 4 de janeiro de 1962, p.11.

⁶⁸ Jornal *Unitário*, “Colégio Militar com professores em comissão”, 24 de dezembro de 1961, p.6. acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁶⁹ A *Revista dos Humanistas do Cinquentenário – 2ª CIA 1969 - CMF*, foi confeccionada como projeto de conclusão do ginásio da turma de 1969. Nela encontramos vários depoimentos dentre eles do Comandante Cel.

ingressarem nos cursos superiores, pois o colégio os preparava dentro de um dos melhores cursos do ensino médio do Estado. Ainda, nas palavras do Cel. Haroldo “o colégio oferecia o melhor ensino Médio do Estado, fato confirmado pelo número de aprovações nos exames à faculdades civis e pelas colocações ali obtidas por ex-alunos do CMF.”(Revista dos Humanista do Cinquentenária - CMF, 1969, p.s/n), tornando-o disputado pelos militares e sociedade civil, apesar de poucos ingressarem na carreira das armas.

Ainda na *Revista dos Humanistas do Cinquentenário*, encontramos o depoimento do Cap. Inf. Adyr que ressalta, ainda, que a jornada a ser enfrentada pelas crianças e jovens, não seriam fáceis, mas lhes permitiria ter acesso a um futuro promissor onde poderiam abraçar a carreira que desejassem. Como também o discurso do Cap. Paulo César que também frisou que o colégio seria apenas para os fortes. Segundo ele, “muitos ficam pelo caminho, mas o que se mantivessem firmes consolidaram-se fortes na mente e no físico.” Nas palavras do Cap. Paulo César, “os alunos que se dedicam aos estudos e que enfrentam os obstáculos com coragem e abnegação e que se sacrificam em defesa de seus ideais”, seriam considerados estudantes de uma elite militar.

Conhecer e apoiar os alunos, formar um novo homem, seria a função do colégio e para isso, o colégio criou a *Seção Psicotécnica*, um diferencial em relação aos demais, colégios secundários. Essa seção era dirigida por oficiais militares do *Centro de Estudos de Pessoal – CEP*, cuja função seria analisar o aluno em todos os aspectos: comportamental, aproveitamento, frequência, situação familiar, de saúde, como também, em suas dificuldades econômicas. Atendendo, assim, seu caráter assistencial ao estabelecer as contribuições a serem efetuadas pelos alunos, de acordo com BI – N° 61, atendendo de forma diferenciada - gratuito órfão, gratuito não órfão, filho de militar com abatimento de 30%, filho de militar com abatimento de 50% e contribuinte integral. (Boletim Interno N° 61, 24 de março de 1962, p. 324).

Haroldo, Cap. Adyr e Capitão Paulo, citado. Os depoimentos nos permite conhecer um pouco mais da história do ensino militar, como ocorreu com Revista do CMF Turma de 62-68, citado em vários momentos dessa dissertação. 1969 é considerando o cinquentenário do colégio, pois tem como referência o ano de 1919 como marco para início do ensino secundário militar no Ceará, embora tenha passado por período de fechamento como estabelecimento de ensino secundário e reaberto em 1962. Uma das característica das revistas é que elas não são paginadas, sua apresentação é feitas por temas. A revista pode ser consultada no Acervo da Biblioteca do CMF.



Set.68/ Seção Psicotécnica – Orientação
Educativa (Acervo de fotos do CMF – turma
1962-1968)

Segundo o Diretor da *Diretoria do Ensino Preparatório e Assistencial – DEPA*, Gen. José Carlos, em visita de inspeção ao colégio, durante discurso⁷⁰ aos alunos, coloca que somente 10% dos alunos dos CM ingressam na carreira militar. Como podemos observar em suas palavras:

Somos cerca de 15.000 alunos e, isso se repete de sul a norte do país, leste a oeste. (...) Dentre em breve a maioria de vocês, estará seguindo cada um o seu caminho, cerca de dez por cento em nossas escolas militares, o restante para a sociedade. Então meus senhores e minhas senhoras, essa estatística, cerca de noventa por cento dos alunos do Sistema do Colégio Militar do Brasil irão para a vida civil, **apenas cerca de dez por cento para as escolas militares**, mesmo porque não há vagas para todos, mas esses noventa por cento, acredito que levarão com muita saudade o tempo que aqui passaram. (grifo nosso) (Discurso do General José Carlos, Diretor do da DEPA, CMF, em 29 de setembro de 2009)

Pelo discurso acima percebemos que as escolas militares recebem um grupo muito seleto, captado e garimpado desde a mais tenra idade, dentro dos colégios militares. Segundo Castro, 89% dos alunos que ingressaram na AMAN são oriundos de estabelecimentos de ensino militar, destes 38,9% eram dos CM, como podemos verificar:

⁷⁰ De acordo com a Ordem de Serviço nº 008-SIOp, 10 de setembro de 2009, o General José Carlos, diretor da DEPA, iria proferir uma palestra no CMF, em 29 de dezembro de 2009, para Oficiais e Professores. Em pesquisa ao colégio, soube da visita, pedi permissão a direção do colégio para participar da visita, o que me foi prontamente permitido, mas somente em determinadas atividades previamente selecionadas, como Recepção da Escolta Hipo, a Formatura Geral, a Palestra aos oficiais e Professores, e a Apresentação Cultural. Em contato, por e-mail, com Ten. Cel. Auler, integrante da comissão do General José Carlos, tive acesso aos slides apresentados na palestra. O discurso proferido pelo Gen. José Carlos aos alunos durante Formatura Geral, foi gravado e transcrito para enriquecer os dados sobre pesquisa em questão. Essa visita de inspeção é realizada todos os anos e percorre os demais Colégios Militares do Brasil com objetivo de avaliar suas ações e saber se objetivos propostos foram alcançados, bem como identificar as falhas e as necessidades para manter um ensino dentro dos padrões do Sistema de Ensino do Exército.

QUADRO 2
*Distribuição dos cadetes matriculados no
 1º ano da Aman entre 1976 e 1985, pela origem escolar*

ORIGEM	Nº	%
Concurso de admissão	318	8,7%
Colégios militares	1.425	38,9%
EsPCEX	1.873	51%
Colégio Naval e EPCAr	53	1,4%
total	3.669	100,0%

Obs: Não computados os repetentes (CASTRO, 2004, p.24)

Contudo, mesmo não optando pela vida militar, os alunos dos CM continuam mantendo laços com a instituição através dos encontros de ex-alunos, abrindo assim a perspectiva de oferecer uma nova geração de alunos, através de seus filhos, propensos candidatos ao ensino militar.

Os alunos captados para o ensino superior militar estariam entre os melhores alunos e muitos já tinham uma experiência de vida militar, como enfatizado anteriormente e ressaltado no depoimento do ex-aluno CMF abaixo:

“O início de janeiro de 1970 foi dedicado aos preparativos e às despedidas, em face da iminente ida para AMAN. Os candidatos oriundos das Escolas Preparatórias e do Colégio Militar eram dispensados dos exames de vestibular para a admissão. Fizemos apenas os exames físicos que tiramos de letra”. (Depoimento do ex-aluno CMF turma 62-68)

Castro (2004) ressalta que a origem escolar dos cadetes na AMAN influenciava na assimilação dos procedimentos de rotina durante as formaturas, paradas e revistas que ocorriam durante o dia, as quais eram sentidas com menos dificuldades pelos alunos dos Colégios Militares, que não eram submetidos ao mesmo rigor do aquartelamento das Escolas Preparatórias, como destaca um ex-aluno em depoimento “A maioria dos alunos de CM estudam em regime de externato e, como afirmam, um Colégio Militar é mais “colégio” que “militar”. (CASTRO, 2004, p.25), embora alguns alunos tivessem vivenciado o regime de internato.

A Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN era um dos destinos seguidos pelos alunos dos CM que optassem pela vida militar, uma vez que o Exército, na década de

1960, contaria com a captação de oficiais, de forma mais definida, em uma camada social em “*franca ascensão social*”, a classe média. Contudo nem sempre foi assim, segundo Drummond (1986), no início do século XX, os oficiais do Exército eram captados de forma mais definida entre segmentos da sociedade civil de pouca expressão econômica e social como “*(...) nas próprias famílias de militares (num padrão “endógeno”) ou em meios civis pobres ou decadentes, atraindo poucos representantes de famílias da elite agrária, comercial ou industrial ou de famílias em franca ascensão social.*” (DRUMMOND, 1986, p.30), o que nos leva a refletir sobre a preocupação da sociedade civil pelo ensino militar, uma vez que a carreira das armas não era o seu foco principal.

De acordo com o arquivo do Corpo de Alunos e com Boletins Internos do CMF, de 1962, os jovens do CMF ao terminarem a 4º do ginásio, poderiam optar por cursar o científico, continuando os estudos no próprio colégio ou ir para algum dos estabelecimentos de ensino militar como Colégio Naval, Escola Preparatória da Aeronáutica, Escola Preparatória do Exército e, assim optar pelo ensino superior militar, ou mesmo optar em concluir o ensino secundário em outros estabelecimentos, principalmente na rede particular, o que segundo o depoimento dos ex-alunos, levou ao desligamento de alguns alunos da instituição.

Como os alunos dos colégios militares tinham a opção de ingressarem nas Escolas Militares, enfatizando o caráter preparatório do ensino, o CMF programou uma viagem, com objetivo “implícito” de incentivá-los a seguir a carreira militar, militar, como cita o depoimento abaixo:

A Viagem para as Academias Militares...

Em setembro, o Colégio Militar organizou uma viagem para os alunos do terceiro ano, com o objetivo de propiciar-lhes uma visita às três academias das Forças Armadas, **numa tentativa de cooptar mais adesões à carreira das armas**. A demanda pelas carreiras militares, das três forças, estava em baixa, em função dos desmandos dos governos militares. Diziam, em tom de brincadeira, que quem passasse pela porta de uma academia militar podia ser laçado a força e passar a integrar compulsoriamente os seus quadros, a exemplo do recrutamento que os portugueses praticavam nos bares de Lisboa, para a composição da tripulação de suas naus. Quando o bêbado despertava, já estava em alto mar, embarcado em uma caravela. Então foi programada uma semana de visitas à AMAN, em Resende, à Academia da Força Aérea, no Campo dos Afonsos e à Escola Naval, na ilha de Villegagnon. (grifo nosso) (Depoimento do ex-aluno da Turma de 62-68)

Visita que ficou registrada na memória e nas fotos abaixo:



1969: ida para AMAN



24/jan/69: aeroporto do Rio

Fotos⁷¹: acervo da Turma do CMF de 1962-1968

3 - IDENTIDADE E CURRÍCULO DO CMF NA DÉCADA DE 1960

Segundo Alves⁷², o ensino secundário recebeu, no século XIX, a denominação de secundário por ter sua “*organização gradativa*” voltada para atender às exigências para ingressar no ensino superior, configurando-se em um ensino preparatório para esse nível de ensino, o que pode ser percebido, ainda, em nossos dias, especialmente no ensino militar.

Nesse sentido, os Colégios Militares promoveram um currículo que o identificassem perante a sociedade, pois segundo Silva (2011) “...*currículo também é poder...*” e, que atendessem aos objetivos do ensino médio secundário, isto é, o acesso ao ensino superior, como citado abaixo:

cidadão patriota, ciente de seus deveres, direito e responsabilidade, dentro dos valores e tradições do Exército, com ênfase na hierarquia, disciplina, camaradagem, dentro de uma educação que promovesse um desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor que possibilitassem autoconfiança, equilíbrio emocional, cooperação, dedicação, organização, apresentação, civilidade, **conhecimento intelectual que permitisse a progressão nos estudos** e para atividade profissional, bem como a prática da atividade física que possibilitasse o desenvolvimento físico e a criação de hábitos saudáveis e prática de esporte. (grifo nosso) (RI/CM, 2002, p. 2)

⁷¹ Fotos do acervo pessoal da turma do CMF de 1962-1968, disponível no endereço abaixo:
<http://picasaweb.google.com/crtnetto/CMF19621968?authkey=Gv1sRgCPuQytOIVpqheQ&feat=directlink#>

⁷² Artigo: Militares e Ensino Secundário do Século XIX, disponível em:
<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/122.pdf>>, 31 de janeiro de 2010, 8:00h.

Esse currículo seria desenvolvido dentro de uma perspectiva tradicional, que, segundo Silva (2011), está pautada nas seguintes categorias: *ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, objetivos* (SILVA, 2011, p.17), aliado ao projeto educacional militar, dentro dos princípios e valores do Exército, que privilegiou, na década de 1960, o currículo clássico humanista. Segundo Silva, o ensino secundário nesse período tornou-se

herdeiro do currículo das chamadas “artes liberais” que, vindo da Antiguidade Clássica, se estabeleceu na educação universitária da Idade Média e do Renascimento, na forma dos chamados trivium (gramática, retórica, dialética) e quadrivium (astronomia, geometria, música, aritmética) (...) tinha como objetivo introduzir os estudantes ao repertório das grandes obras literárias e artísticas das heranças clássicas grega e latina, incluindo o domínio das respectivas línguas (SILVA, 2011, p. 26)

com objetivo levar o estudante a seguirem os estudos mais elevados, atingindo o nível acadêmico.

A teoria tradicional enfatiza o conteúdo, a transmissão do saber e do conhecimento acumulado, compreendidos como verdades pela humanidade, especialmente os conhecimentos obtidos pelo “avanço das ciências”, base da filosofia positivista que permeia os estabelecimentos militares.

Saviani (2005) aponta também que a pedagogia tradicional priorizava *o intelecto, a lógica, os conteúdos, o esforço, a disciplina, a quantidade, o aprender*. (SAVIANI, 2005, p.5), o que levava a um constante esforço por parte dos alunos, em particular nesse estudo, de assimilarem os diversos conteúdos das disciplinas propostas para ensino secundário, bem como das disciplinas “militares” como Moral Cívica, OSPB, Educação Física, como citada anteriormente. Segundo o depoimento de ex-alunos, o ensino secundário militar seria um caminho difícil de percorrer, como cita abaixo:

O ensino no Colégio Militar era o mais puxado possível. Havia um acompanhamento rigoroso do desempenho dos alunos. Eles tinham as médias esperadas para cada matéria e para cada turma. Se a média das notas de uma prova qualquer ficasse acima da média corriqueira, ou abaixo dela, a prova poderia até ser anulada. Significava que o professor havia exagerado na dose ou afrouxado demais. (...) A média para passar de ano era um mísero quatro. Mas era o mísero quatro mais difícil de ser alcançado do mundo. Muitas provas de matemática continham apenas cinco questões. Cada uma com um enunciado de meia folha e valendo dois pontos cada. Se não acertasse pelo menos duas delas, já estava no pau. E não tinha essa moleza de duas fáceis e três difíceis. Eram todas cinco difíceis. Se não soubesse não resolvia. (depoimento do ex-aluno do CMF turma 1962-1968)

A batalha não era somente para ingressar no ensino secundário militar, mas conseguir concluí-lo, uma vez que no currículo tradicional a ênfase encontrava-se, especialmente, na assimilação do conteúdo, muitas vezes descontextualizado da realidade, mas que atendia ao objetivo proposto para ensino secundário, ingressar no ensino superior.

Com a implantação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que dispõe sobre a *Lei de Diretrizes e Base da Educação*, o ensino secundário oficial passou por mudanças que provocaram ajustes em sua organização, como a ampliação e flexibilização do currículo. Contudo, a nova lei não tinha trazido mudanças significativas na estrutura do sistema de ensino, no qual o ensino secundário continuou sendo uma etapa preparatória para ensino superior. Esse sistema de ensino, segundo Romanelli (1978), conservou a estrutura tradicional do ensino em nosso país, ficando assim definido:

1. *Ensino Pré-Primário*, composto de escolas maternais e jardim de infância;
2. *Ensino Primário* de 4 anos, com chance de ser acrescido de 2 anos mais, com programa de artes aplicadas;
3. *Ensino Médio*, subdividido em dois ciclos: ginasial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores);
4. *Ensino Superior*, com a mesma estrutura já consagrada antes. (ROMANELLI, 1978, p.181)

Schwartzman (2000)⁷³ relatou que o ensino secundário continuou com seu caráter propedêutico, apresentando um conteúdo essencialmente humanístico para formação cultural, de acordo o modelo do *Colégio Pedro II do Rio de Janeiro*, sendo visto como o único caminho para o acesso à universidade e voltado para formação da elite urbana, além de ter seu currículo moldado para atender as diferentes opções para carreiras universitárias. Sua finalidade estava voltada para formação da personalidade integral do adolescente e sua formação espiritual, bem como o desenvolvimento de sua consciência patriótica e humanística, além de promover uma preparação intelectual geral que poderia servir de base para os estudos mais elevados, como também possibilitar a formação de líderes.

⁷³ A reforma do ensino secundário, p. 204 – 219, em *Tempos de Capanema* de Simon Schwartzman, 2000.

O ensino secundário militar também passou a implantar esses preceitos nos colégios militares, principalmente com objetivo de desenvolver um ensino em que os alunos, normalmente oriundos da classe média, tivessem a capacidade de comandar, formular planos e se conduzir de forma autônoma, pois esse ensino estava voltado para favorecer relações sociais que privilegiassem a prática de atitudes de comando e liderança. Partindo desse pressuposto, o ensino militar, desenvolveu um currículo próprio para atender seus objetivos.

De acordo com a LDB/61, o ensino secundário oficial estava dividido em dois ciclos, ginásial em 4 anos e colegial em 3 anos; este, por sua vez, era subdividido em clássico e científico, apresentando um currículo flexível que atenderia aos objetivos pretendidos pelos estabelecimentos de ensino. Segundo o jornal cearense, na matéria intitulada “Atividade do Conselho Estadual de Educação: Lei de Diretrizes e Base da Educação”⁷⁴, o Conselho Estadual de Educação do Ceará, presidido pelo *Dr. Filgueiras Lima*, que fora ao Rio de Janeiro participar de debates promovidos pela *Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino* para conhecer e aplicar a nova lei da educação em nosso Estado, orientado pelo *Conselho Federal de Educação*, seguiu as diretrizes propostas para o currículo que fora organizado dentro de “*quatro modelos de currículo*” para o ensino secundário, com disciplinas *obrigatórias, disciplinas de práticas educativas e disciplinas optativas*. O ensino secundário, ao ser concebido dentro de um *princípio flexível de currículo*, permitiu que os estabelecimentos escolares organizassem o ensino de acordo com seus objetivos, suas necessidades e possibilidades sociais, diferenciando-se entre si, o que permitiu que o ensino secundário militar desenvolvesse uma estrutura curricular direcionada para atender seus objetivos, construindo e definindo uma identidade singular.

Em 21 de fevereiro de 1962, segundo a reportagem do *Correio do Ceará*, *Matérias para três novos tipos de Ginásio e Colégio*, o Conselho Federal de Educação deliberou, no Rio de Janeiro, de acordo com a proposta da comissão de educação para o ensino primário e médio composta por *Abgar Renault, Joaquim Faria Góis Filho, José Borges Santos, Padre José Vieira de Vasconcelos, Roberto Accioly, João Bruzzio Neto, Anísio Teixeira, Dom Cândido Padim, Alceu Amoroso Lima e Celso Cunha*, a organização do currículo oficial nacional, o ciclo ginásial teria 9 disciplinas, com mínimo de 5 e o máximo de 7 obrigatórias e duas optativas. O colegial teria 8 disciplinas, com 6 obrigatórias e 2 optativas.

⁷⁴ Correio do Ceará, “Atividade do Conselho Estadual de Educação: Lei de Diretrizes e Base do Ensino”, 27 de fevereiro de 1962, p. 6. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

O terceiro ano colegial teria seu currículo voltado para preparar o aluno para o ensino superior, sendo ministrado entre 4 e 6 disciplinas.

Para Ginásial, o currículo constava das seguintes disciplinas:

1ª e 2ª série **ginasial** seriam **obrigatórias** Português, História, Geografia, Matemática, Iniciação às Ciências, disciplina Optativa, Prática Educativa. Para 3ª série temos como obrigatória Português, História, Geografia, Matemática, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), Desenho, disciplina Optativa, Prática Educativa. Para 4ª série as obrigatórias seriam Português, História, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), Desenho, disciplina **Optativa, Prática Educativa**. (grifo nosso) (Correio do Ceará, 1962, p.2)

Para o Colegial, teríamos:

Colegial – **clássico** – na perspectiva de formar líderes teria as seguintes matérias Português, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Línguas Estrangeiras (Inglês, Francês, Espanhol), Latim, Grego. Para o colegial – **científico** – temos: Português, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Matemática, Física, Química, Biologia, Filosofia, Desenho, Línguas Estrangeiras (Inglês, Francês, Espanhol). (grifo nosso) (Correio do Ceará, 1962, p.2)

Além dessas disciplinas, havia também as disciplinas de Práticas Educativas e Optativas, tanto para o ginásial como para o colegial, como constam abaixo:

Encontramos como **Práticas Educativas**: Educação Física (obrigatória), Educação Cívica, Educação Artística, Educação Doméstica, Artes Femininas, Artes Industriais. Como disciplinas Optativas para o ginásial, encontramos: Línguas Vivas Estrangeiras (Inglês, Francês), Música (canto orfeônico), Artes Industriais, Técnicas Agrícolas e Técnicas Comerciais. Como disciplinas **Optativas** para o colegial, eram ministradas: Línguas Vivas Estrangeiras (Inglês, Francês), Grego, Latim, Desenho, Minerologia e Geologia, Estudos Sociais, História da Filosofia, Psicologia, Lógica, Literatura, Introdução as Artes, Direito, Elementos de Economia, Noções de Contabilidade, Noções de Biblioteconomia, Puericultura e Higiene. (grifo nosso)(Correio do Ceará, 1962, p.2)

Essa forma de organizar o currículo abriu um leque de opções permitindo que os estabelecimentos de ensino se diferenciasssem e construíssem uma identidade própria, como cita a LDB/61, em seu artigo 43, ao dispor sobre a liberdade que esses estabelecimentos teriam

em criarem um “*regimento ou estatuto próprio sobre sua organização, a constituição dos seus cursos e o seu regime administrativo, disciplinar e didático.*”

Qualquer que fosse o currículo definido deveria, também, dar condições ao aluno de participar ativamente de sua formação, dentro de uma formação humana, voltada para suas aptidões individuais, a partir da influência da Pedagogia da Escola Nova que colocou o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, como cita a reportagem do *Diretor do Ensino Secundário da Educação e Cultura do Ceará, Professor Gildásio Amado*⁷⁵, que defendia ser necessário colocar o aluno no centro das atenções, pois segundo ele, este aluno deveria participar ativamente de sua formação e desenvolver um próprio método de trabalho, tornando-se sujeito nesse processo. Contudo, o ensino secundário militar optou por seguir o currículo e a teoria tradicional, porém com viés progressista, pautado no modelo, que segundo Silva estava “*centrado na criança*”. (SILVA, 2011, p.27), levando-os a adotarem ações como a criação e implantação da Seção Psicotécnica, citada anteriormente, além de atividades escolares extracurriculares, dentre elas, atividades cívicas e sociais que preparavam o aluno dentro de uma formação geral, de sólido conteúdo de formação humana.

3.1. Currículo do CMF na década de 1960

O Exército, através de sua Diretoria Geral de Ensino - DGE, pautado na lei de ensino militar, no regulamento R-69⁷⁶ e no regimento interno R-126⁷⁷, adequou seu currículo a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a partir da implementação da *Portaria nº 790, de 5 de abril de 1962*, como podemos perceber, “*As presentes Normas têm por finalidade regular o ensino nos Colégios Militares em 1962, a fim de adaptá-las, no que for compatível, às prescrições da lei de Diretrizes e Bases e aos atos oficiais dela decorrente.*” (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, Boletim do Exército nº 17, 1962, p.22)

⁷⁵ Correio do Ceará, “Deve o ensino ser orientado de modo que o aluno adquira método próprio de trabalho”, 4 de janeiro 1962, p.9. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁶ R-69 é o regulamento que dispõe sobre as normas que ditam as ações educacionais que seriam desenvolvidas nos Colégios Militares do Brasil, visando uma formação geral do aluno, que estavam em vigor em 1962, de acordo com Boletim Interno ° 83 de 23 de abril de 1962. Acervo dos arquivos do CMF.

⁷⁷ R-126 é o regimento interno que dita as normas que estabelecem os “preceitos comuns”, no sentido administrativo, aplicáveis a todos os Colégios Militares do Brasil. que estavam em vigor em 1962, de acordo com Boletim Interno ° 83 de 23 de abril de 1962. Acervo dos arquivos do CMF.

De acordo com a nova Portaria, o currículo para ensino secundário militar teria as seguintes disciplinas:

Para o **ginasial**, seriam disciplinas **Obrigatórias**: Português, História, Geografia, Matemática, Iniciação a Ciência, como **Optativas**: Desenho, Francês, Inglês, Organização, Política e Social Brasileira – OSPB; e para o **colegial** as **Obrigatórias** seriam: Português, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia e, como **Optativas**: Desenho, Francês, Inglês, Organização, Política e Social Brasileira – OSPB, Latim e Filosofia. Como **Prática Educativa** era ministrada, para o ginasial e colegial, Educação Física, Instrução Militar, Educação Moral e Cívica (grifo nosso) (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÈRCITO, Boletim do Exército nº 17, 1962, p.p. 22-27)

No Colégio Militar de Fortaleza, o Boletim Interno Nº 122, de 7 de junho de 1962, apresenta as seguintes disciplinas para o ensino secundário militar

Para o **ginasial** constavam das seguintes disciplinas **obrigatórias**: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências; **Prática Educativa**: Educação Física, Instrução Militar; **Optativa**: Língua Francesa; para o **colegial** eram ministradas as disciplinas **obrigatórias** de Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Física, Química e Biologia, **Prática Educativa**: Educação Física, Instrução Militar, e como **Optativas** encontramos Desenho, Língua Inglesa, OSPB. (grifo nosso) (Boletim Interno nº 122, 7 de junho de 1962, p. 613)

O colégio, além do currículo diferenciado, contava com estrutura física bem definida e também diferenciada, com diversos ambientes propícios para as disciplinas de Ciências, Arte e Línguas, com destaque para o laboratório de Física, que incentivava os alunos a participarem do clube de ciências, da sala de Artes, de Música, do laboratório de Línguas, do departamento desportivo, e da própria biblioteca, que contava com um expressivo acervo, de livros didáticos e paradidáticos. Ambientes que se constituíram em um diferencial do Colégio e que marcaram os alunos, especialmente, o laboratório de Física e de Ciências, como consta nas fotos abaixo:



O **Godofredo**, lembro bem do anfiteatro da sala de física e aquela experiência que mostrava as cargas elétricas distribuídas numa gaiola metálica para o espanto dos alunos. Tenho até uma foto do velho trio: eu, Danilo e Alcântara dentro da sala. (grifo nosso)
(Depoimento dos ex-alunos do CMF turma 1962-1968)



Acervo de fotos da Turma do Colégio Militar de Fortaleza 1962-1968

Além dessas disciplinas, a portaria cita também que “*Os Colégios Militares, dentro de suas possibilidades e sob a direção do Serviço de Orientação Educacional, deveriam estimular as atividades extraclasse, tais como Educação Artística, Excursões, Visitas, Sessões de Cinema, Cooperativas Escolares (Clubes, Competições e Concurso, Conferências, Reuniões Sociais, etc.)*”, que eram promovidas em outros horários, no contraturno, promovendo assim uma formação completa e conquistando a juventude com iniciativas como criação do *Cassino dos Cursos Colegial e Ginásial*, em 21 de setembro de 1962, que buscou trabalhar as relações sociais entre os alunos, a família e a comunidade com jogos, tertúlias e shows como cita o Boletim Interno nº 210,

21 de setembro de 1962, 21:00 horas teve início da Tertúlia, com apresentação de um Show, quando se ouviram números musicais do violão e sanfona, e declamação a cargo de uma senhorita da sociedade local. Às 21:30 horas, a orquestra deu início aos números dançantes, sendo tocada uma valsa que, a convite deste Comando, foi dançada pelas genitoras com seus filhos alunos. A tertúlia em apreço terminou às 24:00 horas, tendo decorrido num ambiente sadio de sã camaradagem e alegria. Abrilantaram essa festividade, o Gen. Cmt da 10ª RM, Comando do Colégio, os Cmt da Escola de Aprendizes Marinheiros, 23º BC, 10º G O 105, CPOR de Fortaleza, a Capitania dos Portos, o Dir do HGF, Oficiais e Professores desse Colégio, todos acompanhados das suas Exmas esposas e famílias dos alunos dos Cursos Colegial e Ginásial. (Boletim Interno nº 210, 1962, p.898)

Eram promovidos momentos de lazer e de socialização entre os alunos, visando a ações que promovessem uma formação integral, pois mesmo o lazer se tornaria ação pedagógica não escrita e não formal, que buscava os aspectos afetivos e sociais entre os alunos, fazendo parte do currículo mais amplo, multidisciplinar, ministrados também em momentos extraclasse, além de ser um elo entre a instituição e os alunos.



Cassino da primeira companhia do corpo de alunos.

É um local bastante procurado após o rancho do meio dia.

(Revista do CMF - foto do colégio da turma de 1962-1968)

3.2. Atividades Extra-Classe

O colégio oferecia, como foi citado, as atividades extraclasses como Educação Artística, Excursões, Visitas, Sessões de Cinema, Associações Escolares (clubes, competições e concursos, conferências, reuniões sociais) programadas pela Associação Literária Brigadeiro Sampaio, atendendo assim às determinações do regimento interno dos colégios militares e a portaria citadas anteriormente e promovendo a formação integral dos alunos, como podemos ver abaixo:



*Nossa Turma sempre foi bastante unida e não raros foram os **momentos extra-escolares** dedicados a reuniões ou passeios, (...) PIQUENIQUE - Em Capuã, numa manhã de Domingo, pelos meados deste ano. A chuva que caía desde o amanhecer, não chegou a impedir a alegria do banho de lagoa, ou mesmo da "Pelada" de futebol, enfeitada a águas e quedas.*

(Revista do Colégio Militar de Fortaleza - Turma 192-1968, 1968, p. s/n)

Os alunos foram incentivados e apoiados a criar associação, com objetivo de promoverem atividades que tornassem a vida de *aquartelamento* mais agradável, bem como servir de elo entre os próprios alunos e o comando, permitindo desenvolver em todos os momentos ações educativas que contribuíssem para a formação geral, e internalização dos valores, regras e limites exigidos pela sociedade, e pela instituição, o Exército.

A Associação Literária Brigadeiro Sampaio - ALBS, em 1968, de acordo com a Revista CMF turma 62 – 68, dentro do espírito de socialização, além das ações literárias, promoveu torneios, gincanas, shows, festas de datas comemorativas – festa das mães – e o jornal Sentinela. Em conjunto com o Departamento Cultural e Departamento Recreativo, a ALBS promoveu cursos literários, poéticos e fotográficos, formaturas, festas e passeios, bem como promoveu reformas no cassino das três companhias, vindo a organizar campeonatos de jogos de salão.

Para expressar respeito e gratidão pelo apoio, Manoel Theófilo Gaspar de Oliveira (Cel. Aluno Presidente da A.L.B.S. – 68) publicou um agradecimento aos oficiais e alunos do colégio na revista “... em nome da diretoria, os nossos agradecimentos ao corpo de alunos, em especial ao Capitão Arylton, nosso oficial orientador, e aos demais oficiais, sargentos e funcionários, sem os quais teria havido maiores dificuldades na realização **de nossos propósitos.**” (grifo nosso) (Revista CMF turma 1962 – 1968, 1968, p. s/n). Nessa citação podemos perceber a marca dos valores da instituição que coloca os alunos a frente das tarefas, tornando-os responsáveis pelos eventos, conseguindo com isso identificar e estimular o sentido de liderança entre eles.

De acordo com a revista Colégio Militar de Fortaleza-turma 1962-1968, o Departamento de Esporte contava com um Estádio, com campo de futebol, caixas de salto, pista de lançamento de dardo, peso e disco, locais apropriados para prática de ginástica acrobática. Eram promovidos ali vários tipos de modalidades esportivas como jogos de campo, de salão, voley, basquete, pólo aquático, atletismo e natação. Atividades que mantinham os alunos, em tempo integral, envolvidos e promovendo o desenvolvimento físico e intelectual. Atividades que permitiam o colégio se diferenciar em relação aos demais colégios secundários, além de desenvolver o intercambio entre eles, divulgando e promovendo a imagem do colégio perante os alunos e a sociedade.



Futebol 1968



Atletismo 1968



Pólo Aquático 1968

Fotos da Revista do Colégio Militar de Fortaleza, turma 1962-1968. 1968, p.s/n

A revista apresenta, também, que, em 1968, foram promovidos os seguintes eventos:

Torneio General Oscar Jannsen Barroso (intercolegial), Campeonato de Jogos de Salão(interno), Campeonato de Jogos de Campo(interno), Concurso Literário, Concurso fotográfico, Shows de Confraternização Intercolegial, Ginkana Infantil (Dia das Mães), Ginkana Automobilística do CMF, 8 edições do Jornal Sentinela. (Revista do CMF turma 1962 -1968, 1968, p.s/n)

O Concurso Literário teria revelado muitos talentos, como podemos ver em *Mário Pompeu*, um dos organizadores da revista, com o poema

MEDITAÇÃO

Nascimento. Chegamos ao mundo
Mas naquele momento
Mal sabemos onde estamos.
Chorando, espantado, com a nossa mamãe de lado
Cheia do amor mais profundo

São belos os primeiros oito anos
Em que, sempre junto aos manos
Passamos brincando, sorrindo e
Às vezes, por brigas, choramos.

Agora somos o ouro da mocidade,
Todos dizem que é tempo de falar a verdade.
Todos dizem que é hora do amor e da glória

E nós enamorados que somos
Tiremos de nossa juventude
O amor,
Mais bela virtude
E depois como velhos lembráramos,
Das coisas tolas que ríamos
E dos belos momentos
Em que às vezes
Sozinhos ao relento
Nos olhávamos...

(Revista do CMF turma 62-68, 1968, p. s/n, disponível em:
<<http://sites.google.com/site/cmf19621968/>>)

Embora o citado aluno não tenha ganho o prêmio, nele podemos perceber como os alunos introjetaram em suas mentes o sentimento de unidade à que o Exército buscou imbutir a camaradagem e que a Associação dos Ex-alunos buscou manter, através dos laços entre os

ex-alunos, o colégio e a instituição, laços que perduram até os dias atuais e que podem ser vistos nas fotos abaixo, que trazem a formação da turma de 1962 e que podem ser comparadas com a foto da formação dessa mesma turma em 15 de janeiro de 2011. Um grupo que caminhou e que, ainda hoje, busca caminhar unido, ou pelo mesmo manter a chama da amizade e camaradagem, inculcada ao longo de suas vidas no colégio.



1962:

G2: 220,130144,84,66,184,
174,234,146,32,204,182,
244Leite,186,58,136,132,60,
002,234,62,150,78,192,180,
4,28,40,8,52,264Paiva,228,44



1963:

G4: 180,114,128,94,78,126,60,44,64,46,108,19
2,62,210,28,54,20,150,164,178,148,110,42,230
,88,50,4,34,190,92,208,232,196,226

Foto acervo dos ex-alunos do CMF turma 1962-
1968 -



Foto da Turma 1962-1968 do CMF. Reunião dos Ex-
alunos, 15 de janeiro de 2011.

Em especial, nas atividades sociais, particularmente nos eventos cívicos, pedagógicos, é visível uma compreensão integral de educação. Ao mesmo tempo, sabendo da

influência do Método Lancaster nas práticas pedagógicas das instituições militares, tais atividades condiziam aos “melhores alunos”, no papel de “alunos-monitores” e/ou “alunos-líderes”, a dirigir tais eventos, não esquecendo, no entanto, a importância dos professores e instrutores na execução dessas atividades, organizadas de tal forma que os alunos as concebiam como iniciativas próprias.

No transcorrer desse período escolar, os alunos adquiriram mais que conhecimentos acadêmicos, eles se envolveram na construção da amizade, em meio à camaradagem, cumplicidade, o que é possível perceber, ainda hoje, nos encontros em ambiente de visível saudosismo. Afinal, eles caminharam juntos durante um período marcante em suas vidas, cruzar a adolescência longe da família, da proteção da mãe, da companhia dos irmãos, do aconchego do lar fez necessário criar novos laços, novos referenciais. Devemos lembrar que o corpo de alunos era composto por crianças e jovens que vinham de diversos lugares. Logo, eles tiveram que se adaptar às mudanças impostas pela nova condição de “aluno-soldado” e à separação da família, mas com objetivo e perspectiva de galgarem condição social melhor que a de seus pais e, que o próprio colégio fazia questão de fomentar no convívio diário com os alunos, sempre colocando que os alunos da instituição ao tentarem outros voos não teriam dificuldades, pois “*o colégio oferecia o melhor ensino médio do Estado do Ceará, fato confirmado pelo número de aprovações nos exames a faculdades civis e pelas colocações por ex-alunos do CMF*”. (Revista dos Humanistas do Cinquentenário⁷⁸, 1969, p.s/n)

Pautado nas diretrizes para o ensino secundário, na rede oficial, o ensino secundário militar seguia o período escolar, com cento e oitenta dias de trabalho efetivos, dedicadas ao ensino de disciplina e prática educativa, formação moral e cívica, iniciação artística, instrução de orientação educativa e vocacional e participação das famílias, sempre presentes, nas atividades sociais promovidas pela instituição. Nos demais estabelecimento de ensino da rede oficial, os 180 dias eram intercalados com período de férias, em julho, com

⁷⁸ O aniversário do CMF é considerado a partir da data de criação do Colégio Militar do Ceará - CMC com a reforma de prédio iniciada em 26 de março de 1919, inaugurado em 1º de junho de 1919, como cita Cap.Pires autor, juntamente com Professor Luciano Klei do Casarão do Outeiro, 2007.

aproximadamente 30 dias, o que não ocorria com os estabelecimentos de ensino militar, de acordo com o depoimento⁷⁹ abaixo:

As Férias de Julho...

Em julho tínhamos apenas **15 dias de férias. Os outros colégios davam 30 dias, mas no militar era diferente.** Havia um calendário com 180 horas/aula anuais que tinha que ser cumprido. No final do ano as aulas iam até o dia 10 de dezembro e tínhamos mais dez dias de provas finais, quando não se lograva passar por média. Aí vinha o melhor período do ano que ia de 20 de dezembro até primeiro de março do ano seguinte. Cansei de iniciar as férias com 60 kg e voltar com 75 kg. Era a época de tirar a barriga da miséria. Muitos alunos que moravam no Acre e no Amazonas só iam para casa no final do ano, pois as férias de julho eram exíguas demais. Um deles, cujo pai era militar e servia em Tabatinga, na fronteira do Amazonas levava nove dias para chegar em casa. Um dia até Manaus, de avião, e mais oito dias subindo o rio, naqueles barcos regionais. (grifo nosso) (Depoimento do ex-aluno CMF turma 62-68)

Os 180 dias letivos eram seguidos arrisca, de acordo com o cronograma de atividades por eles pré-estabelecido, acantando as diretrizes nacionais, bem como seguindo o princípio de linearidade das ações de planejar, executar e avaliar, com começo, meio e fim bem definidos, isto é, o que se programavam para fazer era executado.

Segundo a Portaria nº 760⁸⁰, o aluno do 3º ano colegial passaria por uma preparação diferenciada, com um currículo programado para se preparar para o ensino superior, seja nas instituições militares ou civis. Mesmo com tempo reduzido, os alunos do 3º ano colegial mantiveram o espírito de união e organizaram uma comissão para cuidar das festividades de conclusão de curso e da produção da revista citada nesse estudo, bem como o entusiasmo para comemorar o aniversário da turma como ilustrado na foto abaixo, precursora das futuras reuniões comemorativas que se seguem celebrando como ilustrado anteriormente.



Uma foto de 1968 onde a Turma decidiu que deveria comemorar o aniversário da TURMA!

Um bando de garotos na faixa de 17 a 19 anos, resolvendo isto é porque algo significou para cada um de nós. (...)

17/Novembro/1961...

1968

(Foto do acervo da Turma do CMF de 1962-1968)

⁷⁹ Relato dos ex-alunos do CMF turma 62 – 68, disponível em: <<http://sites.google.com/site/cm19621968/>>.

⁸⁰ Boletim do Exército nº17, Portaria Nº 760, 5 de abril de 1962, p.22. Acervo do Arquivo Histórico do Exército, disponível em: < <http://www.ahex.ensino.eb.br/>>.

A conclusão do curso colegial não se constituiria no fim de uma etapa, mas sim no início de uma nova caminhada, que eram compartilhadas nos encontros de ex-alunos, estalecendo o elo entre eles e a própria instituição e, principalmente, com os novos alunos que ingressavam no colégio, constituindo-se numa ação educacional da própria instituição.

3.3. Professores do CMF 1962-1968

Todas as ações mencionadas, propostas nas atividades, fazem parte do Plano Geral de Ensino, planejado e efetivado pela Divisão de Ensino, tendo a frente o corpo docente, constituído pelos professores militares e civis, bem como os instrutores militares que acompanhavam o batalhão escolar. Um grupo de educadores e professores, entre militares e civis, que transmitem os conhecimentos e saberes pautados nos valores e tradições do Exército.

Com a reabertura do CMF, em 1962, muitos dos professores da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza - EPF foram transferidos para o atual estabelecimento de ensino; contudo, por não serem em número suficiente para atender a demanda do novo estabelecimento de ensino, foi necessário recorrer à sociedade civil para suprir o quadro de professores como já foi citado anteriormente.

De acordo com o Boletim Interno Nº 1, de 1º de janeiro de 1962, os professores militares na abertura do CMF-1962 eram:

1 - OFICIAIS PROFESSORES	
Cel Professor Adjunto de Catedrático	- Manoel Felizardo de P.P.Mendes
Cel Professor Adjunto de Catedrático	- Jerson Braga Vieira da Fonseca
Cel Professor Adjunto de Catedrático	- João Alepcar
Cel Professor Adjunto de Catedrático	- José Aurélio Saraiva Câmara
Cel Professor Adjunto de Catedrático	- Carlos de Jesus Ferreira
Cel Professor Adjunto de Catedrático	- Luiz Brito Passos Pinheiro
Ten Cel Professor Adj de Catedrático	- Temístocles Navarro D. Macêdo
Ten Cel Professor Adj de Catedrático	- Milton Alves Danziato
Major Professor Adj Catedrático	- Wetter Lino Tavares
Major Professor Adj Catedrático	- Almir Caiado Fraga
Major Professor Adj Catedrático	- Ignácio Ribeiro P. Montenegro
Major Professor Adj Catedrático	- Paulo Ayrton Araujo
Capitão Professor Adj Catedrático	- Francisco Carlos Gomes Facó.

Ainda de acordo com o citado boletim eram professores civis os senhores:

2 - PROFESSORES CIVIS
- PROFESSORES DO ENSINO SECUNDÁRIO
CÓDIGO: EC-507-17-B - REF. BASE
Antônio Urbano de Almeida, José Cândido Marques Cavalcanti e Hesíodo de Queiroz Faco.
- CÓDIGO: EC-507-16-A - REF. BASE
Ari de Sá Cavalcante, Francisco de Assis Pita, Francisco Pereira Mattos, Francisco da Silva Cavalcante, Godofredo de Castro Filho, José Denizard de Macêdo Alcântara, José Fernandes, José Teixeira de Freitas, José Colombo de Souza, Luiz Alberto Santos Brasil, Paulo Aguiar Frota, Pedro Paulo de Souza Montenegro, Raimundo Valnir Cavalcante / Chagas, Walmiki Sampaio de Albuquerque e Francisco de Assis Garcia.
C o n t .

continuação do Boletim Interno Especial nº 1, de 1º de Janeiro de 1962) *del. Alencar* Pág 2
3 - FUNCIÓNÁRIOS CIVIS
- PROFESSORES DE ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO E PRIMÁRIO
EC-514-11 - REF. BASE
Antonio Cândido de Menezes e Francisco Chagas Cunha

Boletim Interno Especial Nº 1 de 1º de janeiro de 1962.
Acervo do Arquivo Interno do CMF, em agosto de 2010.

Dentre esses professores, encontramos personalidades como Raimundo Valnir Cavalcante Chagas, que participou da reforma universitária de 1968, foi redator da Lei 5692/71, diretor da Faculdade de Educação da UFC e um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB); Ari de Sá Cavalcante que ingressou, em 1944, no Magistério Militar como Professor de Matemática da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza; personalidades que se destacaram no campo da educação em nossa cidade.

Alguns desses professores, citados no referido boletim interno, estavam atuando em 1968, de acordo com a Revista CMF em 1968, tendo acompanhado o ciclo completo - ginásial e colegial - dos alunos que ingressaram no CMF em 1962, como podemos ver abaixo.

Matemática: **Cel Felizardo, Cel João Alencar, Ten. Cel. Temístocles e Ten. Cel. Wetter, Francisco da Silva Cavalcante.**
Português: **Pe. Pita, Marcondes Rosa, Paulo Frota, Pedro Paulo, Walmiki e Rogério Bessa;**
Física: Montenegro;
Química: Ten. Cel. Justino Manoelito e Aldésio;
Desenho: Mattos e **Brasil;**
Ciências: Cel. Gerson e Maj. Francisco Bastos;
Biologia: José Fernandes e Raimundo Gomes;
História: Ten. Cel. Danziato e Teixeira Freitas;

Francês: Garcia e **Hesíodo**
Inglês: Marques Cavalcante e Jairo Cavalcante.
Geografia: Ten. Cel. Caiado e Denizard Macêdo.

(grifo nosso) (Revista CMF turma 1962-1968, 1968, p.s/n)

Muitos desses professores ficaram na memória dos alunos, por seu profissionalismo e conhecimento, mas também por seus direcionamentos para vida, tornando-os mais próximos, estreitando os laços entre eles, como consta nos depoimentos abaixo:

Cel. Gerson:

Gente boa, até onde me lembro.
Era médico e ensinava Biologia.
Nos deu também as primeiras noções sobre comportamento sexual, atentando para a importância da higiene, após a ida ao baixo meretrício.

O **Cel Danziato** nos hipnotizava com a descrição das batalhas históricas desenhadas com apuro no quadro negro. Quando vejo em livros ou publicações mapas com dois mastros com bandeiras entrecruzadas, me lembro dele. Recordo que o papai colecionava uma série sobre civilizações da revista americana life. De tanto eu falar do cel, o velho resolveu doar a coleção pro clube de história mantido pelo professor. Pensem como fiquei orgulhoso!

(Depoimento de ex-alunos da turma do CMF de 1962-1968)

Além dos professores, alguns “instrutores” ficaram na memória dos alunos, acompanhando-os ainda hoje em suas reuniões de confraternização, como Cap. “Tarcizão”, considerado por eles como “*bom conselheiro*”, citado em vários depoimentos:

1. Grande grito de guerra!
Letra, música e coreografia de Tarcisão! Pense num capitão pai d'égua!
Todo mundo se lembra (de bem) dele!!
2. As camas deviam estar rigorosamente esticadas. O capitão Tarcísio, o velho Rock Lane, deixava cair uma moedinha de centavos sobre a coberta. Se a moedinha quicasse, a cama passava no teste, pois estava esticada. Caso contrário ia para a anotação. (Depoimento dos ex-alunos do CMF turma 1962-1968)



Capitão TARCÍSIO DOS SANTOS VIEIRA

*Nosso ex-Comandante de Companhia, atualmente Major (em 1968). Imparcial, justiceiro e **bom conselheiro** soube conquistar respeito e admiração. (grifo nosso) (Revista do CMF turma de 1962-1968)*



Cap. Tarcísio, dias atuais, acompanhando a turma em suas reuniões de confraternização em 15 de janeiro de 2011. (Acervo de fotos dos ex-alunos do Colégio Militar de Fortaleza – turma 1962-1968)

Foram sete anos envolvidos num convívio de alunos e professores, alunos e o próprio colégio, não somente através do conhecimento, mas através de laços de amizades e camaradagem, pois embora cultivadas em ambiente de disputa e poder, foram valores construídos como princípios do ensino e tradição do Exército.

3.4. Os alunos do Colégio Militar de Fortaleza: seus momentos de indisciplina.

Por ser um estabelecimento de ensino militar, no imaginário das pessoas, acreditava-se que os alunos pouco ou quase nunca comentassem atos de indisciplina, que, segundo os militares, seriam a quebra das regras estabelecidas pela e para instituição, mas que segundo Menezes, como relatado anteriormente, com as Diabruras dos Cadetes, da antiga Escola Militar do Ceará, na década de 1890, não eram seguidas fora dos muros do estabelecimento de ensino.

Contudo, quando a indisciplina ocorriam, dentro do Colégio, as conseqüências vinham em seguida, normalmente com a suspensão da licença dos finais de semana, a conhecida LS – Licença Sustada, com o que muitos alunos do CMF, na década de 1960,

foram contemplados e que, com a experiência, alguns conseguiram burlar, como cita o depoimento abaixo:

Transgredimos ou não???

Já estávamos pelo científico.

(...) Um belo dia, em plena aula (já não me lembro qual o professor, talvez o Cel. Facó), o Ednardo chutava minha cadeira. Lá pelas tantas fiquei incomodado com isto e resolvi revidar e ficamos trocando pontapés!

Resultado, o professor nos expulsou de sala e mandou que fôssemos falar com o comandante de alunos, o Cap. Nunes.

Pronto! LS na certa!

As diferenças entre o 060 e eu desapareceram por encanto. Tínhamos um problema comum. (Depoimento de ex-alunos do CMF turma de 1962-1968)

Problema que os levou a se unirem e esquecerem as diferenças para driblar a punição, já dada como certa. Juntos pensaram como sair dessa, pois eles não poderiam ficar passeando pelo colégio, significaria outra punição. Inteligência e ideias, eles tinham de sobra, e assim confabularam:

(...) Como escapar daquela situação? (...) O LS era certo. Certo??? Afinal, o Cel. Facó havia nos mandado falar com o Cap. Nunes, não era isso? Então, decidimos que isto era melhor do que não cumprir ordens do professor. Bem... Mas falar sobre o que??? Escolhemos que iríamos indagar sobre qual seria o uniforme do próximo desfile do 7 de setembro que se aproximava. Afinal, o Cel. Facó não havia sido específico sobre o assunto que deveríamos falar com o Cap. Nunes... Entramos no gabinete do Cap. Nunes. Batemos continência e na maior cara de pau nos mostramos interessados como nunca no uniforme do desfile. O Cap. Nunes nunca deve ter encontrado dois alunos tão interessados neste tema, pois nem reparou que deveríamos estar em horário de aula, e começou a explicar que as barretinas não tinham chegado (acho que vinham do Rio de Janeiro) e se não chegassem o uniforme seria outro. E as ombreiras, perguntamos? E assim cumprimos com a ordem do professor, de conversar com o comandante de alunos... Esgotado o tema, achamos que estava na hora de voltar para a sala de aula, antes que o Cap. Nunes percebesse que não estávamos no intervalo entre aulas. Mas, a aula ainda acontecia e não podíamos ficar pelo colégio "perambulando". Resolvemos, corajosamente, voltar para a sala de aula. Mas, como havíamos sido expulsos da sala, ficamos debruçados na janela assistindo as explicações do Cel. Facó. Ele ao perceber que lá estávamos de volta e com a cara de devidamente enquadrados, perguntou-nos: "Vocês falaram com o Comandante do Corpo de Alunos?". Respondemos em uníssono: "Falamos!", "Então, podem entrar" disse o professor. (Depoimento do ex-aluno do CMF – turma de 1962-1968)

Além da compreensão dos valores da disciplina, das formas de estratégias para solucionar um problema, uma característica marcante nos estabelecimentos de ensino era a camaradagem entre os alunos, princípio estabelecido pelo próprio regimento interno dos colégios militares – RI/CM, em seu artigo 2º, quando dispõem sobre o funcionamento do colégio pautado “*nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, camaradagem, englobados pelos valores, costumes e tradição do Exército Brasileiro.*” Princípio que os alunos assimilaram muito bem, como podemos perceber na citação abaixo:

(...) Tudo começou por sabermos da transferência do 480 Zé Edu para o Rio de Janeiro. Erámos alguns dos amigos mais chegados ao 480 que estavam presentes em um daqueles horários dedicados aos "Estudos", período de tempo idêntico a uma aula, entre duas aulas. Gostaríamos de guardar uma recordação do Zé Eduardo e ao mesmo tempo dar a ele (e a nós) uma lembrança do CMF. (...) Tínhamos pouco tempo, porque era o último dia do Zé Edu e o recreio ou intervalo era curto, não dando o tempo necessário para registrar os diversos espaços que tínhamos. (...) Um deles, já não lembro quem, teve uma grande idéia: "Vamos entrar em forma e saímos marchando pelo Colégio. Encontrando os lugares apropriados, tirávamos as fotos e voltávamos a marchar." E quem ia comandar aquele pequeno destacamento? Claro!!! O coronel-aluno, pois assim ninguém poderia desconfiar, não é? Entramos, então, em forma, com o 476 Theophilo a comandar... **E, pasmem! Funcionou...** Fomos tomando confiança e até paramos para bater uma foto com o Cap. Magalhães. A ousadia era tanta que ele nem de longe desconfiou ou percebeu que estávamos em horário de "Estudo". Puxa... O lugar mais bonito do Colégio era a majestosa entrada, com seus jardins e seu conjunto de piscinas, sempre bem cuidadas. Uma foto lá seria especial! Mas, como passar pelo Corpo da Guarda??? Ora, da mesma forma, porque não? E lá fomos, com o 476 comandando "Olhar a esquerda!" quando passamos pelo oficial de dia. Quem ousaria parar e questionar aquele pequeno pelotão marchando tão galhardamente e vibrando (por estar infringindo de forma tão enquadrada o "regulamento")? E ficou registrado para a posteridade aquelas fotos que seguem logo abaixo. Lá estão, por ordem de chamada: 44 Roberto, 140 Ary, 178 Pompeu, 228 Sidney, 285 Studart, 476 Theophilo e 480 José Eduardo.



Acervos de fotos dos ex-alunos do CMF – Turma de 1962-1968, 1967.

São momentos vividos e nunca esquecidos, que marcaram a vida dos alunos e são motivos de recordação, especialmente nas reuniões de ex-alunos, promovidos pelas turmas que passaram pelo colégio, como vimos no depoimento apresentado.



Na última reunião da Turma 1962-1968, por iniciativa do 178 Pompeu, reunimos 5 daqueles jovens para registrar aqueles momentos gravados em nossas memórias.

(Acervo da turma dos Ex-alunos do CMF -Turma 1962-1968. 15 de janeiro de 2011)

Muitos são os “causos”, como os próprios os ex-alunos gostam de relatar, “daria um livro”. Gostaria de um dia poder folheá-lo. São relatos que mostram que, não obstante se tratar de uma instituição de ensino militar, onde a disciplina se constitui em objetivo central, em especial, funcionando sob um regime militar, como era o caso daquela década de 1960, havia espaços para atos de indisciplina e de criação pelos alunos de estratégias de burlar regras e códigos disciplinares. Exatamente por isso é que tais atos tenham ficado gravados em suas memórias. Isto atestaria que as lições principais que o Colégio Ihes passou não foram esquecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa sobre o ensino militar no Ceará, ainda no período da graduação, eu não tinha compreensão do impacto que este estudo teria em minha vida, principalmente, na esfera profissional, como professora da rede pública de ensino fundamental. Sob vários aspectos, busquei identificar as características desse tipo de ensino para a sociedade e para a juventude cearense na década de 1960, período em que se acreditava muito fortemente no poder de mudança pela educação, não só para ascensão na vida profissional, mas também na vida social, afetiva, intelectual. Não é o caso de acreditar que a educação é a salvadora de todos os males da humanidade, mas penso que através dela se possa apontar caminhos, conforme foi demonstrado nesta investigação.

Embora estejamos situados em períodos e contextos político-sociais diferentes, creio que a responsabilidade pretendida pela instituição de ensino aqui tratada era de fazer parte da história de vida de seus alunos, implantando em suas mentes e corações os valores que perduraram entre gerações. Valores que não se perderam no tempo e nem no espaço, porque se constituíram de forma sólida ancorados em ideologias, filosofias e métodos de ensino que intentavam levar o aluno a descobrir e conhecer, inovar e renovar o conhecimento das várias ciências. A pedagogia militar defende valores como respeito aos laços de amizade, que são tecidos ao longo de uma trajetória de vida, respeito à profissão e, por que não dizer, respeito a luta de cada um para seguir em frente diante das dificuldades que surgem.

Desde sua implantação, o ensino militar no Brasil tem sido fiel aos seus objetivos, mesmo diante das inúmeras mudanças nos campos político e educacional, e buscou colher, em cada uma dessas, pontos que contribuíssem para melhorar e enriquecer seus estabelecimentos de ensino, com a perspectiva de promover uma formação de qualidade. A responsabilidade de cuidar do conhecimento e de transmiti-lo para as gerações, mesmo que sejam os valores da própria instituição, permitiu aos alunos desenvolver uma perspectiva de sonhar, pensar e construir um futuro melhor que de seus pais e familiares, conforme vimos nos depoimentos de ex-alunos.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas para concluir esse trabalho, mesmo assim acredito que a pesquisa sobre o ensino militar possa nos levar a conhecer e compreender a história da educação no Ceará sob a perspectiva de mais um “lócus” de estudo.

Acredito que novas pesquisas possam ampliar o conhecimento sobre esse espaço institucional, pois muito ainda existe para ser compreendido e explicado.

Penso ter demonstrado ser difícil entender o ensino militar, sem vinculá-lo à própria história das Forças Armadas e da formação da Nação, que, no caso do Brasil, tem o agravante da experiência colonial (ela criou instituições militares para defender interesses de Portugal e, paradoxalmente, para deles se afastar, quando surgiu o ideal republicano no horizonte político do Brasil).

Foi um longo percurso de leitura, mas dele muito me beneficiei, porque pude situar no tempo e no interior de diversos acontecimentos da nossa história política a razão de ser dessa descontinuidade dos estabelecimentos de ensino militar, sujeitos, muito mais do que outros tipos de escola.

Ao levantamento histórico mais amplo, somei o estudo realizado junto ao Colégio Militar de Fortaleza, situando-o nos marcos da história local, e pude descortiná-lo, pelo menos em parte, ao descrevê-lo, com base em documentos, revistas, jornais e depoimentos. O que não pude alcançar, justifica-se por se tratar aqui de uma pesquisa histórica feita por uma historiadora em formação e porque do passado, por mais que queiramos, só alcançamos evidências e rastros. O que pretendi já foi alcançado, no que se refere ao meu entendimento quanto à especificidade do ensino militar, ao destacar em que ele se diferencia do ensino oferecido por outras instituições públicas, privadas e confessionais e a busca da sociedade civil por mais esse espaço de formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. Fortaleza: Editora Verdes Mares Ltda, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna. 2006.
- ALVES, Claudia. **O ensino secundário no século XIX**. Artigo disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/.../122.pdf
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramento, 1958.
- BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Paulus, 2005.
- BARROSO, José Liberato. **A Instrução Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier. 1867.
- BEZERRA de MENEZES, Antonio. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.
- CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1999.
- CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ceará: História do ensino do Ceará**. Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CASTELLIANO de Lucena, Luiz. **Um Breve Histórico do. IME - Instituto Militar de Engenharia. (Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, 1792)**. Rio de Janeiro: FHE/POUPEX , 2005. Disponível em: www.ime.eb.br/arquivos/Noticia/historicoIME.pdf e www.ahimtb.org.br/brevehistime.htm
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2 ed. Revist. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **SUBMISSOS NA JUSTIÇA MILITAR (1874-1945)**. Artigo publicado no XII Encontro Regional de História: Uso do Passado, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, Anpuh Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 2006.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. (Org.) **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições 70, 2007.

FARIAS, Aírton. **História do Ceará: dos índios à geração cambéba**. Fortaleza: Tropical, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LOPEZ, Adriana; Mota, Carlos Guilherme. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MARQUES, Janote Pires; KLEIN, Luciano. **O Casarão do Outeiro: memórias e ilustrações**. Fortaleza: ABC Editora, 2007.

MAQUIAVEL. **Vida e Obra**. São Paulo: Nova Cultura, 2004. – (Os Pensadores).

MENEZES, Raimundo. **Coisas que o tempo levou**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancaster e o ensino da ordem e da disciplina para os soldados do império brasileiro**. 2003. Artigo disponível em: www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3119--Int.pdf

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** Campinas-SP: Autores Associados, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

SÁ, Petronio M. Vieira do N. e. **Um ensaio sobre o ensino militar no Ceará.** Fortaleza: P. M. V. do N. e Sá, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Terra e Paz: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SANTOS, Murillo. **O Caminho da profissionalização das Forças Armadas.** Rio de Janeiro-RJ: Gráfica Editora do Livro LTDA, 1991.

SOUSA, Simone de (Org.) **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem.** Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

FONTES CONSULTADAS

Jornais:

Gazeta do Norte, Maio -1889

Correio do Ceará: Novembro e Dezembro - 1961 –

Janeiro e Fevereiro -1962 –

Dezembro – Edição especial - 1966 – 1967 -1968,

Unitário: Novembro e Dezembro - 1961 –

Janeiro e Fevereiro - 1962.

Revistas:

Revista do Colégio Militar de Fortaleza – Turma Colégio Militar de Fortaleza 1962-1968.

Revista dos Humanistas do Cinqüentenário – CMF – 2º CIA - 1969.

Documentos:

Constituição Federal de 1946 e Constituição Federal de 1988.

Lei de Diretrizes e Base 1961 e Lei de Diretrizes e Base da Educação 1996.

Decreto nº 10.202, da criação do CMRJ, 1889

Decreto da criação CMF, 1962.

Boletins Internos do CMF – 1962.

Boletim Interno do Exército – 1962.

Regulamento dos Colégios Militares do Brasil (R-69) – 2008.

Regimento Interno dos Colégios Militares – RI/CM – 2002.

Lei de Ensino do Exército Nº 9.786 de 8 de fevereiro de 1999.

Lei do magistério do Exército Nº5.701 de 9 de setembro de 1971.

Anexo do Período de Adaptação dos Novos Alunos– Comandos da Instrução Militar/2010

Normas do Plano Geral de Ensino – NPGE/CMB-2009.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – ALUNOS⁸¹ MATRICULADOS NO COLÉGIO MILITAR DE FORTALEZA – CMF (1962). Tabela 3

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
1	Fortaleza-CE	Comerciante	x		
2	Fortaleza-CE	Comerciante	x		
3	Fortaleza-CE	Major Reformado		x	
4	Fortaleza-CE	Militar	x		
5	São Gonçalo-PB	Engenheiro	X		
6	Fortaleza-CE	Bancário	X		
7	Belo Horizonte-MG	Oficial da Marinha	X		
8	Fortaleza-CE	Comerciante	X		
9	Fortaleza-CE	Bancário	x		
10	Fortaleza-CE	Advogado	x		
11	Cascável-CE	Func. Público Aposentado	x		
12	Piripiri-PI	Magistrado	x		
13	Fortaleza-CE	Cirurgião Dentista	x		
14	Fortaleza-CE	Bancário	x		

⁸¹ Tabela organizada junto ao arquivo do Corpo de Alunos do Colégio Militar de Fortaleza – CMF, a partir das fichas dos alunos matriculados em 24 de março de 1962, para situar a condição espacial e social dos alunos.

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
15	Parnaíba-PI	Comerciário	x		
16	Manaus-AM	Bancário	x		
17	Teresina-PI	Bancário	x		
18	Maceió-AL	Militar	x		
19	Fortaleza-CE	Comerciante	x		
20	Fortaleza-CE	Eng. Agrônomo	x		
21	Fortaleza-CE	Médico	x		
22	Rio de Janeiro- Guanabara	Ten. Coronel Aviador (FAB)		x	
23	Fortaleza-CE	Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro	x		
24	Rio de Janeiro – Guanabara	Veterinário	x		
25	Recife-PE	Construtor	x		
26	Irauçuba-CE	Comerciante	x		
27	Terezina-PI	Comerciante	x		
28	Blumenau-SC	Militar	x		
29	Parnaíba-PI	Funcionário Federal	x		
30	Fortaleza-CE	Militar	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
31	Fortaleza-CE	Comerciante	x		
32	Fortaleza-CE	Industrial	x		
33	Belém-PA	Bancário	x		
34	Itajubá-MG	Militar		x	
35	Fortaleza-CE	Industrial	x		
36	Fortaleza-CE	Magistrado	x		
37	Floriano-PI	Bancário	x		
38	Belém-PA	Industriário	x		
39	Crato-CE	Comerciário	x		
40	Fortaleza-CE	Bancário	x		
41	Rio de Janeiro- Guanabara	Militar	x		
42	Piripiri-PI	Bancário	x		
43	Jaguaribe-CE	Eng. Agrônomo	x		
44	Fortaleza – CE	Militar	x		
45	Fortaleza – CE	Guarda-Livros	x		
46	Fortaleza – CE	Comerciante/ Industrial	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
47	Fortaleza – CE	Funcionário Público	x		
48	Fortaleza – CE	Corretor Comercial	x		
49	Teresina – PI	Médico	x		
50	Sobral – CE	Func. Público	x		
51	Manaus – AM	Comerciante	x		
52	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
53	Fortaleza – CE	Mecânico			x
54	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
55	Patos – CE	Comerciante	x		
56	Fortaleza – CE	Func.Público Estadual	x		
57	Viçosa – CE	Comerciante	x		
58	Fortaleza – CE	Comerciário/Industrial	x		
59	Fortaleza – CE	Militar	x		
60	Uruburetama (Tururú) – CE	Militar	x		
61	Fortaleza – CE	Agente Fiscal de Imposto de Consumo	x		
62	Fortaleza – CE	Comerciante	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
63	Fortaleza – CE	Industrial	x		
64	Fortaleza – CE	Engenheiro Civil	x		
65	Inhuçú – CE	Magistrado	x		
66	Fortaleza – CE	Militar	x		
67	Fortaleza – CE	Engenheiro	x		
68	Fortaleza – CE	Professor	x		
69	Fortaleza – CE	Militar	x		
70	Guaramiranga – CE	Proprietário	x		
71	Missão Velha – CE	Comerciante	x		
72	Fortaleza – CE	Economista	x		
73	Jaguaribe – CE	Comerciante	x		
74	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
75	Fortaleza – CE	Magistério	x		
76	Salvador – BA	Médico	x		
77	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
78	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
79	Fortaleza – CE	Comerciante	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX. SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
80	Fortaleza – CE	Médico	x		
81	Rio de Janeiro – Guanabara	Militar	x		
82	Rio de Janeiro – Guanabara	Coronel da Armada de Artilharia	x		
83	Fortaleza – CE	Militar	x		
84	Fortaleza – CE	Oficial do Exército	x		
85	Fortaleza – CE	Militar	x		
86	Fortaleza – CE	Bancário	x		
87	Porteiras – CE	Comerciante	x		
88	Quixadá – CE	Agricultor	x		
89	João Pessoa – PB	Industrial	x		
90	Fortaleza – CE	Funcionário Público Contador	x		
91	Fortaleza – CE	Securitário	x		
92	Lages – SC	Ten. Coronel - Engenheiro	x		
93	Fortaleza – CE	Bancário	x		
94	Fortaleza – CE	Comerciante	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX. SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
95	Fortaleza – CE	Jornalista	x		
96	Fortaleza – CE	Industrial	x		
97	Fortaleza – CE	Militar	x		
98	Fortaleza – CE	Bancário	x		
99	Caucaia – CE	Funcionário Público Estadual	x		
100	Rio de Janeiro – Guanabara	Militar		x	
101	Teresina – PI	Func. Público Estadual	x		
102	Fortaleza – CE	Coronel-Professor	x		
103	Manaus – AM	Médico	x		
104	Curitiba – PB	Comerciante	x		
105	Fortaleza – CE	Func. Público Estadual	x		
106	Fortaleza – CE	Médico	x		
107	Fortaleza – CE	Comerciário	x		
108	Rio de Janeiro – Guanabara	Major da Aeronáutica			Origem CMRJ – x
109	Fortaleza – CE	Militar – FAB	x		
110	Fortaleza – CE	Comerciante e Salineiro	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX. SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
111	Caucaia – CE	Motorista	x		
112	Fortaleza – CE	Securitário	x		
113	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
114	Niterói – Rio de Janeiro/Guanabara	Viajante	x		
115	Acaraú – CE	Comerciário	x		
116	Fortaleza – CE	Militar		x	
117	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
118	Rio de Janeiro – Guanabara	Funcionário Autárquico e Jornalista	x		
119	Fortaleza – CE	Militar	x		
120	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
121	Rio de Janeiro – Guanabara	Tenente-Coronel			Origem CMRJ – x
122	Fortaleza – CE	Agronomo	x		
123	Fortaleza – CE	Comerciário	x		
124	Recife – PE	Torneiro Mecânico	x		
125	Fortaleza – CE	Militar		x	
126	Fortaleza – CE	Bancário	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
127	Pacatuba – CE	Funcionário Público	x		
128	Fortaleza – CE	Comerciante/Fazendeiro	x		
129	Rio de Janeiro – Guanabara	Oficial da Aeronáutica	x		Origem CMC
130	Teresina – PI	Comerciário	x		
131	João Pessoa – PB	Bancário	x		
132	Fortaleza – CE	Tabelião Público	x		
133	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
134	Recife – PE	Militar	x		
135	Campo Maior – PI	Comerciante	x		
136	Fortaleza – CE	Advogado	x		
137	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
138	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
139	Areia Branca – RN	Dentista	x		
140	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
141	Fortaleza – CE	Militar	X		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
142	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
143	Fortaleza – CE	-	x		
144	Fortaleza – CE	Professor	x		
145	Fortaleza – CE	Industrial	x		
146	Fortaleza – CE	Militar	x		
147	Rio de Janeiro – Guanabara	Militar	x		
148	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
149	Fortaleza – CE	Professor	x		
150	Fortaleza – CE	Agricultor	x		
151	Tamboril – CE	Fazendeiro	x		
152	Fortaleza – CE	Militar-Médico		x	
153	Mossoró-RN	Viajante	x		
154	Fortaleza – CE	Militar		x	
155	Fortaleza – CE	Militar	x		
156	Milagres – CE	Coronel da Reserva da Polícia Militar	x		
157	Rio de Janeiro – Guanabara	Funcionário Autárquico	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX. SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
158	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
159	Fortaleza – CE	Militar			x
160	Fortaleza – CE	Militar			x
161	Fortaleza – CE	Func. Público Estadual	x		
162	Fortaleza – CE	Capitão do Exército	x		
163	Fortaleza – CE	Funcionário Autárquico	x		
164	Fortaleza – CE	Func. Público Federal	x		
165	Fortaleza – CE	Bancário	x		
166	Fortaleza – CE	Militar-reformado	x		
167	Itapipoca – CE	Agricultor	x		
168	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
169	Fortaleza – CE	Coronel-Professor		x	
170	Fortaleza – CE	Médico	x		
171	-	Agrônomo	x		
172	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
173	Rio de Janeiro – Guanabara	Militar	x		
174	Parnaíba – PI	Bancário	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX. ADMISSÃO	EX. SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
175	Fortaleza – CE	Militar		x	
176	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
177	Fortaleza – CE	Coronel-médico- professor	x		
178	Recife – PE	Militar		x	
179	Fortaleza – CE	Securitário	x		
180	Fortaleza – CE	Farmacêutico-militar	x		
181	Fortaleza – CE	Agente Fiscal do Imposto de Consumo	x		
182	Fortaleza – CE	Funcionário Público	x		
183	Porto Alegre – RS	Oficial do Exército			Origem CMRJ
184	Fortaleza – CE	Comerciante	x		
185	Rio de Janeiro - Guanabara	Militar	x		
186	Parnaíba - PI	Bancário	x		
187	Fortaleza- CE	Militar		x	
188	Fortaleza - CE	Comerciante	x		
189	Fortaleza - CE	Cel. Médico - Professor	x		

ITEM	CIDADE	PAIS – Profissão	EX.ADMISSÃO	EX.SUFICIÊNCIA	TRANSFERÊNCIA
190	Recife - PE	Militar		x	
191	Fortaleza - CE	Securitário	x		
192	Fortaleza - CE	Farmacêutico - Militar	x		
194	Fortaleza - CE	Agente Fiscal do Imposto de Consumo	x		
195	Porto Alegre - RS	Oficial do Exército			x
196	Fortaleza - CE	Comerciante	x		

ANEXOS

ANEXO 1 – ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO/GRUPAMENTO ESCOLAR (RI/CM-2002).

12-2-80

ANEXO A
ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO / GRUPAMENTO ESCOLAR

<i>ENSINO</i>	<i>SÉRIE</i>	<i>Post / Grad</i>	<i>EFETIVOS (%)</i>	<i>EFETIVO TOTAL</i>	<i>FUNÇÃO</i>
<i>M É D I O</i>	<i>3ª</i>	Coronel	-	1 (a)	Cmt Gpt/Btl
		Ten-Cel	-	1 (b) (e)	SCmt Gpt/Btl
		Major	-	1 (b)	Cmt Cia
		Major	-	4 (b) (e)	EM/Btl e P. Bandeira
		Major	-	1 (b)	Cmt 3ª Série
		Capitão	-	1 (b)	Porta-estandarte
		1º Tenente	-	3 (b)	Oficiais Subalternos
	<i>2ª</i>	Major	-	1 (a)	Cmt 2ª Série
		Capitão	-	2 (b) (e)	Cmt Cia
		1º Tenente	4%	(c)	Oficiais Subalternos
		2º Tenente	6%	(c)	Oficiais Subalternos
	<i>1ª</i>	Capitão	-	1 (a)	Cmt 1ª Série
		1º Tenente	1%	(c)	Oficiais Subalternos
		2º Tenente	1%	(c)	Oficiais Subalternos
		Asp	1%	(c)	Oficiais Subalternos
Subtenente		3%	(c)	Praça Auxiliar	
1º Sargento		4%	(c)	Praça Auxiliar	
<i>F U N D A M E N T A L</i>	<i>8ª</i>	1º Tenente	-	1 (a)	Cmt 8ª Série
		2º Tenente	1%	(c)	Oficiais Subalternos
		Asp	2%	(c)	Oficiais Subalternos
		Subtenente	1%	(c)	Praça Auxiliar
		1º Sargento	2%	(c)	Praça Auxiliar
		2º Sargento	4%	(c)	Praça Auxiliar
	<i>7ª</i>	2º Tenente	-	1 (a)	Cmt 7ª Série
		Asp	1%	(c)	Oficiais Subalternos
		Subtenente	1%	(c)	Praça Auxiliar
		1º Sargento	2%	(c)	Praça Auxiliar
		2º Sargento	3%	(c)	Praça Auxiliar
		3º Sargento	3%	(c)	Praça Auxiliar
	<i>6ª</i>	Asp	-	1 (a)	Cmt 6ª Série
		Subtenente	1%	(c)	Praça Auxiliar
		1º Sargento	1%	(c)	Praça Auxiliar
		2º Sargento	2%	(c)	Praça Auxiliar
		3º Sargento	3%	(c)	Praça Auxiliar
		Cabo	3%	(c)	Praça Auxiliar
<i>5ª</i>	Cabo	-	(d)	Cmt 5ª Série	

Observações:

- (a) O aluno de maior grau de promoção na série;
- (b) Os alunos de maior grau de promoção, dentre os classificados do 2º lugar (inclusive) em diante, até o efetivo determinado;
- (c) Dentro do percentual estabelecido, os alunos seguintes de maior grau de promoção;
- (d) O aluno classificado em primeiro lugar no concurso de admissão;
- (e) Variável, para ajustar-se ao número de batalhões e/ou de companhias do Grupamento Escolar.

ANEXO 2 - RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE OFICIAL DA CIDADE DE FORTALEZA EM 1968.

Estabelecimentos Oficiais de Ensino Secundário na Rede Pública Municipal e Estadual.	Estabelecimentos Oficiais de Ensino Secundário na Rede Particular	
1. Colégio Estadual Liceu do Ceará	1. Colégio Batista Santos Dumont	20. Ginásio Santa Cecília
2. Colégio Estadual Justiniano de Serpa	2. Colégio Brasil	21. Ginásio Santa Isabel
3. Colégio Estadual José Barcelos	3. Colégio Castelo Branco	22. Ginásio Santa Lúcia
4. Colégio Estadual Joaquim Nogueira	4. Colégio Cearense do Sagrado Coração de Jesus	23. Ginásio Santa Maria Goretti
5. Colégio Estadual Presidente Humberto Castelo Branco	5. Colégio Imaculada Conceição	24. Ginásio São Francisco
6. Colégio Estadual do Pirambu	6. Colégio Juvenal de Carvalho	25. Ginásio Santo Inácio
7. Colégio Estadual Paulo VI	7. Colégio Lourenço Filho	26. Ginásio Sete de Setembro
8. Colégio Estadual Aluno João Nogueira Jucá	8. Colégio São José	27. Ginásio Stella Maris
9. Colégio Estadual Professor João Hipólito de Azevedo Sá	9. Colégio São João	
10. Colégio Estadual Professor Noel Huguen de Paiva	10. Ginásio Agapito dos Santos	Estabelecimentos de Ensino Secundário Integrantes do Sistema Federal de Ensino
11. Colégio Estadual José Valdo Ramos	11. Ginásio Capistrano de Abreu	1. Colégio Armindo de Araújo
12. Ginásio Estadual Fernandes Távora	12. Ginásio Christus	2. Colégio Farias Brito
13. Ginásio Estadual Joaquim Albano	13. Ginásio Monsenhor Luís Rocha	3. Colégio Fenix Caixeiral
14. Ginásio Estadual Hermínio Barroso	14. Ginásio Nossa Senhora da Assunção	4. Colégio Fortaleza
15. Colégio Municipal Filgueiras Lima	15. Ginásio Nossa Senhora das Graças	5. Colégio João Pontes
	16. Ginásio Nossa Senhora de Lourdes	6. Colégio Júlia Jorge
	17. Ginásio Nossa Senhora do Sagrado Coração	7. Ginásio Artur Bernardes - Mecejana
	18. Ginásio Pio XI	8. Ginásio Carolina Sucupira
	19. Ginásio Ruy Barbosa	9. Ginásio Demócrito Rocha
		10. Ginásio Dom Bosco
		11. Ginásio Maria José Boutala Jereissatti
		12. Ginásio Santa Cruz - Parangaba
		13. Ginásio Redentorista

(Jornal Correio do Ceará, Edição Especial – *Ceará 68*, Dezembro de 1968. Consultado na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, seção de periódicos.)

ANEXO 3 – HORÁRIO DO COLÉGIO MILITAR DE FORTALEZA

Horários⁸² do CMF

ASSUNTOS	DIAS ÚTEIS	SÁB.	DOM. E FERIADOS
Alvorada	06:00	06:00	07:00
Café	06:25	06:25	-
Estudo	06:40 / 07:10	06:40 / 07:10	-
Visita Médica	07:10	07:10	-
Formaturas da Cias.	07:10	07:10	-
1º Tempo (aulas)	07:30 / 08:20	07:30 / 08:20	-
Banho	08:25	08:25	09:00 / 11:00
Pequeno Almoço	08:50	-	-
À Disposição do Comando	-	08:50/ 09:40	-
2º Tempo (aulas)	09:00 / 09:50	-	-
3º Tempo (aulas)	10:00 / 10:50	-	-
4º Tempo (aulas)	11:00 / 11:50	-	-
Almoço dos alunos	12:00	12:30	12:30
Descanso	12:20 / 13:15	-	-
Formaturas das Cias.	13:15	-	-
5º Tempo (aulas)	13:30 / 14:20	-	-
6º Tempo (aulas)	14:30 / 15:20	-	-
7º Tempo (aulas)	15:30 / 16:20	-	-
Leitura do Boletim	16:25	-	-
Banho (Al. internos)	16:35	-	14:00 / 16:00
Jantar (Al. internos)	17:10	17:30	17:30
Saída	17:30	-	-
Revista do Recolher	19:00	22:00	22:00
Estudo	19:10 / 21:10	-	-
Ceia	21:20	21:00	21:00
Silêncio	21:30	21:30	21:30
Estudo Facultativo	06:40 / 07:10	-	-

⁸² Acervo dos Ex-alunos, Revista do Colégio Militar de Fortaleza – Turma do Colégio Militar de Fortaleza 1962-1968, disponível também em: <<http://sites.google.com/site/cmf19621968/Home/revista-do-colegio-militar-de-fortaleza>>

ANEXO 3 – SÍMBOLOS DAS COMPANHIAS DO COLÉGIO MILITAR DE FORTALEZA – CMF



3ª CIA – ALUNOS DO CICLO COLEGIAL – 1968
Hoje – Alunos da 6ª, 7ª do ensino fundamental II



2ª CIA – ALUNOS DO CICLO GINASIAL – 1968
Hoje – Alunos 8º, 9º do ensino fundamental II



1ª CIA – não consta no Boletim Interno de 1962,
mas podemos encontrar no ano de 1968, na camiseta com o pássaro .
Hoje – Alunos do 1º e 2º ano do ensino médio e CIA Especial com 3º ano e cursinho.

(Fotos arquivo pessoal, construído durante a pesquisa de campo, entre 2009 -2010)

ANEXO 4 – TABELA 1 e TABELA 2

Tabela 1⁸³

ANO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO AGRÍCOLA	ENSINO INDUSTRIAL	ENSINO COMERCIAL	ENSINO NORMAL	Total
61	30.256	235	316	2.987	3.000	36.794
62	33.526	222	326	3.466	3.194	40.734
63	38.231	237	1.074	3.787	3.647	46.976
64	49.426	364	1.117	4.243	4.690	58.840
65	49.530	387	1.259	4.148	5.585	60.909
66	55.540	485	784	4.193	6.612	67.614
67	64.776	534	967	4.563	7.890	78.733

Tabela 2⁸⁴

NÍVEL DE ENSINO	AUMENTO DE MATRICULA
Ensino Secundário	114%
Ensino Técnico Agrícola	131,4%
Ensino Técnico Industrial	206,0%
Ensino Técnico Comercial	52,6%
Ensino Normal	164,9%

⁸³ Tabela apresentada no jornal *Correio do Ceará*, Edição Especial - *Ceará-68*, “Realidade do Ensino Médio no Ceará”, p. s/n.

⁸⁴ o Ceará, Edição Especial - *Ceará-68*, “Realidade do Ensino Médio no Ceará”, p.p. 60-61, 7 de dezembro de 1968.

Fotos Jornal Correio do Ceará - Reforma Estrutural de Fortaleza - década de 1960.

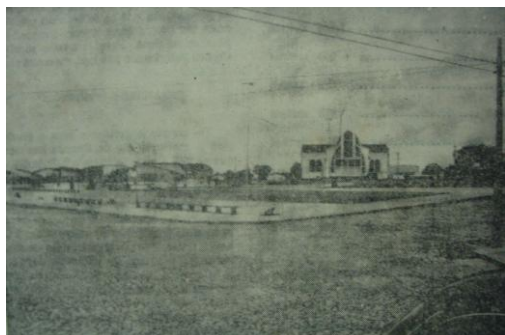


Foto da Praça da Avenida 13 Maio
Correio do Ceará – Ceará 68
7 dezembro de 1968



Foto da Avenida Pontes Vieira
Correio do Ceará – Ceará 68
7 de dezembro de 1968



Foto Praça do Ferreira, década de 1960
(RIBEIRO in Sousa, 1994, p. 78)